



MOBILIDADE TRANSFRONTEIRIÇA GALIZA-NORTE DE PORTUGAL

**ANÁLISE DA VIABILIDADE DE UMA EURO-CIDADE:
VIGO-PORTO (BRAGA)**

NOVEMBRO 2008

1. Introdução

Neste documento vamos expor o trabalho desenvolvido até este momento dentro do projecto intitulado “Mobilidade transfronteiriça Galiza-Norte de Portugal. Análise da viabilidade de uma Euro-cidade: Vigo-Porto (Braga)”. Seguindo o esquema de trabalho proposto, dedicámos os primeiros seis meses do projecto à busca e revisão bibliográfica, bem como à obtenção dos dados necessários. A partir dessa data começámos a desenvolver o projecto centrando-nos em duas vias paralelas:

- A mobilidade transfronteiriça entre Galiza e o Norte de Portugal, e
- A viabilidade de uma Eurocidade entre uma cidade espanhola (Vigo) e outra portuguesa (Porto-Braga).

No capítulo 2 centrámo-nos na análise da mobilidade transfronteiriça entre Galiza e Portugal. Mediante a utilização da informação que proporcionam

- O Observatório Transfronteiriço Espanha-Portugal (OTEP).
- A rede de cooperação transfronteiriça EURES.
- A base de dados DATACOMEX.
- Os dados de INTRASTAT da AEAT.
- Portos do Estado.
- O INE e o IGE espanhóis.
- O INE português.
- O IET e a DGT de Portugal; etc.

elaborámos uma série de tabelas e quadros que proporcionam resultados sobre o movimento, tanto de passageiros, como de mercadorias, nas fronteiras entre Galiza e Portugal. Também nos centrámos na análise dos trabalhadores transfronteiriços entre Galiza e o Norte de Portugal, aproveitando a informação proporcionada por vários estudos desenvolvidos pelo EURES. Toda esta informação continua a ser processada e actualizada. Para isso, estamos a trabalhar na análise exaustiva dos intercâmbios de mercadorias entre Galiza e Portugal a partir dos dados que proporciona a AEAT a um nível de máxima desagregação que nos permita determinar as origens e destinos em Espanha dos intercâmbios de mercadorias com Portugal que passam pelas fronteiras galegas; o modo de transporte utilizado, o tipo de mercadorias e o domicílio fiscal das empresas que realizam as operações de exportação e importação.

Por outro lado, queremos actualizar os dados referentes aos trabalhadores transfronteiriços. Para isso estamos a solicitar informação a todos os organismos oficiais espanhóis e portugueses onde têm que ir os trabalhadores transfronteiriços para tratar de determinadas documentações. Mas, estamos cientes de que muitos trabalhadores transfronteiriços não trataram da documentação requerida e se encontram numa situação irregular. Para tentar contornar este problema estamos a realizar um processo de observação e questionário directo aos trabalhadores em sectores sensíveis a esta possibilidade, como pode ser o sector da construção. Isto será complementado com a realização de questionários em empresas dos sectores, já detectados pelos estudos do EURES, que tradicionalmente utilizam trabalhadores transfronteiriços.

No capítulo 3, centramo-nos na análise da viabilidade de uma Euro-cidade entre uma cidade de Galiza (Vigo) e outra do Norte de Portugal (Porto). O trabalho realizado até agora consistiu na definição das zonas de influência económica de Vigo e Porto a partir dos dados relativos à mobilidade diária casa-trabalho (commuters). Uma vez definidas as denominadas Regiões Urbanas policêntricas de Vigo e Porto, procedemos a analisar a realidade socioeconómica das duas áreas em temas como: o território, a população, a moradia, o nível de escolarização da população, o mercado de trabalho, a actividade económica, a dotação de infra-estruturas ou a dotação de tecnologia. No momento actual, só completamos parte desta análise. Uma vez realizada a análise completa trataremos de obter indicadores que nos permitam realizar uma análise estatística com o objecto de determinar se existem relações de sinergia, de inovação ou de complementaridade entre as regiões definidas a partir dos centros de Vigo e Porto, para ter uma base firme sobre a qual se possa realizar a análise DAFO da viabilidade da Eurocidade.

A priori, observa-se que entre as Regiões Urbanas Policêntricas de Vigo e Porto existe uma certa distância, que pode ser um obstáculo para a viabilidade da Euro-cidade. No entanto, do nosso ponto de vista existe um elemento chave que pode vertebrar as duas zonas: a linha de Alta Velocidade entre Vigo e Porto. As indecisões sobre a construção desta linha, assim como sobre as suas características técnicas, concretamente sobre a duração da viagem entre Vigo e Porto, motivaram que, por prudência, não abordemos o impacto dessa linha até a segunda parte do projecto, ainda que devêssemos tê-lo feito nos últimos meses.

2. Mobilidade Transfronteiriça entre Galiza e Norte de Portugal.

2.1. Introdução.

A mobilidade, tanto de mercadorias, como de passageiros, entre Galiza e Norte de Portugal realiza-se quase na sua totalidade por estrada através das diferentes fronteiras existentes (veja-se tabela 1 e gráfico 1)

FRONTEIRAS ENTRE GALIZA E NORTE DE PORTUGAL			
GALIZA	PORTUGAL	GALIZA	PORTUGAL
Goian	Vila Nova de Cerveira	A Xironda (Cualedro)	Santo André (Chaves)
Tui (ponte nova)	Valença do Minho	A Xironda - Vilar de Perdices (Cualedro)	Montalegre
Tui (ponta velha)	Valença do Minho	Rabal (Oimbra)	Vilarelho da Raia (Chaves)
Salvaterra do Miño	Monção	San Ciprian (Oimbra)	Vilarelho da Raia (Chaves)
Arbo	Melgaço	Espiño (Oimbra)	Soutelinho (Chaves)
Ponte Barxas	San Gregório	Verín	Vila Verde Raia
Ponte Barxas-Azoreira	Castro Laboreiro	Soutochao (Vilardebós)	Xixirei
Guxinde (Entrimo)	Castro Laboreiro	Terroso (Vilardebós)	San Vicente
Aceredo	Lindoso	Vilarello da Cota (Vilardebós)	Mairos
Torneiro	Portela do Homem	Arzádegos (Vilardebós)	Trabancas
Calvos de Rondín	Tourem	Mesón de Erosa (A Gudiña)	Cisterna
Requias (Muiños)	Tourem	Esculqueira (A Mezquita)	O Pinheiro
Baltar	Sendim (Montalegre)	Manzalvos (A Mezquita)	Moimenta

Tabela 1. Relação de fronteiras terrestres entre Galiza e Portugal.

A evolução entre 1999 e 2004 do tráfico por estrada entre Galiza e Portugal pelas diferentes fronteiras mencionados na tabela 1, reflecte-se na tabela 2, na qual se expõe a intensidade média diária nos dois sentidos em cada fronteira. Há que referir que nos dados referentes a 1999 e 2001 se utilizam dados proporcionados pelas autoridades

portuguesas e espanholas, enquanto em 2003 e 2004 só se consideram os dados proporcionados por Espanha.



PASOS FRONTERIZOS

- Estatal
- Autonómica
- Local

Fontes: Espanha: Ministério de Fomento, DG de Estradas; Portugal: EP-Estradas de Portugal.

Gráfico 1. Infra-estruturas de ligação por estrada entre Espanha e Portugal a 31-12-2005.

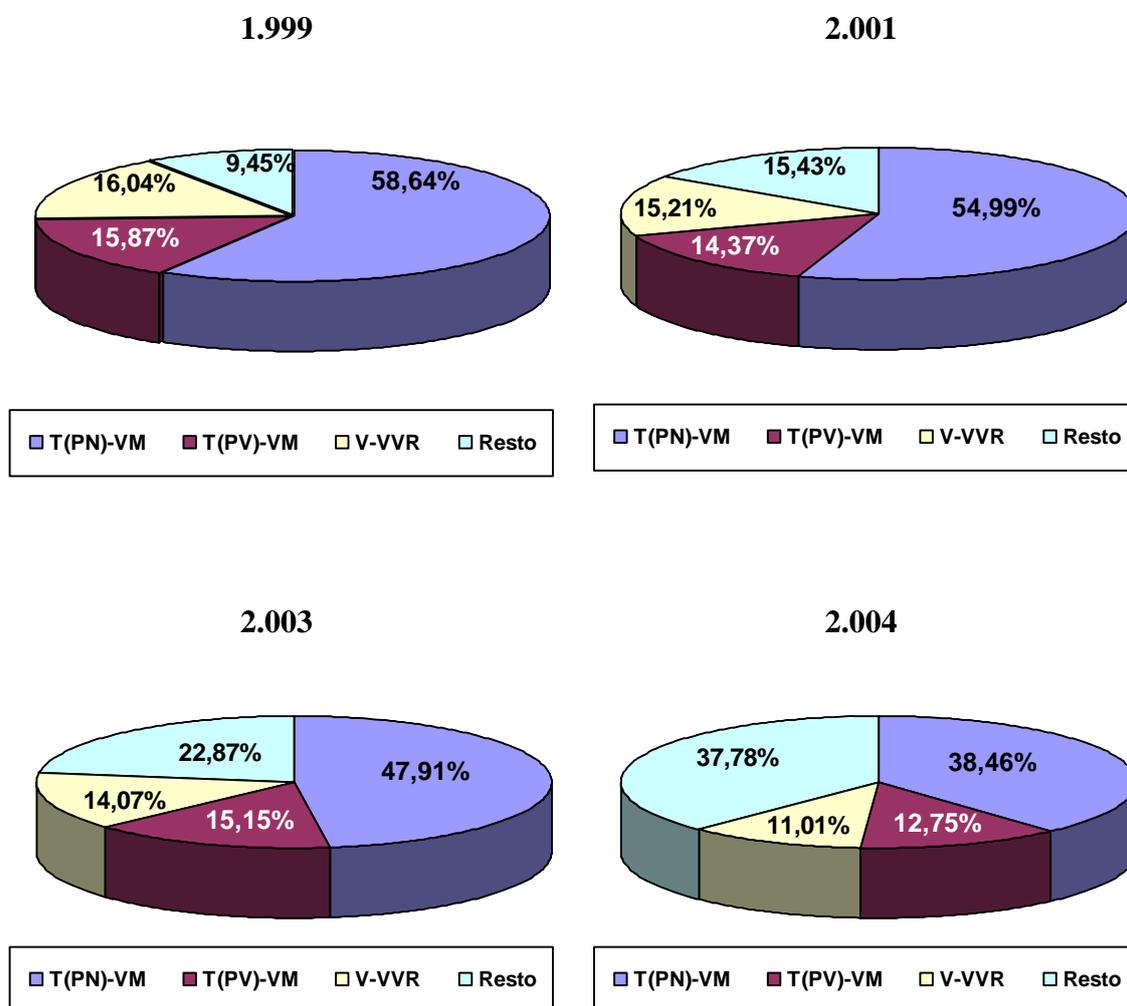
Fronteira Galiza : Portugal	Intensidade Média Diária (IMD)			
	1999	2001	2003	2004
Goian: Vila Nova de Cerveira				3.208
Tui (ponte nova) : Valença do Minho (T(PN)-VM)	13.490	13.965	15.511	16.798
Tui (ponte velha) : Valença do Minho (T(PN)-VM)	3.650	3.650	4.903	5.569
Salvaterra do Miño : Monção		1.250		6.000
Arbo : Melgaço			1.279	1.413
Ponte Barxas : San Gregório	788	788	1.003	1.076
Ponte Barxas-Azoreira: Castro Laboreiro			10	15
Guxinde (Entrimo) : Castro Laboreiro			1.330	1.478
Aceredo : Lindoso	1.387	1.387	1.433	1.416
Torneiro : Portela do Homem		493	516	189
Calvos de Rondín : Tourem			225	184
Requias (Muiños) : Tourem			150	150
Baltar : Sendim (Montalegre)			469	562
A Xironda (Cualedro) : Santo André (Chaves)			53	30
A Xironda - Vilar de Perdices (Cualedro) : Montalegre			59	80
Rabal (Oimbra) : Vilarelho da Raia (Chaves)			50	50
San Ciprian (Oimbra) : Vilarelho da Raia (Chaves)			10	10
Espiño (Oimbra) : Soutelinho (Chaves)			20	20
Verín : Vila Verde Raia (V-VVR)	3.689	3.864	4.555	4.810
Soutochao (Vilardebós) : Xixirei			150	150
Terroso (Vilardebós) : San Vicente			80	80
Vilarello da Cota (Vilardebós) : Mairos			50	50
Arzádegos (Vilardebós) : Trabancas			90	90
Mesón de Erosa (A Gudiña) : Cisterna			5	10
Esculqueira (A Mezquita) : O Pinheiro			100	100
Manzalvos (A Mezquita) : Moimenta			321	139
TOTAL IMD GALIZA	23.004*	25.397*	32.372	43.677
TOTAL IMD ESPANHA	49.205*	54.639*	73.949	86.894
IMD GALIZA/IMD ESPANHA	46,75%	46,48%	43,78%	50,26%

* Incluem-se apenas os dados das principais fronteiras.

Fonte: OTEP, vários números.

Tabela 2. Evolução do tráfego de veículos nas fronteiras terrestres entre Galiza e Portugal (1999-2004).

A partir dos dados da tabela 2 pode avaliar-se a importância das diferentes fronteiras por estrada entre Galiza e o Norte de Portugal segundo o tráfego de veículos ligeiros e pesados.



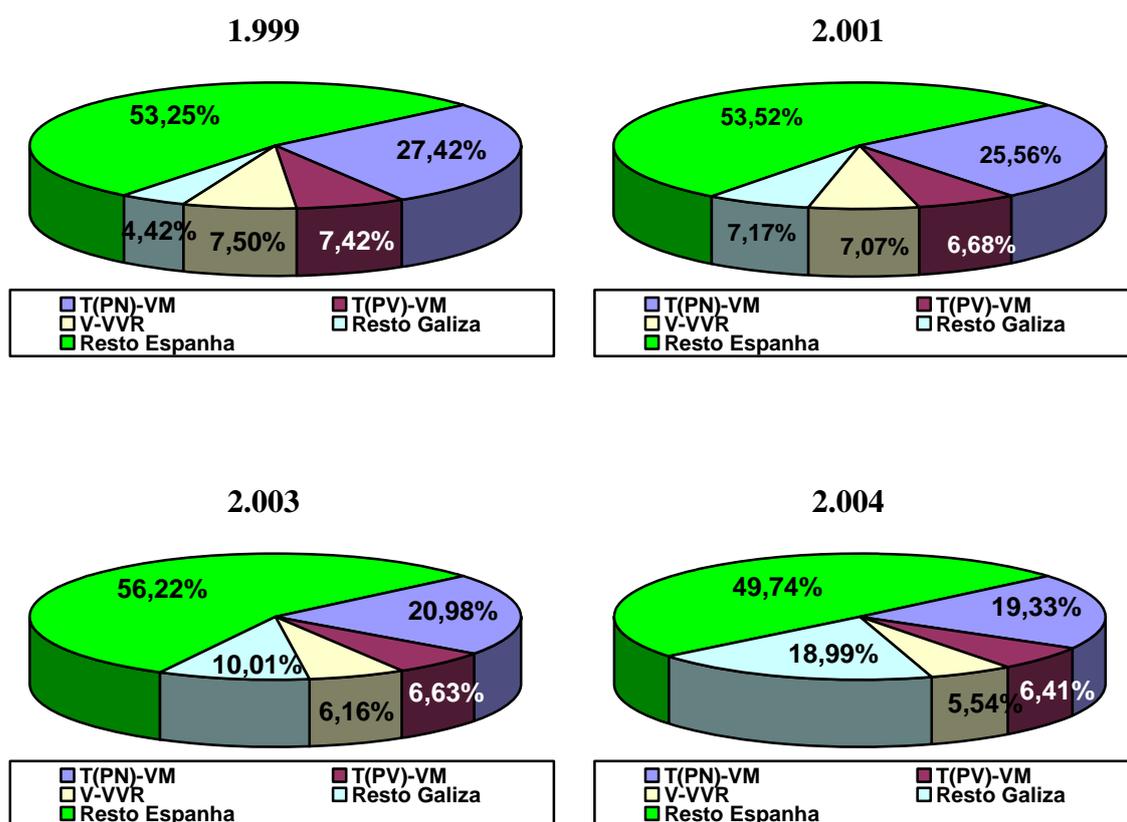
Fonte: Elaboração própria a partir do 1º, 2º, 3º e 4º Relatório do OTEP.

Gráfico 2. Relevância das fronteiras de Tuy-Valença do Minho e Verín-Vila Verde da Raia no total das fronteiras entre Galiza e Portugal.

Como se observa no gráfico 2, pela fronteira entre Tuy e Valença do Minho através das pontes velha e nova, produz-se mais trânsito de veículos que por todo o resto das fronteiras existentes entre Galiza e Portugal. A redução na percentagem observada no ano 2004 frente ao de 2003, deve-se à abertura da ponte entre Goian e Vila Nova de Cerveira e a que não se dispõe de dados sobre a IMD de Salva Terra do Minho para 2003.

Os dados de 1999 e 2001 são menos representativos, dada a ausência de dados para muitas fronteiras.

Se nos centramos na importância do tráfego de veículos entre Galiza e Portugal em relação ao total de movimentos de veículos entre Espanha e Portugal, observamos no gráfico 3 que em 2004 (ano em que os dados são os mais completos), mais da metade dos movimentos produzem-se entre a fronteira de Galiza e Portugal, o que é mais uma prova da importância de ditas fronteiras no contexto da Península Ibérica.



Fonte: Elaboração própria a partir do 1º, 2º, 3º e 4º Relatório do OTEP.

Gráfico 3. Relevância da mobilidade de veículos realizados nas fronteiras entre Galiza e Portugal sobre o total dos movimentos de veículos entre Espanha e Portugal.

Para finalizar este ponto vamos expor, na tabela 3, a proporção entre veículos ligeiros e pesados que atravessam as fronteiras entre Espanha e Portugal. A partir dos dados da dita tabela construiu-se o gráfico 4 no qual se manifesta que entre o 85 e o 88% do

tráfego entre os dois países se corresponde com o tráfego de veículos ligeiros: automóveis e autocarros.

	Intensidade Média Diária (IMD)					
	2001		2003		2004	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Veículos ligeiros	57.116	85,41	63.500	85,93	76.534	88,08
Veículos pesados	9.759	14,59	10.400	14,07	10.360	11,92
TOTAL	66.875	100	73.900	100	86894	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de OTEP nº 2, 3 e 4.

Tabela 3. IMD de veículos ligeiros e pesados entre Espanha e Portugal: 2001-2004.

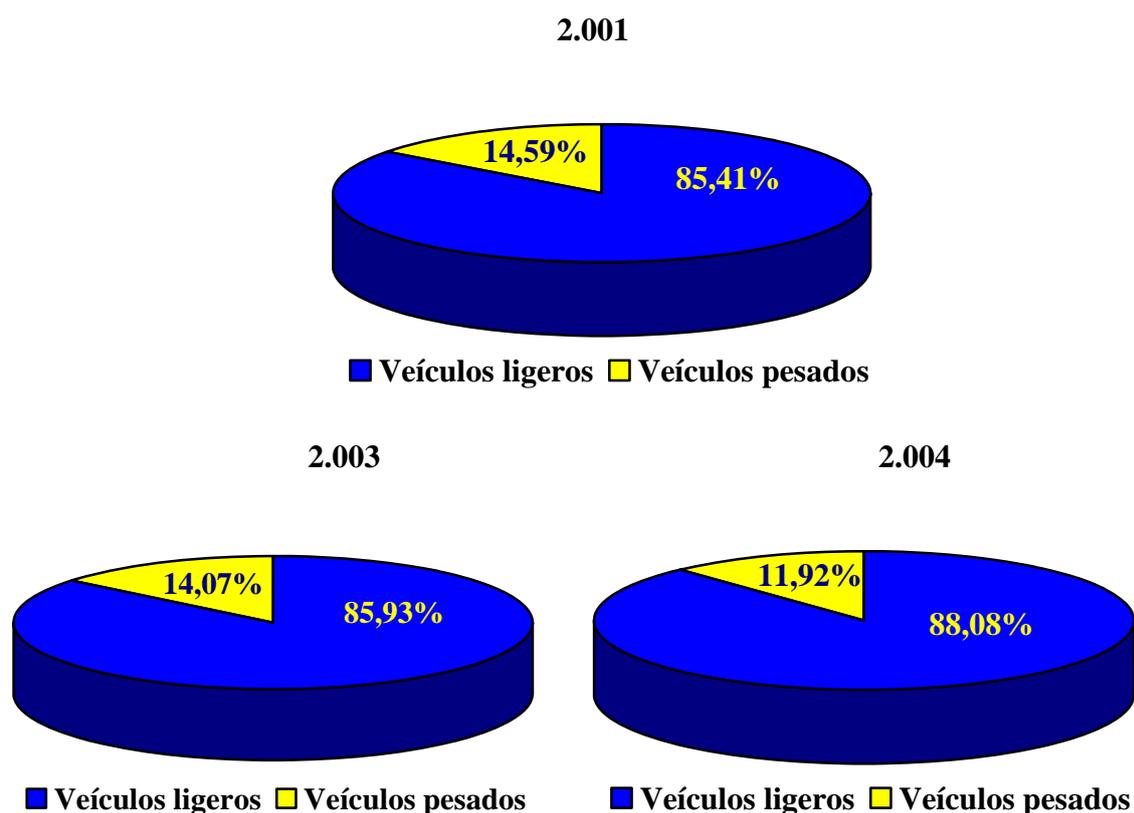
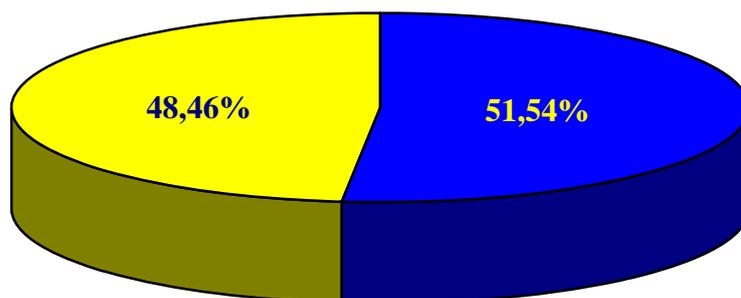


Gráfico 4. Evolução da proporção entre veículos ligeiros e pesados no tráfego entre Espanha e Portugal: 2001-2004.

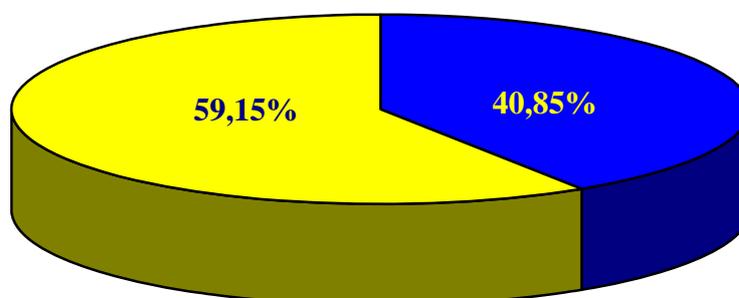
A participação do tráfego de veículos ligeiros entre Galiza e Portugal elevou-se em 2004 para 51,54% do tráfego entre Espanha e Portugal, enquanto em relação ao tráfego de veículos pesados, há que dizer que 40,85% do tráfego entre Espanha e Portugal se produziu através das fronteiras entre Galiza e Portugal, como se mostra no gráfico 5.

VEÍCULOS LIGEROS



■ Galiza ■ Resto de Espanha

VEÍCULOS PESADOS



■ Galiza ■ Resto de Espanha

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de OTEP nº 4.

Gráfico 5. Peso do tráfego de veículos entre Galiza e Portugal sobre o total do tráfego entre Espanha e Portugal em 2004.

2.2. Movimentos transfronteiriços de passageiros entre Galiza e Portugal.

A grande maioria dos movimentos de passageiros entre Galiza e Portugal realiza-se pelo **meio terrestre** e através da utilização de veículos particulares, já que a oferta de serviços de passageiros é muito escassa. Na tabela 4 está detalhada a oferta de serviços de transporte de passageiros por via terrestre entre Galiza e Portugal que realizam empresas privadas e entidades públicas.

Meio de Transporte	Linha	Periodicidade	Itinerário	Entidade/ Empresa
TRANSPORTE FERROVIÁRIO	Vigo-Porto Porto-Vigo	2 viagens/dia	Vigo, Redondela, Porriño, Tui, Valença, Viana do Castelo, Nine, Trofa, Porto.	Comboios de Portugal
AUTOCARRO	Faro-Corunha	1 viagem/dia 1 viagem 2 dias por semana	Faro, Lisboa, Coimbra, Porto, Braga (Póvoa do Varzim), Vigo, Pontevedra, Santiago, Corunha.	Internorte / Alsa
	Vigo-Porto	2 viagens/dia de Segunda a Sexta. 1 viagem ao Sábado e ao Domingo	Vigo, Valença, Aeroporto de Porto, Porto.	Renex / Autna

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de: Comboios de Portugal, Internorte, Alsa, Renex e Autna.

Tabela 4. Serviços de transporte de passageiros existentes em 2006 entre Galiza e Portugal

2.2.1. Movimentos de passageiros por estrada.

Para determinar o número de viajantes que atravessa as fronteiras de Galiza com Portugal é necessário conhecer, em primeiro lugar o número de veículos ligeiros (automóveis e autocarros) que atravessam dita fronteira em cada ano. A informação que nos proporciona o OTEP reduz-se aos anos 2003 e 2004 e só especifica os dados das

principais fronteiras situados na Galiza. Apartir dessa informação construímos a tabela 5.

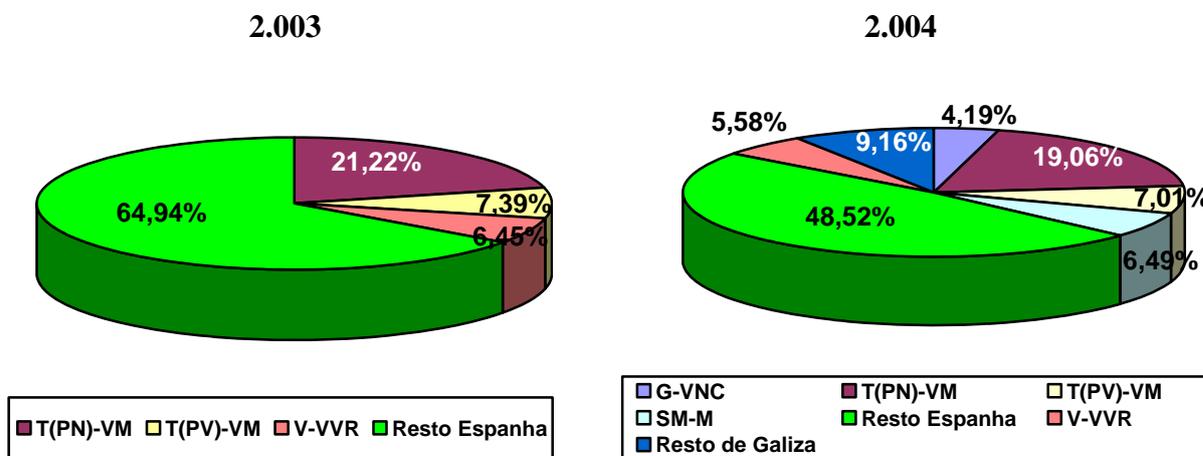
Fronteira Galiza : Portugal	Intensidade Média Diária (IMD)			
	2003		2004	
	Nº	%	Nº	%
Goian: Vila Nova de Cerveira (G-VNC)	n.d.	n.d.	3.208	4,19
Tui (ponte nova) : Valença do Minho (T(PN)-VM)	13.476	21,22	14.604	19,08
Tui (ponte velha) : Valença do Minho (T(PN)-VM)	4.692	7,39	5.369	7,02
Salvaterra do Miño : Monção (SM-M)	n.d.	n.d.	4.970	6,49
Arbo : Melgaço	1.234	1,94	1.413	1,85
Ponte Barxas : San Gregório	n.d.	1,99	1.076	1,41
Guxinde (Entrimo) : Castro Laboreiro	1.264	n.d.	1.386	1,81
Aceredo : Lindoso	1.241	1,95	1.416	1,85
Verín : Vila Verde Raia (V-VVR)	4.094	6,45	4.279	5,59
TOTAL ESPANHA	63.500	46,48%	76.534	100

Incluem só os dados das principais fronteiras entre Galiza e Portugal.
Fonte: OTEP 3 e 4.

Tabela 5. Evolução do tráfego de veículos ligeiros (automóveis e autocarros) nas fronteiras terrestres entre Galiza e Portugal (2003-2004).

A informação proporcionada pela tabela 4, permite-nos construir o gráfico 6, no qual se mostra a relevância do movimento de veículos ligeiros que atravessam as fronteiras entre Galiza e o Norte de Portugal sobre o total dos movimentos entre Espanha e Portugal. É muito curioso que mais da metade dos ditos movimentos se realizam através das fronteiras galegas. Neste sentido destaca-se a fronteira entre Tui (ponte nova) e Valença do Minho que representa o 19% de todos os movimentos de veículos que se produzem entre Espanha e Portugal. As razões deste importante peso encontram-se na grande tradição de cooperação transfronteriza entre Galiza e o Norte de Portugal que se configura na actualidade como um espaço de forte inter-relação social e económica. Esta tradição materializou-se na criação a 31 de Outubro de 1991 da **Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal** sustentada pelo Acordo Constitutivo elaborado em virtude do Convénio Marco Europeu de 1980, sobre Cooperação Transfronteira entre Comunidades e Autoridades Territoriais do Conselho de Europa, com apoio das Administrações da União Europeia, Espanhola e Portuguesa. A Xunta da Galiza e a

Comissão de Coordenação da Região Norte de Portugal foram os impulsores deste processo.



Fonte: Elaboração própria a partir do 3º e 4º Relatório do OTEP.

Gráfico 6. Relevância da mobilidade de veículos ligeiros realizados nas principais fronteiras entre Galiza e o Norte de Portugal sobre o total dos movimentos de veículos ligeiros entre Espanha e Portugal.

Um aspecto relevante, do nosso ponto de vista, é a estimacão de quantos viajantes cruzam anualmente as fronteiras entre Galiza e Portugal. Para estudar esta questão é necessário usar diversas fontes de informao. Tanto o Instituto de Estudos do Turismo (IET) espanhol, como a Direco Geral do Turismo (DGT) portuguesa proporcionam informao sobre o número das Entradas de visitantes estrangeiros pela fronteira entre Espanha e Portugal. Para além disso, fazem uma diferenciao entre visitantes que são “turistas”, que são aqueles que dormem pelo menos uma noite no país, e visitantes que se denominam “excursionistas” caracterizados por entrar e sair do país no mesmo dia. Com os dados que proporcionam a IET e a DGT construímos as tabelas 6 e 7 nas quais se indicam os visitantes estrangeiros que utilizam as fronteiras terrestres entre Espanha e Portugal no período 2001-2003, único período para o que obtivemos dados homogneos.

	2001			2002			2003		
	Turistas	Excursionistas	Total	Turistas	Excursionistas	Total	Turistas	Excursionistas	Total
Procedentes de Espanha	7.080	15.529	22.609	6.793	15.121	21.914	6.830	15.266	22.095
Procedentes de Portugal	2.007	7.558	9.565	2.282	8.038	10.320	2.168	8.090	10.258
TOTAL	9.087	23.087	32.174	9.075	23.159	32.234	8.998	23.356	32.353

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Instituto de Estudos do Turismo e da Direcção Geral do Turismo. (Dados em milhares de pessoas)

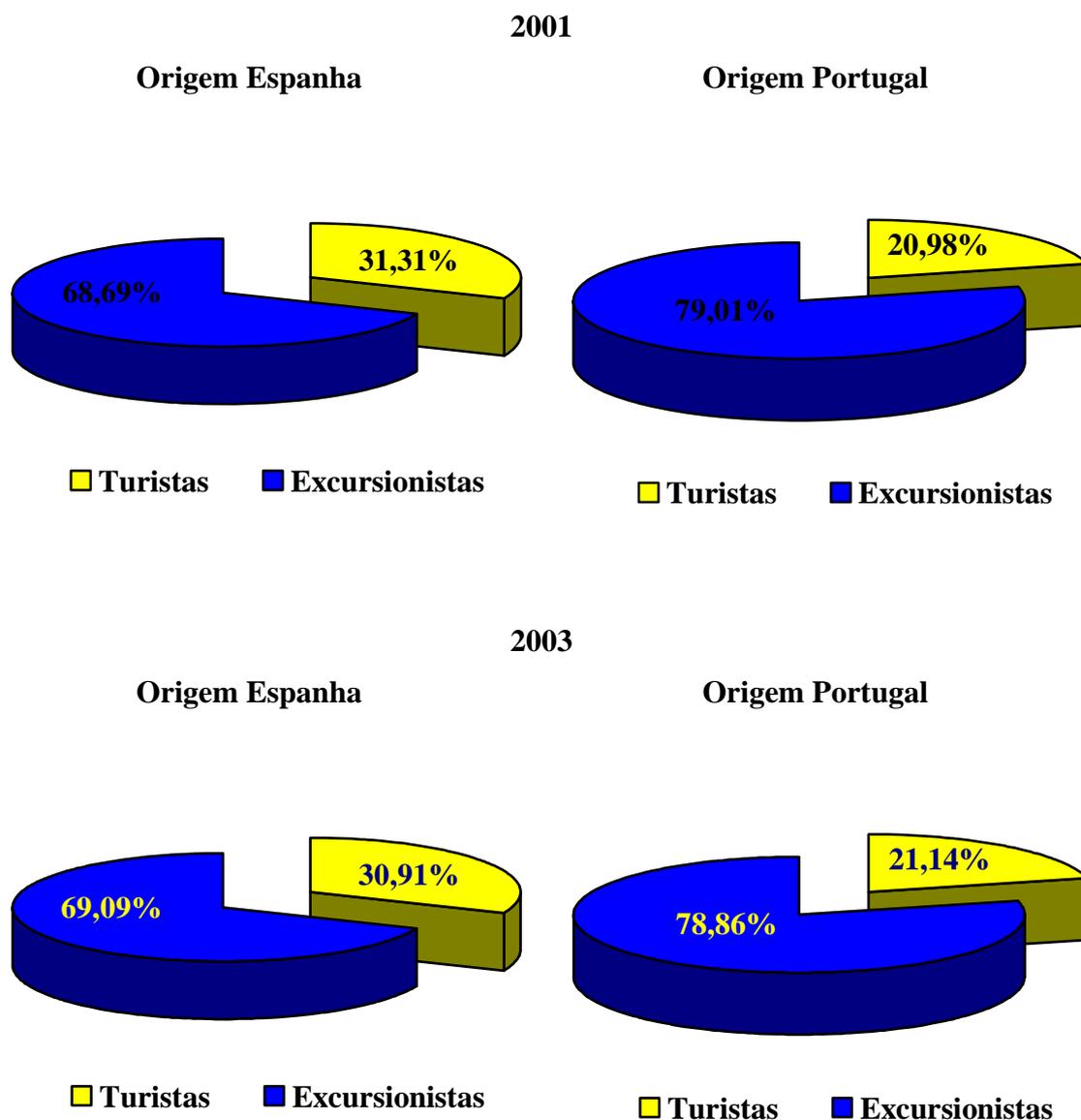
Tabela 6. Número de visitantes estrangeiros que utilizam as fronteiras terrestres entre Espanha e Portugal: 2001-2003.

	2001			2002			2003		
	Turistas	Excursionistas	Total	Turistas	Excursionistas	Total	Turistas	Excursionistas	Total
Procedentes de Espanha	77,91	67,26	70,27	74,85	65,29	67,98	75,91	65,36	68,29
Procedentes de Portugal	22,09	32,74	29,73	25,15	34,71	32,02	24,09	34,64	31,71
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Instituto de Estudos do Turismo e da Direcção Geral do Turismo. (Dados em %)

Tabela 7. Proporção de visitantes estrangeiros que utilizam as fronteiras terrestres entre Espanha e Portugal: 2001-2003.

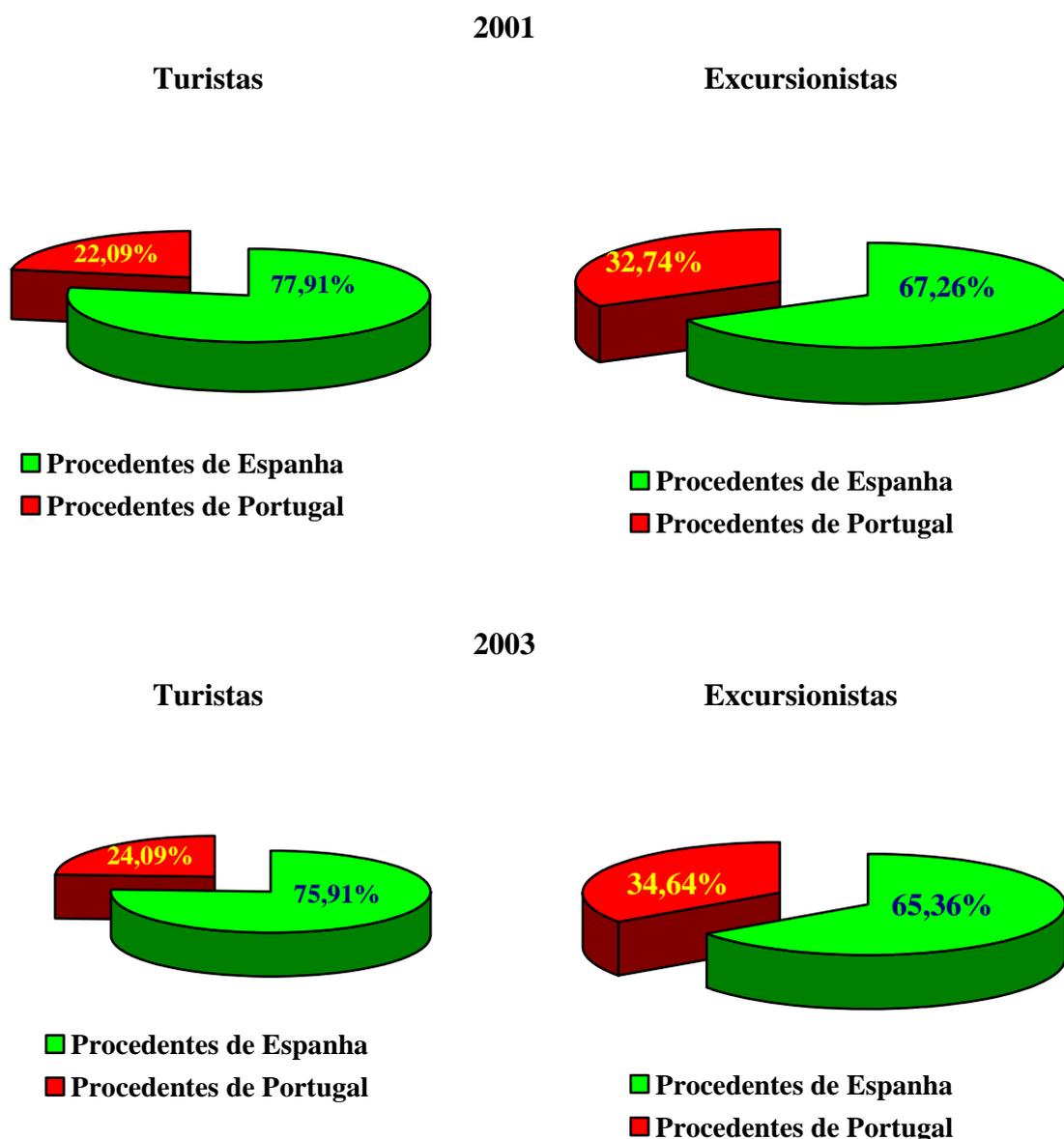
Como se observa no gráfico 7 a percentagem de visitantes estrangeiros que entram por estrada em Portugal considerados como “Turistas” representa aproximadamente 31% do total dos procedentes de Espanha, enquanto só 21% dos procedentes de Portugal são considerados como “turistas” em Espanha.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IET e da DGT.

Gráfico 7. Proporção entre turistas e excursionistas dos visitantes estrangeiros que atravessam a fronteira entre Espanha e Portugal por via terrestre em 2001 e 2003.

No que diz respeito aos turistas estrangeiros que atravessam a fronteira por via terrestre, há que dizer que entre 2001 e 2003 76-78% procedem de Espanha, enquanto no caso dos excursionistas esta proporção se reduz para 65-67%, como se observa no gráfico 8.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IET e da DGT.

Gráfico 8. Proporção entre turistas e excursionistas por lugar de procedência que atravessam a fronteira entre Espanha e Portugal por via terrestre em 2001 e 2003.

Uma vez que se determinou o número de visitantes estrangeiros que utilizam as fronteiras terrestres entre Espanha e Portugal, podia-se estimar a quantidade de visitantes estrangeiros que utilizam as fronteiras entre Galiza e o Norte de Portugal ponderando as quantidades reflectidas na tabela 5 pela proporção que representa o número de veículos que diariamente atravessam as fronteiras de Galiza sobre o número de veículos que atravessam diariamente todas as fronteiras entre Espanha e Portugal. Deste cálculo deriva-se uma estimação de, aproximadamente, 16.582.000, 16.613.000 e 16.675.000 visitantes estrangeiros que utilizam as fronteiras existentes entre Galiza e o Norte de Portugal em 2001, 2002 e 2003, respectivamente. Evidentemente, ditos visitantes, sejam turistas ou excursionistas, voltam ao seu país de origem, pelo que o número de viajantes que atravessam a fronteira em qualquer dos dois sentidos será, aproximadamente, o dobro dos valores antes mencionados.

Um aspecto importante relativo a estes visitantes reside em que, ainda que muitos viajam por motivos de lazer ou comerciais, outros viajam para trabalhar no país vizinho. Este tipo de trabalhador denomina-se “*trabalhador transfronteiriço*” sempre que se verifique que trabalha no outro país, mas, pelo menos uma vez por semana, volta ao domicílio do seu país de origem (mobilidade casa-trabalho).

2.2.2. Movimentos de passageiros por transporte ferroviário.

No que diz respeito ao transporte ferroviário há que dizer que no período 1999-2004 se produziu uma constante redução no número de viajantes que atravessam as fronteiras entre Espanha e Portugal utilizando este modo de transporte, que se quantifica numa queda de 45 pontos percentuais (veja-se tabela 8 e gráfico 9). No entanto, na Cimeira Bilateral de Figueira da Foz (2003), Espanha e Portugal atingiram o acordo de estabelecer quatro ligações ferroviárias transfronteiriças de alta velocidade: Porto-Vigo, Aveiro-Salamanca, Lisboa-Madrid e Faro-Huelva; acordo este, ratificado nas Cimeiras de Santiago de Compostela (2004) e Évora (2005), com o objectivo de impulsionar o movimento tanto de passageiros como de mercadorias entre os dois países.

	1.999	2.001	2.003	2.004	% variação 1.999-2.004
Para Portugal	170.300	161.412	127.995	89.583	-47,40%
Desde Portugal	157.574	147.722	117.792	90.555	-42,53%
Total	327.874	309.134	245.787	180.138	-45,06%

Fonte: Elaboração própria a partir do 1º, 2º, 3º e 4º Relatório do OTEP. Dados portugueses, proporcionados fundamentalmente por Caminhos de Ferro Portugueses, salvo os dados correspondentes ao ano 2.004 que são espanhóis (RENFE).

Tabela 8. Evolução dos passageiros com origem e destino em Espanha e além dos pirineos e entrada/saída de Portugal (comboios internacionais, anos 1.999, 2.001, 2.003 e 2.004).

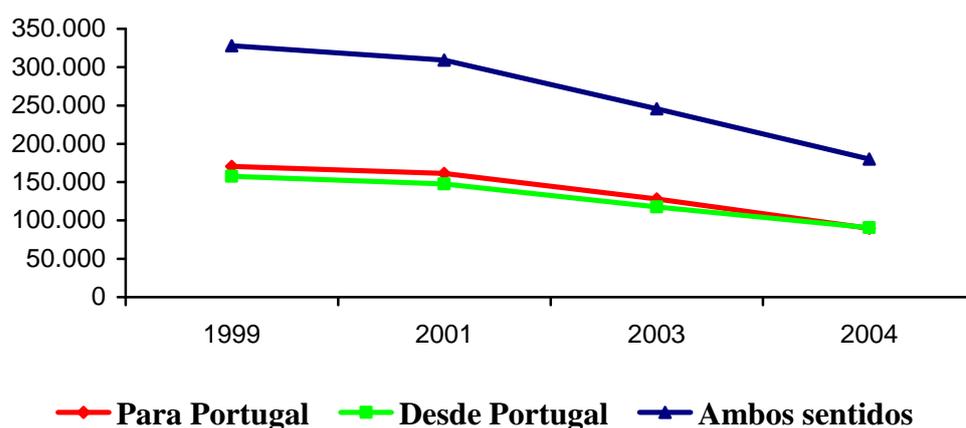


Gráfico 9

Na actualidade só existe um ponto de passagem por transporte ferroviário entre Portugal e Galiza: Tui – Valença do Minho, que é de pouca relevância, em termos de viajantes, no total dos movimentos por transporte ferroviário entre Espanha e Portugal. Par além disso, a relevância de dita fronteira decresce à medida que passam os anos, como se manifesta no gráfico 10 construído a partir dos dados da tabela 9. Dos dados do gráfico 10 deduz-se que enquanto em 1999 24% dos viajantes por transporte ferroviário entre Espanha e Portugal atravessavam a fronteira Tui-Valença, em 2003 esta proporção se tinha reduzido para 14% do total.

	Marvão-Beirã/Valencia de Alcántara			Vilar Formoso/Fuentes de Oñoro			Valença/Tui		
	1.999	2.001	2.003	1.999	2.001	2.003	1.999	2.001	2.003
Para Portugal	44.210	42.732	38.098	80.433	92.492	70.970	45.657	26.188	18.927
Desde Portugal	44.382	42.526	38.098	79.685	83.591	64.211	33.507	21.605	15.483
Total	88.592	85.258	76.196	160.118	176.083	135.181	79.164	47.793	34.410

Fonte: Elaboração própria a partir do 1º, 2º e 3º Relatório do OTEP.

Tabela 9. Evolução dos passageiros, por fronteira, com origem e destino em Espanha e além dos pirineos e entrada/saída de Portugal (1.999, 2.001 e 2.003).

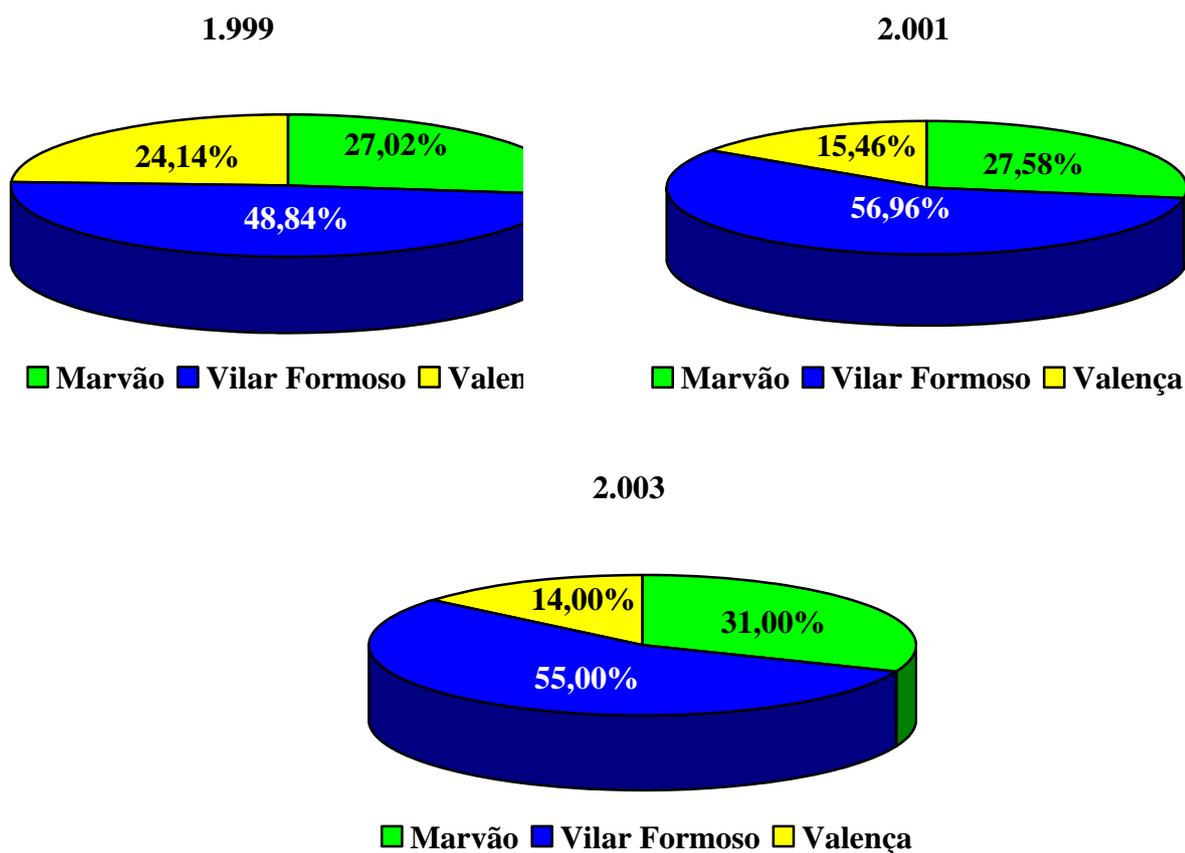
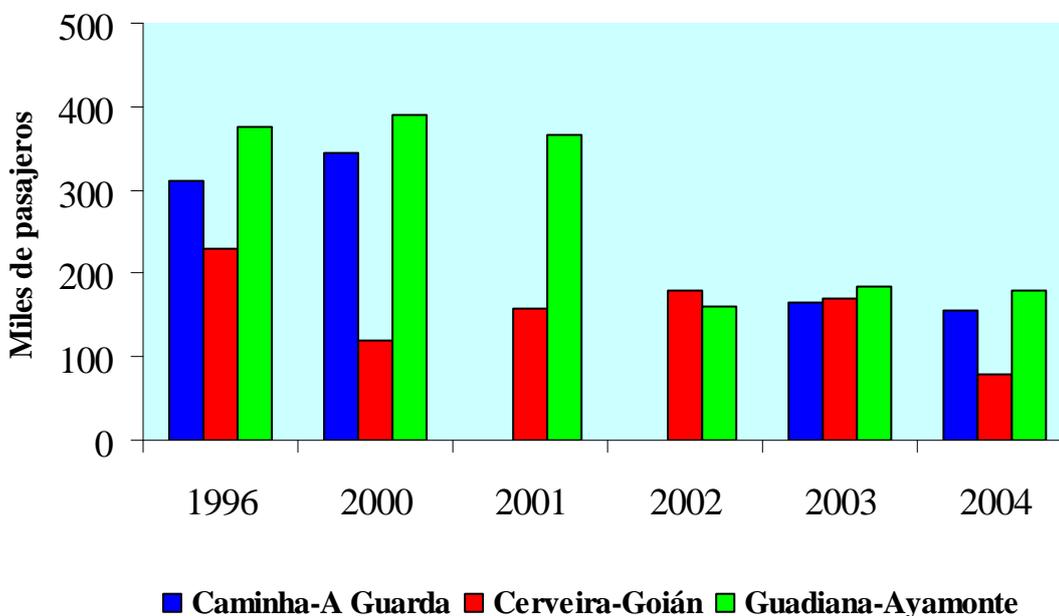


Gráfico 10. Evolução entre 1999 e 2003 do peso de cada fronteira no total de fronteiras por transporte ferroviário entre Espanha e Portugal.

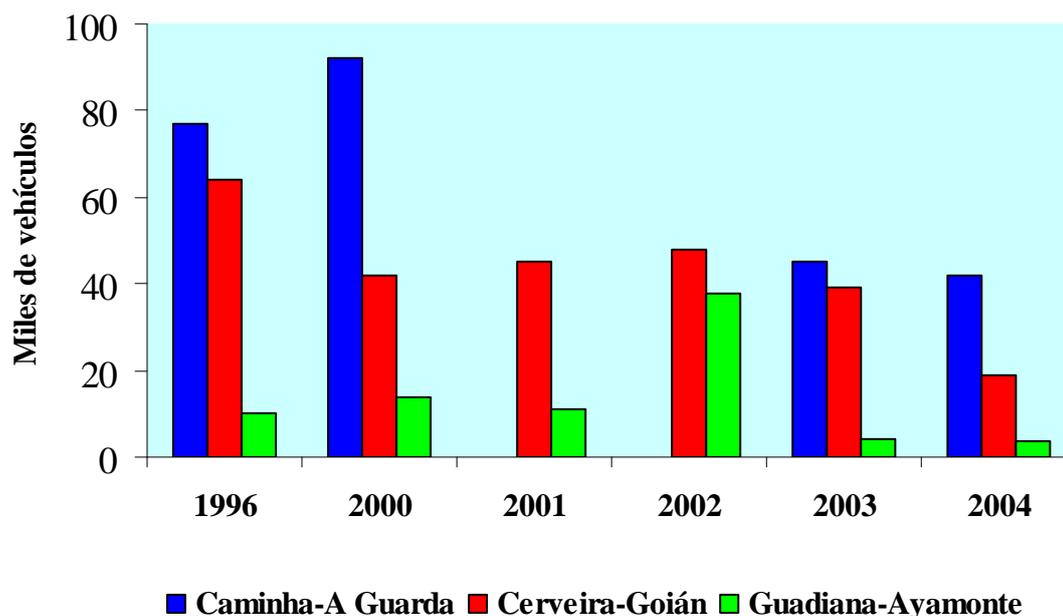
2.2.3. Movimentos de passageiros por transporte fluvial.

O último meio de transporte utilizado pelos passageiros que se deslocam desde Galiza a Portugal ou vice-versa é o transporte fluvial devido a que grande parte da fronteira entre Galiza e Portugal está delimitada pelo rio Minho. Existiam duas ligações neste rio: Caminha-A Guarda e Vila Nova de Cerveira-Goíán, ainda que a inauguração da ponte internacional entre estas duas últimas localidades motivou que o ferry existente entre elas se destine na actualidade a realizar rotas turísticas pelo rio Minho. Tanto o tráfego de passageiros como o de veículos diminuiu nos últimos anos, segundo os dados do INE português, como se expõe nos gráficos 11 e 12.



Fonte: 4º Relatório do OTEP. Não existem dados para 2001 e 2002 com respeito à fronteira Caminha-A Guarda.

Gráfico 11. Evolução do tráfego de passageiros nos rios Minho e Guadiana (1996-2004).



Fonte: 4º Relatório do OTEP. Não existem dados para 2001 e 2002 com respeito à fronteira Caminha-A Guarda.

Gráfico 12. Evolução do tráfego de veículos nos rios Minho e Guadiana (1996-2004).

Em conclusão, dos dados obtidos deduz-se que **98,86%** do tráfego total de passageiros entre Galiza e Portugal em 2003 utilizou o **modo de transporte terrestre** enquanto só 0,14% o fez em transporte ferroviário e 1,0% utilizou o transporte fluvial.

2.3. Movimentos transfronteiriços de mercadorias entre Galiza e Portugal.

2.3.1. Introdução.

Neste ponto vamos analisar os movimentos de mercadorias que se realizam entre Galiza e Portugal. A análise seguirá dois critérios alternativos: em termos de valor e em termos físicos. Para o objectivo deste estudo, é de maior relevância a segunda alternativa. No entanto, a primeira tem o valor adicional de nos permitir estudar a evolução do tráfego de mercadorias entre as regiões de Galiza e do Norte de Portugal que integram a Euro-região, já que existem dados sobre o valor das relações comerciais entre as duas regiões.

Qualquer análise de tráfego transfronteiriço de mercadorias deve ter como ponto de partida o número de veículos pesados que atravessam cada ano as fronteiras da Galiza com Portugal. A informação que nos proporciona o OTEP reduz-se aos anos 2003 e 2004 e só especifica os dados das principais fronteiras situados na Galiza. No entanto, na informação relativa a 2003 não temos dados referentes à fronteira Salvaterra do Miño-Monção que é o segundo mais importante dos existentes entre Galiza e Portugal. Por esta razão, limitamo-nos a expor na tabela 10 os dados das IMD dos veículos pesados nas fronteiras existentes entre Galiza e Portugal.

Fronteira Galiza : Portugal	Intensidade Média Diária (IMD)	
	2004	
	Nº	% sobre Espanha
Tui (ponte nova) : Valença do Minho (T(PN)-VM)	2.116	20,42%
Tui (ponte velha) : Valença do Minho (T(PN)-VM)	200	1,93%
Salvaterra do Miño : Monção (SM-M)	1.000	9,65%
Verín : Vila Verde Raia (V-VVR)	487	4,70%
Resto da Galiza	429	4,14%
Total Galiza	4.232	40,85%
TOTAL ESPANHA	10.360	100%

Fonte: OTEP nº 4.

Tabela 10. Tráfego de veículos pesados em 2004 nas fronteiras terrestres entre Galiza e Portugal.

Apartir da informação desta tabela constroem-se os gráficos 13 e 14 nos quais se mostra a distribuição do tráfego de veículos pesados entre as fronteiras existentes entre Galiza e Portugal e a sua relevância no tráfego total entre Espanha e Portugal, respectivamente. Neste sentido há que dizer que as fronteiras existentes entre Tui e Valença do Minho absorvem 54,7% do tráfego pesado entre Galiza e Portugal e que 41% do tráfego de veículos pesados entre Espanha e Portugal atravessa as fronteiras da Galiza.

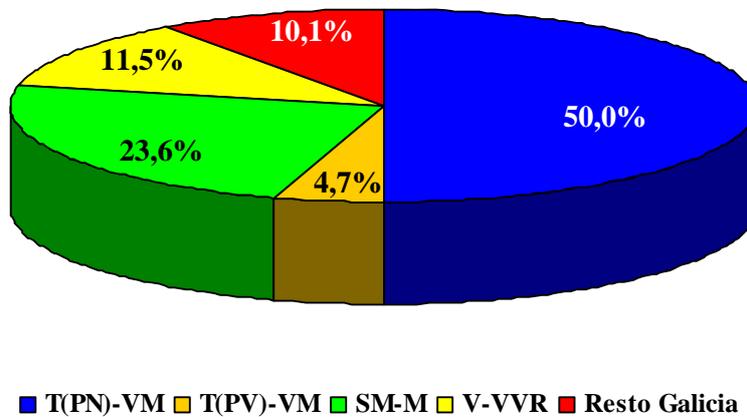


Gráfico 13. Distribuição do tráfego de veículos pesados pelas diferentes fronteiras entre Galiza e Portugal.

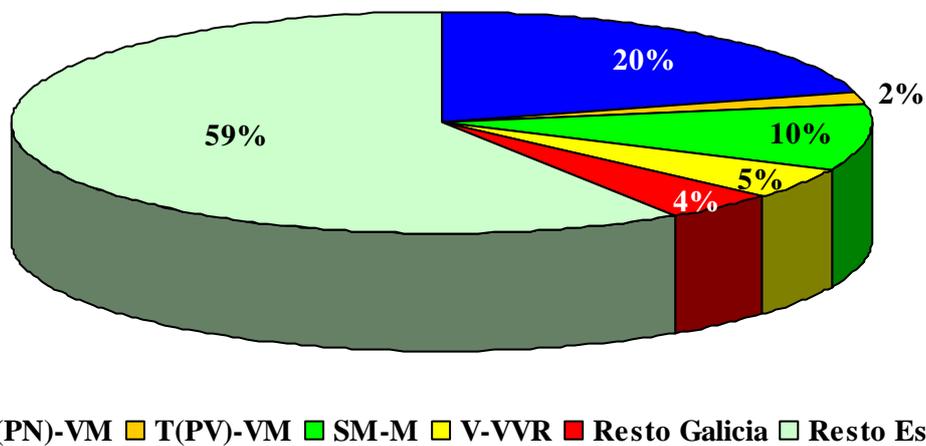


Gráfico 14. Relevância do tráfego de veículos pesados pelas diferentes fronteiras entre Galiza e Portugal sobre o tráfego entre Espanha e Portugal.

2.3.2. Intercâmbios comerciais entre Galiza e Portugal.

Neste ponto vamos analisar a evolução do valor das mercadorias trocadas entre Galiza e Portugal e, na medida do possível, entre Galiza e a região do Norte de Portugal. Assim na tabela 11 expõe-se a evolução do valor das exportações para Portugal entre 1995 e 2005 com origem em Espanha e na Galiza. Para além disso, indica-se a distribuição das exportações com origem na Galiza pelas diferentes províncias que a integram. Apartir dos dados da tabela 11 constroem-se os gráficos 15, 16 e 17 .

No gráfico 15 representa-se a evolução no período considerado, 1995-2005, do valor das exportações com origem na Galiza e Espanha, respectivamente, e com destino a Portugal. Da evolução dessas variáveis, observa-se, como se manifesta no gráfico 16, que a participação da Galiza nas exportações espanholas para Portugal aumentou ao longo do período, passando de 11,43% a 13,85%.

Por outro lado, quanto à distribuição das exportações galegas para Portugal entre as diferentes províncias, observa-se no gráfico 17 que, basicamente, têm sua origem nas províncias da Corunha e Pontevedra que já no ano 1995 representavam 86% das exportações para Portugal. Esta percentagem foi crescendo paulatinamente para 90% em 2005, aumentando consideravelmente a participação da Corunha nas exportações à custa da participação de Pontevedra. Assim enquanto em 1995 as exportações com origem na Corunha representavam 28,55% das exportações galegas, essa participação incrementou-se até 43,31% em 2005. Pelo contrário, a participação de Pontevedra reduziu-se, no mesmo período em quase 11 pontos percentuais.

Se nos centramos nas relações com a Região Norte de Portugal que junto com a Galiza integra a chamada Euro-Região Galiza-Norte de Portugal, na tabela 12 expõe-se a evolução do valor das exportações com origem na Galiza e em Espanha e com destino ao Norte de Portugal. Esta tabela completa-se com os dados referentes às exportações entre Espanha e Portugal e às exportações da Galiza com todo mundo com o objectivo de obter a evolução de uma série de rácios que se mostram na tabela 13.

Lugar de Origem	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Espanha	5.805	6.847	8.468	9.407	10.495	11.854	13.225	13.559	13.291	14.340	14.838
Galiza	663	782.	965	1.083	1.191	1.418	1.677	1.674	1.694	1.813	2.054
Corunha (A)	189	219	284	334	391	482	587	601	614	710	890
Lugo	48	48	62	62	56	61	57	40	56	59	69
Ourense	41	50	65	81	100	104	122	108	104	105	117
Pontevedra	384	464	552	605	642	769	909	923	919	939	977

Fonte: Datacomex.

Tabela 11. Evolução do valor das exportações para Portugal entre 1995 e 2005. Dados em milhões de euros.

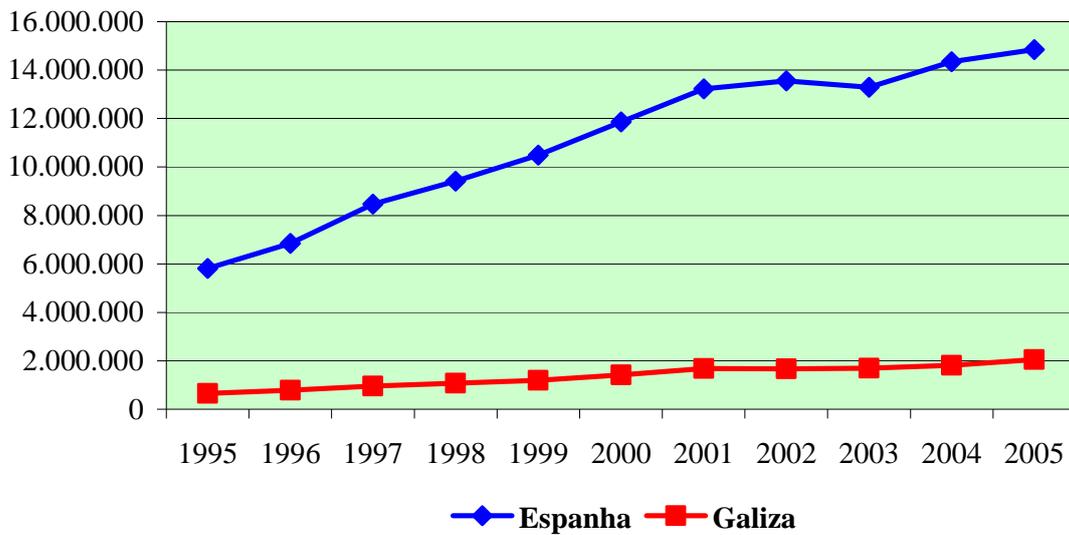


Gráfico 15. Evolução do valor das exportações desde Espanha e Galiza para Portugal (1995-2005). Dados em milhares de euros.

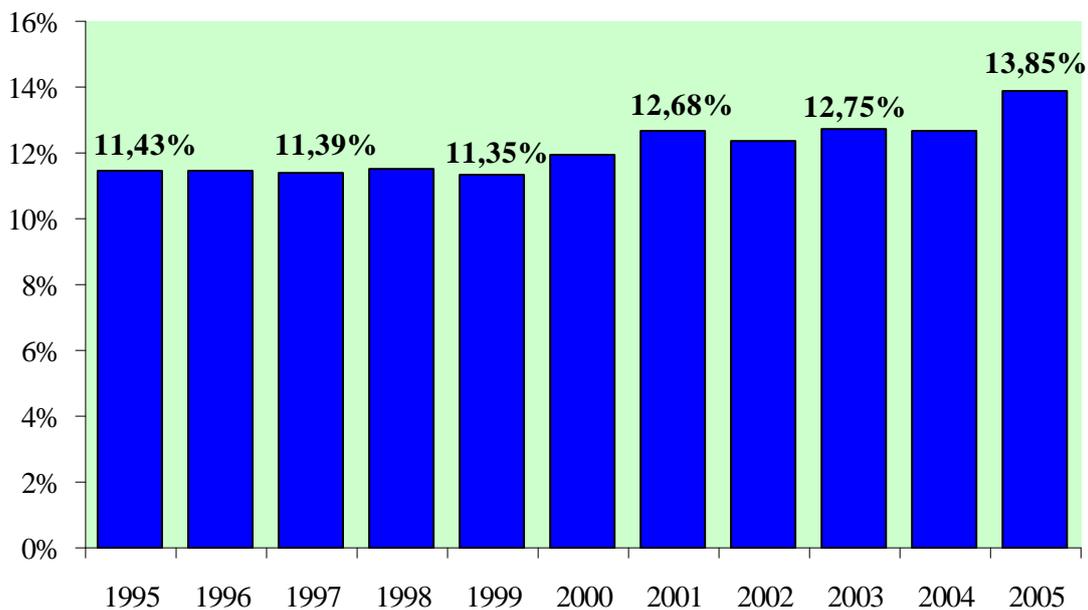


Gráfico 16. Evolução da importância das exportações galegas no total das exportações de Espanha para Portugal (1995-2005).

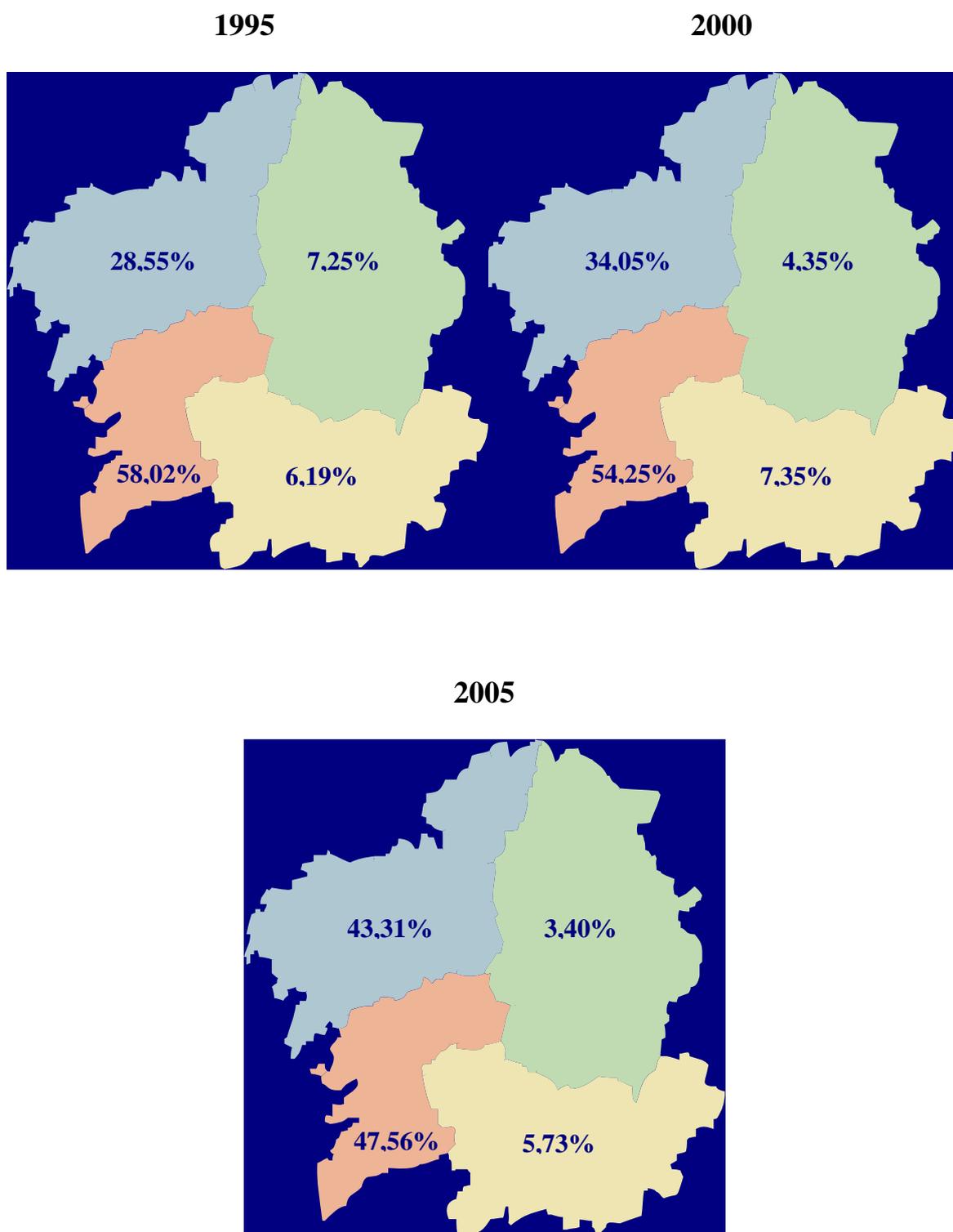


Gráfico 17. Evolução da distribuição por províncias das exportações galegas para Portugal (1995-2005).

Na tabela 13 analisa-se a evolução dos seguintes rácios:

- Em primeiro lugar, queremos estudar a importância que têm para a Galiza as exportações dirigidas para Portugal sobre o total de exportações que realiza.
- Também nos interessa conhecer a relevância da Região Norte dentro de Portugal como receptor das exportações procedentes tanto de Galiza como de toda Espanha.
- Por último, queremos analisar o peso de Galiza dentro de Espanha como provedor de mercadorias à região do Norte de Portugal.

Apartir da informação proporcionada por esta tabela constroem-se os gráficos 18, 19, 20 e 21. No gráfico 18 mostra-se como o peso das exportações dirigidas para Portugal sobre o total de exportações da Galiza diminui ao longo do período em análise, de tal maneira que em 1995 representam 19,18% do total de exportações, enquanto em 2005 se reduzem até 16,95%.

No gráfico 19 expõe-se a evolução do peso das exportações espanholas com destino à Região Norte de Portugal sobre o total de exportações para Portugal. Observa-se que de 1996 a 1999 o peso foi incrementando para, a partir desse momento começar a reduzir-se até a actualidade, ainda que nos últimos anos se observa uma tendência para o incremento. No entanto, de 1996 a 2004 produziu-se uma diminuição de 7,4 pontos percentuais.

O gráfico 20 centra-se na relevância que tem o Norte de Portugal como destino das exportações galegas com destino a Portugal entre 1995 e 2002, único período para o qual se dispõe de dados. Nele se observa que se produziram oscilações ao longo do período em análise, mas no ano 2002 o Norte de Portugal recebeu 40,91% das exportações galegas para Portugal frente a 48,16% que representavam em 1995.

Por último, no gráfico 21 compara-se a evolução da importância das exportações galegas no total das exportações de Espanha com destino ao Norte de Portugal e a Portugal entre 1996 e 2002. Deste gráfico deduz-se que a Galiza, como provedor, tem um maior peso dentro de Espanha nas exportações dirigidas para a Região Norte do que no total de exportações para Portugal. Para além disso, esse peso apresenta uma tendência crescente ao longo dos anos analisados.

Origem-Destino	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Galiza - Portugal	663	782.	965	1.083	1.191	1.418	1.677	1.674	1.694	1.813	2.054
Galiza - Todo o Mundo	3.460	4.228	4.876	5.347	6.011	8.299	9.266	9.738	9.957	10.499	12.125
Espanha -Norte de Portugal	n.d.	2.246	2.643	3.123	3.455	2.833	2.961	3.035	3.358	3.645	n.d.
Galiza - Norte de Portugal	319	376	443	506	619	692	664	685	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: Datacomex, INE, IGE.

Tabela 12. Evolução do valor das exportações relacionadas com a Galiza e Portugal entre 1995 e 2005. Dados em milhões de euros.

	% das Exportações										
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(Exp. Portugal/Exp. Totais)_{GALIZA}	19,18	18,51	19,79	20,27	19,82	17,09	18,10	17,19	17,02	17,28	16,95
(Exp. Norte Portugal/Exp. Portugal)_{ESPAÑA}	n.d.	32,80	31,21	33,19	32,92	23,90	22,39	22,38	25,26	25,42	n.d.
(Exp. Norte Portugal/Exp. Portugal)_{GALIZA}	48,16	48,10	45,96	46,70	51,96	48,85	39,59	40,91	n.d.	n.d.	n.d.
(Exp. Norte Portugal)_{GALIZA} / (Exp. Norte Portugal)_{ESPAÑA}	n.d.	16,76	16,78	16,21	17,92	24,46	22,42	22,57	n.d.	n.d.	n.d.

Tabela 13.

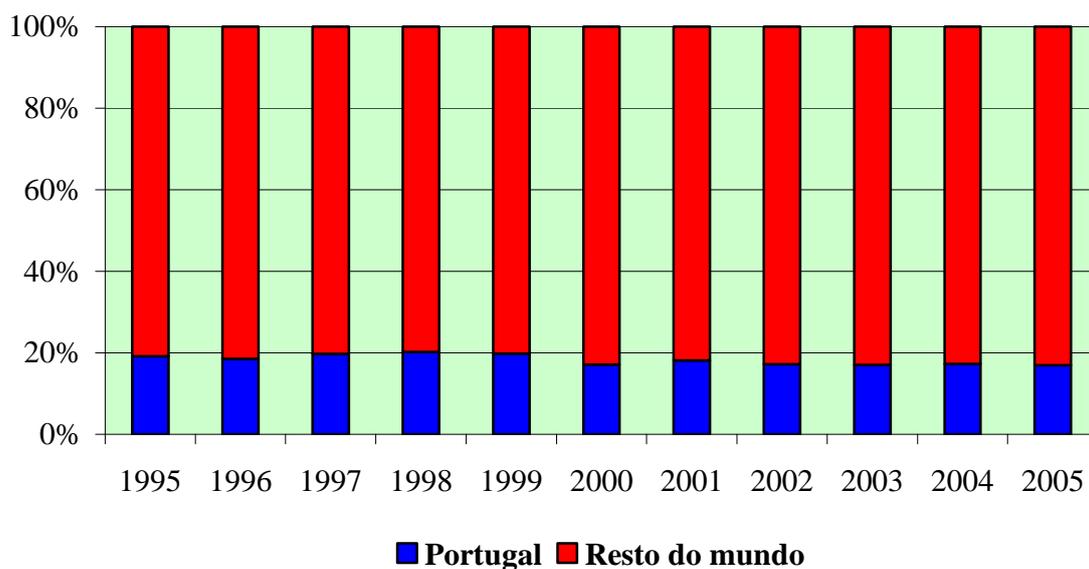


Gráfico 18. Evolução da importância das exportações para Portugal sobre o total de exportações da Galiza (1995-2005).

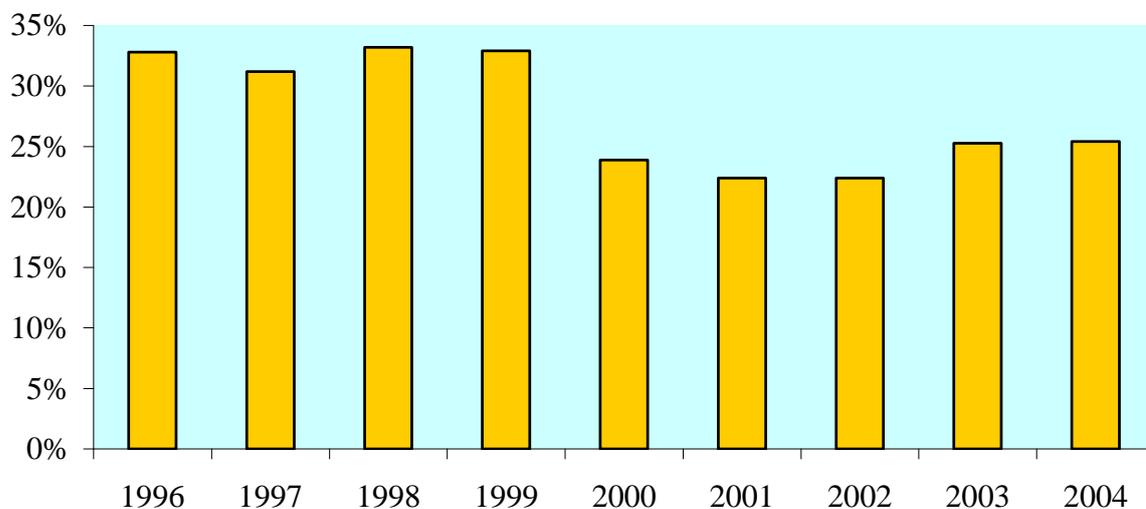


Gráfico 19. Evolução da importância das exportações espanholas com destino à Região Norte de Portugal sobre o total de exportações para Portugal (1996-2004).

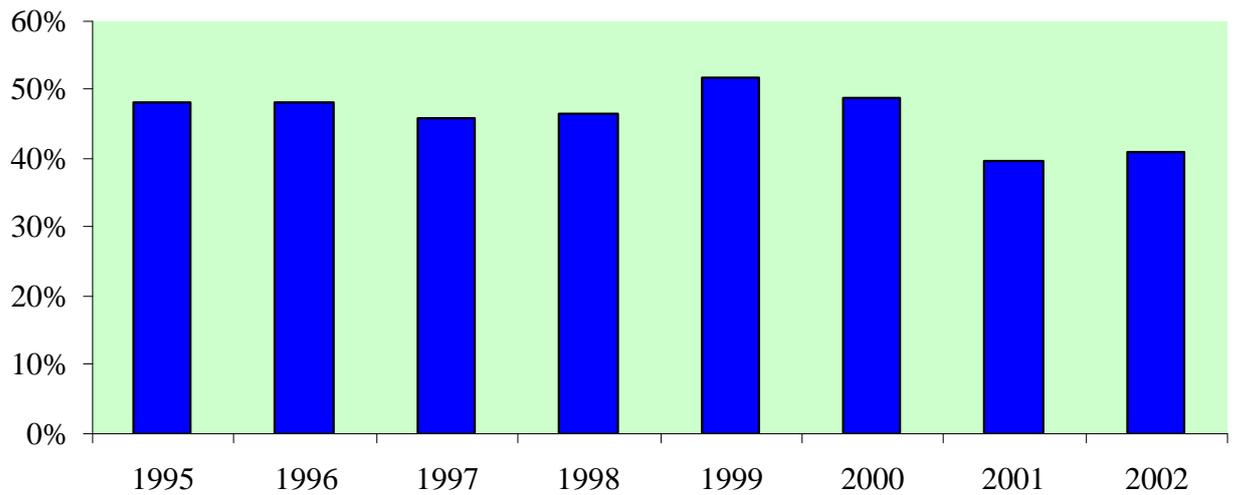


Gráfico 20. Evolução da importância das exportações galegas com destino ao Norte de Portugal sobre o total de exportações para Portugal (1995-2002).

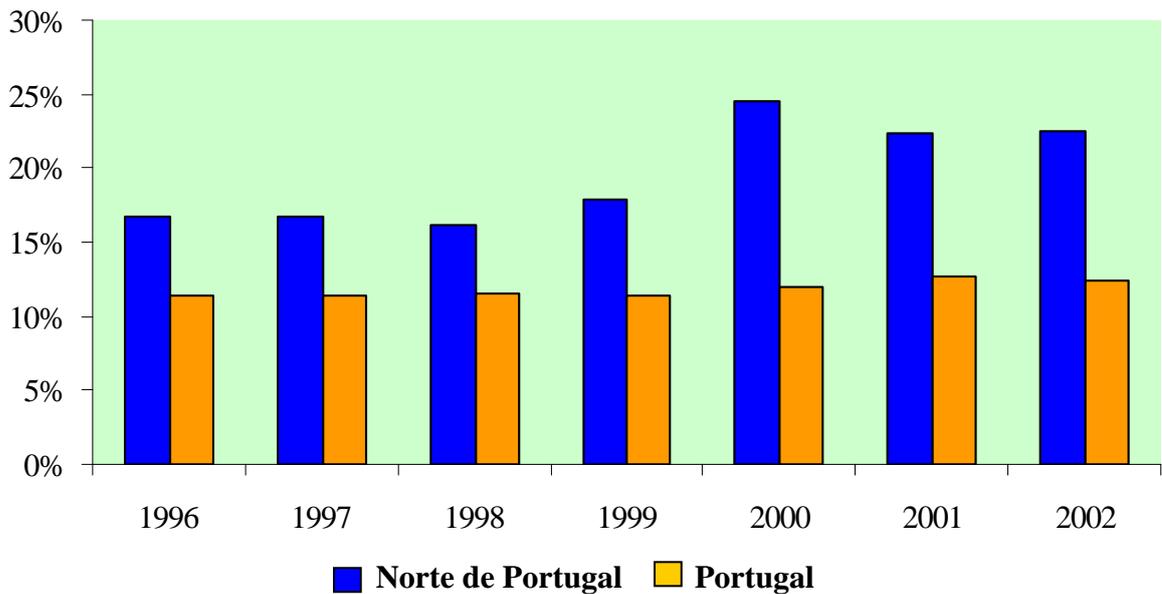


Gráfico 21. Evolução da importância das exportações galegas no total das exportações de Espanha com destino ao Norte de Portugal e a Portugal (1996-2002).

No que diz respeito às importações, a tabela 14 recolhe a evolução do valor das importações com origem em Portugal entre 1995 e 2005 e com destino a Espanha e Galiza. Par além disso, indica-se a distribuição das importações dirigidas à Galiza por províncias. Com os dados desta tabela constroem-se os gráficos 22, 23 e 24.

No gráfico 22 representa-se a evolução no período considerado, 1995-2005, do valor das importações com origem em Portugal e com destino na Galiza e em Espanha, respectivamente. Neste gráfico, observa-se, como se comprova no gráfico 23, que a participação de Galiza nas importações espanholas procedentes de Portugal cresceu ao longo do período mais de 9 pontos percentuais, passando de 12,73% a 21,59%.

No respeitante à distribuição das importações galegas procedentes de Portugal entre as diferentes províncias observa-se, no gráfico 24, que os destinos básicos são, de novo, as províncias da Corunha e Pontevedra que já no ano 1995 representavam quase 89% das importações procedentes de Portugal. Esta percentagem aumentou no ano 2005 onde atingiu 94% do total. Contrariamente às exportações, a participação de cada uma das duas províncias variou muito pouco, já que enquanto em 1995 as importações com destino na Corunha representavam 41,32% das importações galegas, essa participação incrementou-se até 45,32% em 2005. No entanto, a participação de Pontevedra não se reduziu, aumentando mesmo em 1 ponto percentual, passando de 47,52% em 1995 para 48,57% em 2005.

A tabela 15 mostra a evolução do valor das importações com destino na Galiza e Espanha e com origem no Norte de Portugal. Esta tabela também recolhe dados referentes às importações entre Espanha e Portugal e às importações da Galiza com todo mundo com o objectivo de obter na tabela 16 a evolução de uma série de rácios similares aos da tabela 13.

Lugar de destino	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Espanha	2.599	2.759	2.994	3.440	3.858	4.609	4.857	5.449	5.995	6.798	7.512
Galiza	331	367	436	508	651	783	920	997	1.098	1.342	1.622
Corunha (A)	137	146	172	227	310	364	414	485	559	624	735
Lugo	20	24	23	25	20	39	30	26	20	31	35
Ourense	17	18	24	26	34	39	46	50	71	82	64
Pontevedra	157	180	218	230	287	340	430	435	448	605	788

Fonte: Datacomex.

Tabela 14. Evolução do valor das importações procedentes de Portugal entre 1995 e 2005. Dados em milhões de euros.

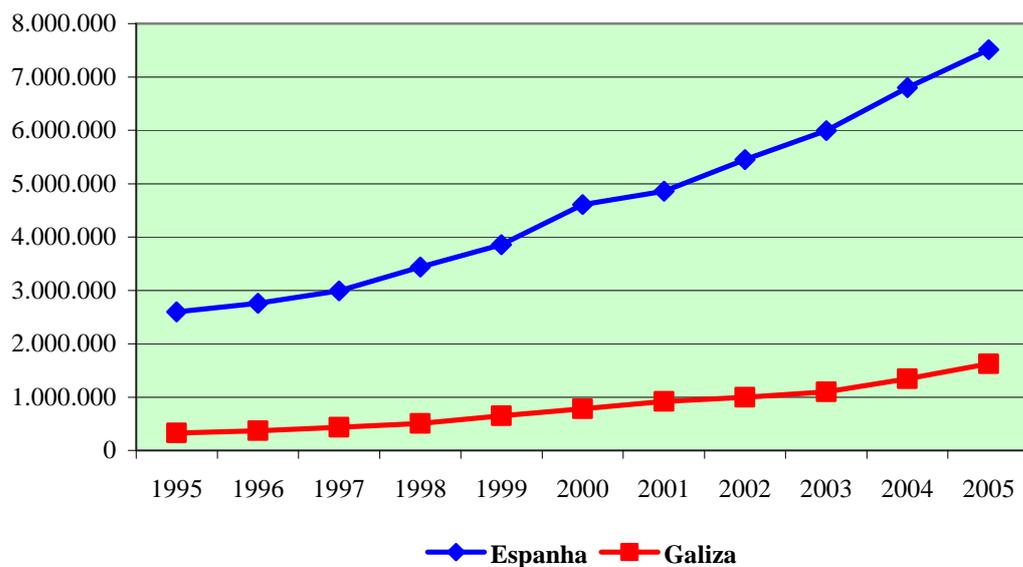


Gráfico 22. Evolução do valor das importações de Espanha e Galiza procedentes de Portugal (1995-2005). Dados em milhares de euros.

% das Importações

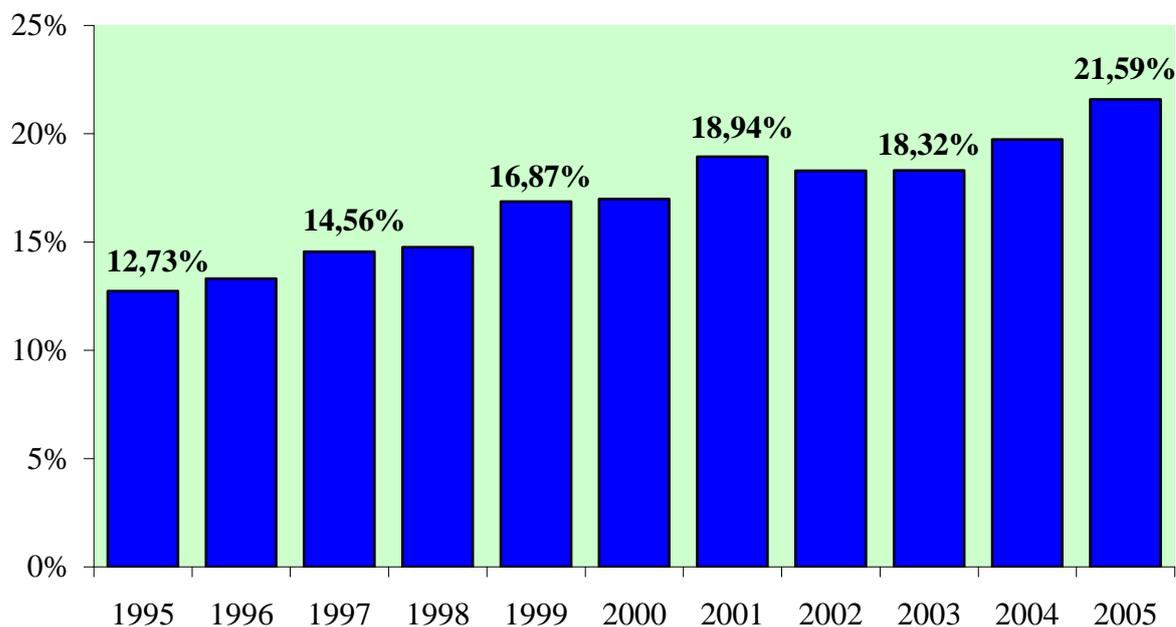


Gráfico 23. Evolução da importância das importações galegas no total das importações de Espanha procedentes de Portugal (1995-2005).

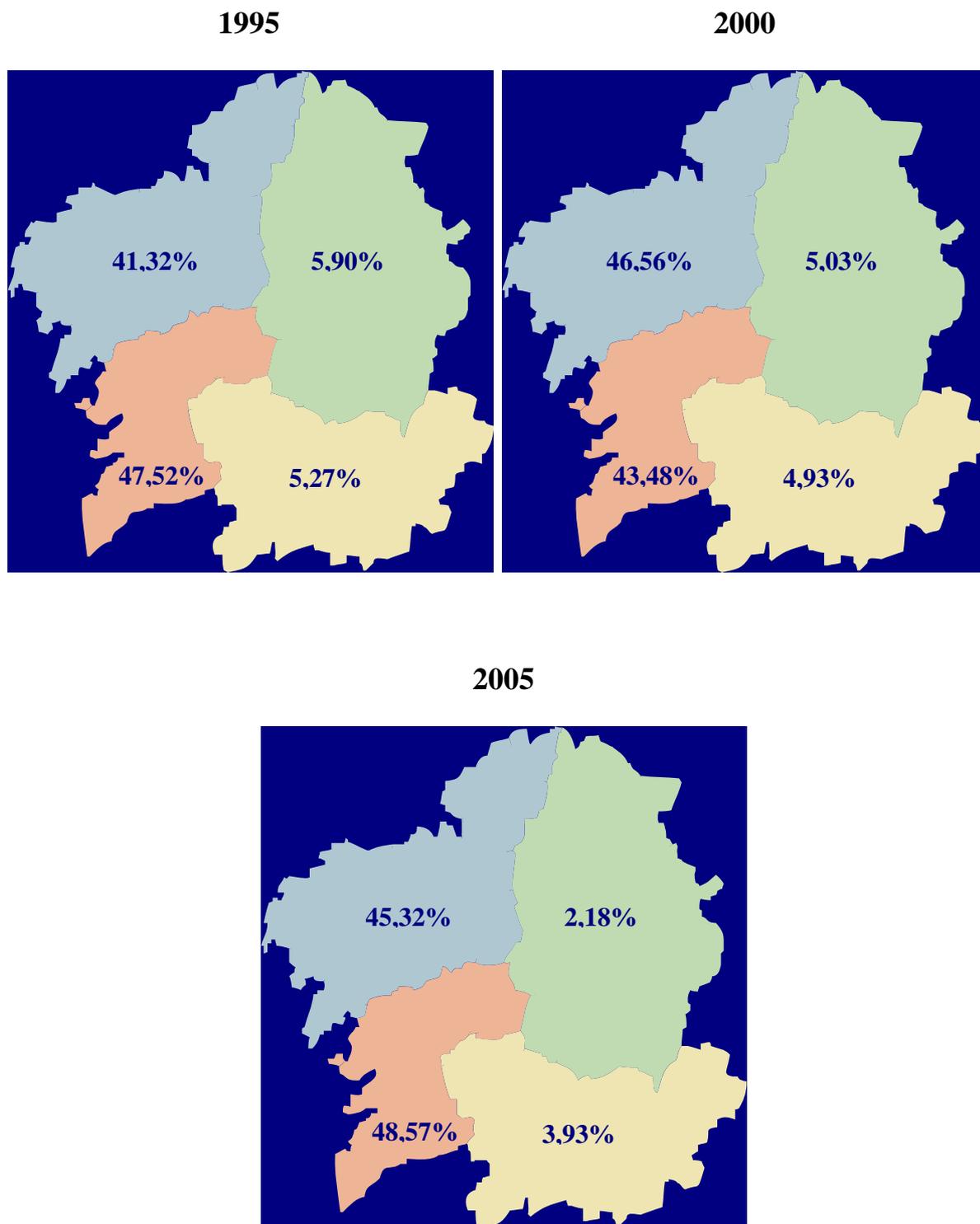


Gráfico 24. Evolução da distribuição por províncias das importações galegas procedentes de Portugal (1995-2005).

Na tabela 16 reflecte-se a evolução dos seguintes rácios:

- A importância que têm para a Galiza as importações procedentes de Portugal sobre o total de importações que realiza.
- A relevância da Região Norte no contexto de Portugal como provedor das importações com destino tanto à Galiza como a Espanha.
- O peso da Galiza dentro de Espanha como receptor de mercadorias procedentes da região do Norte de Portugal.

Apartir da informação que proporciona esta tabela constroem-se os gráficos 25, 26, 27 e 28. No gráfico 25 mostra-se como o peso das importações recebidas de Portugal sobre o total de importações da Galiza aumenta ao longo do período de análise em 3,4 pontos percentuais, já que em 1995 representam 8,40% do total de importações, enquanto em 2005 aumentam até 11,79%.

No gráfico 26 expõe-se a evolução do peso das importações espanholas com origem na Região Norte de Portugal sobre o total de importações procedentes de Portugal. Observa-se que de 1996 a 1999 o peso foi incrementando, para a partir desse momento começar a reduzir-se até a actualidade, ainda que nos últimos anos se observa uma tendência de crescimento. No entanto, de 1996 a 2004 produziu-se uma queda de 3,7 pontos percentuais.

O gráfico 27 centra-se na relevância que tem o Norte de Portugal como provedor das importações galegas com origem em Portugal entre 1995 e 2002, único período para o que se dispõe de dados. Neste gráfico observa-se que esta região é a principal provedora dentro de Portugal, já que proporciona cerca de 60% das importações com destino à Galiza. Ao longo do período em análise produziram-se oscilações; enquanto no ano 1995 o Norte de Portugal originou 68,23% das exportações galegas procedentes Portugal em 2002 dita percentagem reduziu-se para 63,32%.

Por último, no gráfico 28 compara-se a evolução da importância das importações galegas no total das importações de Espanha com origem no Norte de Portugal e Portugal entre 1996 e 2002. Deste gráfico deduz-se que a Galiza, como provedor, tem um maior peso dentro de Espanha nas importações procedentes da Região Norte do que no total das importações procedentes de Portugal. Para além disso esse peso manifesta uma tendência crescente ao longo dos anos analisados.

Origem-Destino	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Portugal-Galiza	331	367	436	508	651	783	920	997	1.098	1.342	1.622
Todo o Mundo-Galiza	3.936	4.622	5.361	6.274	6.600	8.896	9.418	9.167	10.245	11.006	13.752
Norte de Portugal-Espanha	n.d.	1.405	1.697	1.992	2.305	1.887	2.007	2.362	2.940	3.210	n.d.
Norte de Portugal-Galiza	226	237	290	350	437	523	529	631	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: Datacomex, INE, IGE.

Tabela 15. Evolução do valor das importações relacionadas com a Galiza e Portugal entre 1995 e 2005. Dados em milhões de euros.

	% das Importações										
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(Imp. Portugal/Imp. Totais)_{GALIZA}	8,40	7,95	8,13	8,09	9,86	8,80	9,77	10,87	10,72	12,19	11,79
(Imp. Norte Portugal/Imp. Portugal)_{ESPAÑA}	n.d.	50,92	56,68	57,91	59,74	40,94	41,32	43,35	49,04	47,22	n.d.
(Imp. Norte Portugal/Imp. Portugal)_{GALIZA}	68,23	64,50	66,54	69,02	67,18	66,81	57,49	63,32	n.d.	n.d.	n.d.
(Imp. Norte Portugal)_{GALIZA} / (Imp. Norte Portugal)_{ESPAÑA}	n.d.	16,86	17,10	17,59	18,97	27,71	26,36	26,71	n.d.	n.d.	n.d.

Tabela 16.

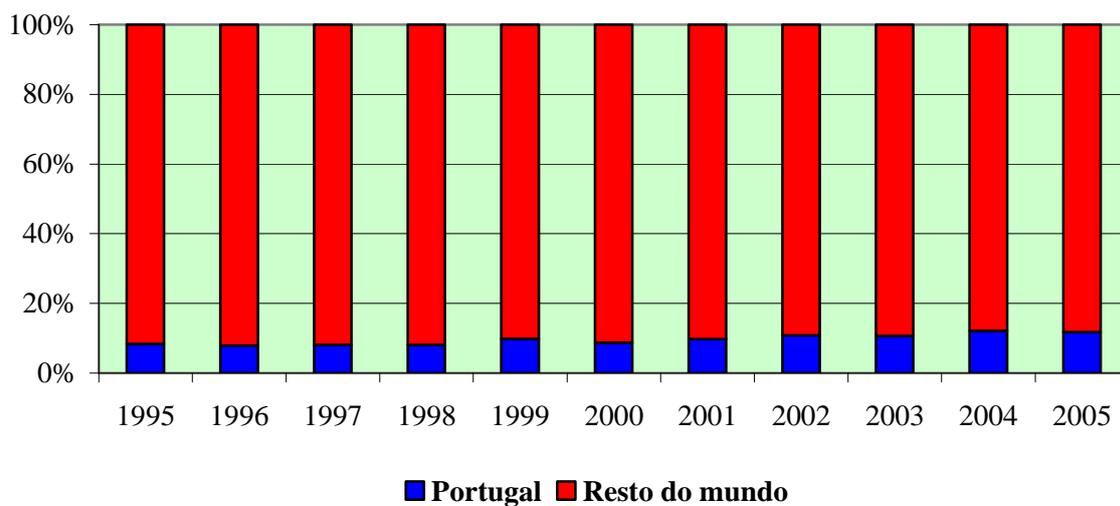


Gráfico 25. Evolução da proporção que as importações procedentes de Portugal representam sobre o total de importações de Galiza (1995-2005).

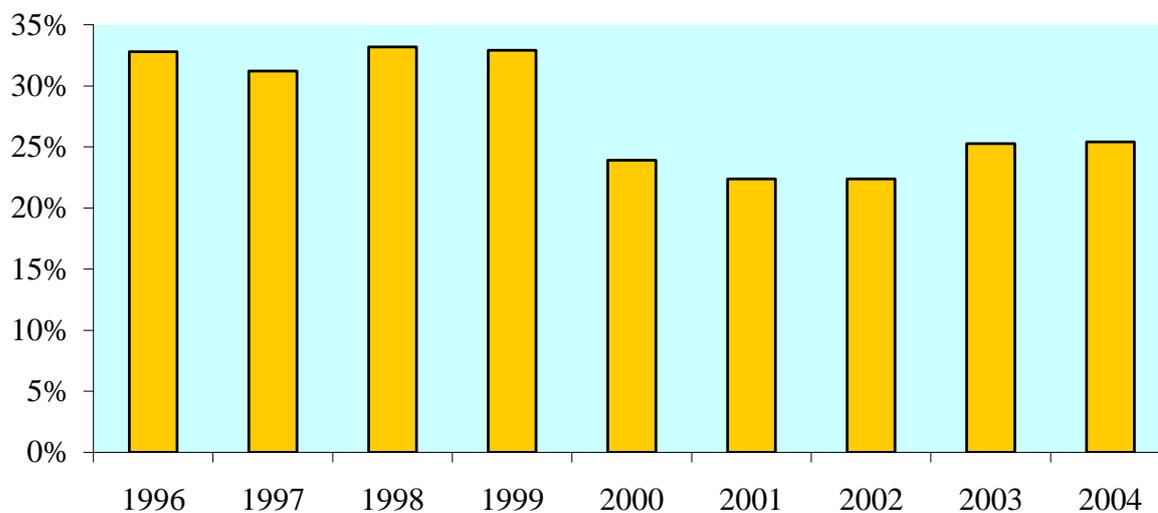


Gráfico 26. Evolução da proporção que representam as importações espanholas com origem no Norte de Portugal sobre o total de importações procedentes de Portugal (1996-2004).

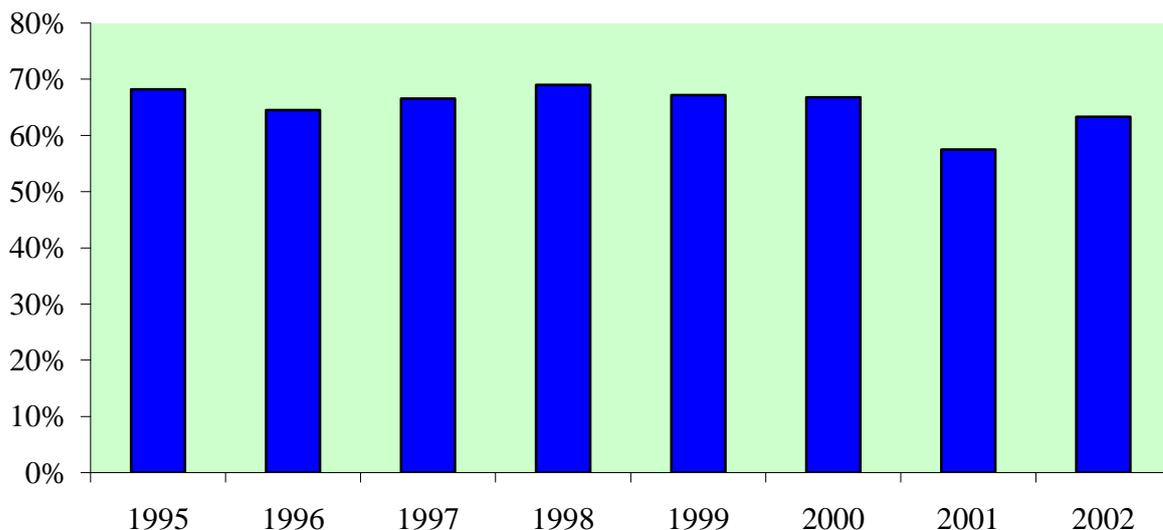


Gráfico 27. Evolução da proporção que representam as importações galegas com origem no Norte de Portugal sobre o total das importações galegas procedentes de Portugal (1995-2002).

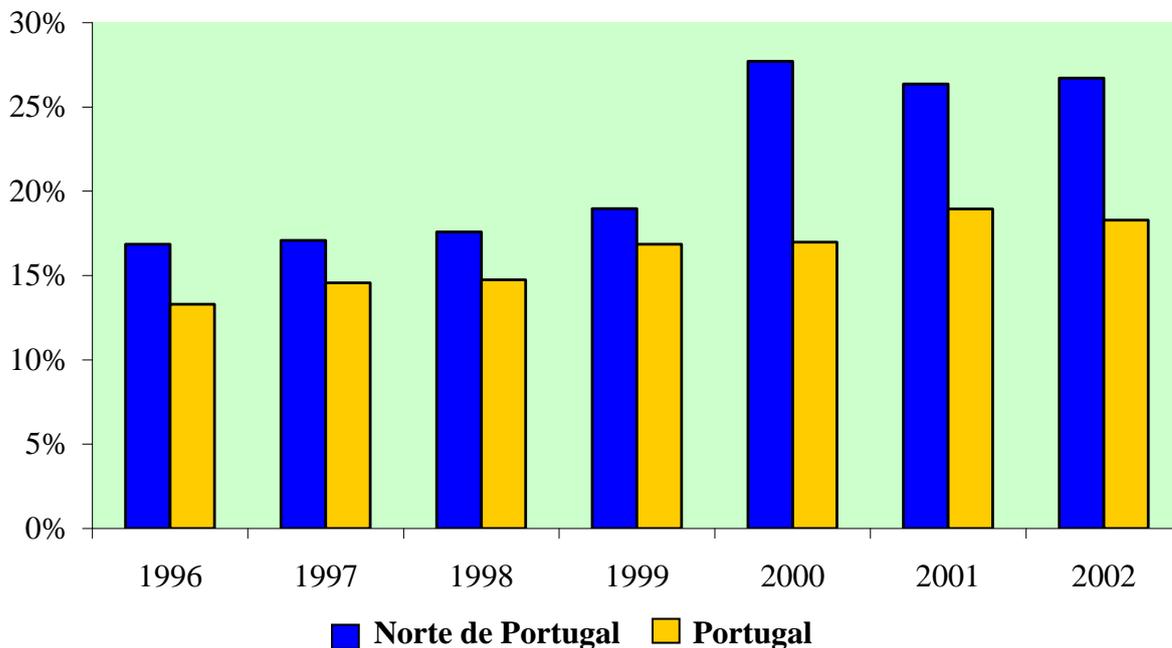


Gráfico 28. Evolução da proporção que representam as importações galegas no total das importações de Espanha com origem no Norte de Portugal e em Portugal (1996-2002).

Na tabela 17 expõe-se a evolução da taxa de cobertura comercial (100 multiplicado pelo quociente entre o valor das exportações e o valor das importações) de Espanha, Galiza, Corunha, Lugo, Ourense e Pontevedra, respectivamente, com Portugal. A partir dos dados desta tabela constroem-se os gráficos 29 e 30.

No gráfico 29 representa-se a evolução no período considerado, 1995-2005, da taxa de cobertura comercial de Portugal com Espanha e Galiza, respectivamente. Esta taxa cresce até 1997, ano a partir do qual entra numa senda decrescente, ainda que sempre com valores superiores a 100%. Isto indica que o valor das exportações é sempre maior que o valor das importações, ainda que esta diferença se vai reduzindo com o tempo. Há que mencionar que o valor da taxa de cobertura comercial é sempre maior na relação entre Espanha e Portugal do que na relação entre a Galiza e Portugal.

No gráfico 30 mostra-se a evolução da taxa de cobertura comercial com Portugal de cada uma das quatro províncias da Galiza em três momentos do tempo concretos: os anos 1995, 2000 e 2005. As taxas de cobertura comercial superam sempre o valor do 100%, mas mostram um comportamento irregular. A província da Corunha mostra o comportamento mais estável; uma taxa em torno de 130% com uma leve tendência à baixa. As províncias de Lugo e Ourense oscilam em torno de uma taxa de 200%, enquanto Pontevedra experimentou uma forte queda desde 250% em 1995 até 124% em 2005.

Por último, no gráfico 31 mostra-se o grande crescimento que experimentaram as relações comerciais entre a Galiza e o Norte de Portugal desde 1995 até 2002. Enquanto em 1995, os intercâmbios comerciais entre ambas as regiões ascendiam a 545 milhões de euros, em 2002 atingiam a cifra de 1.316 milhões de euros; isto é, um crescimento de 141% em apenas 7 anos.

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Espanha	223,4%	248,2%	282,9%	273,5%	272,0%	257,2%	272,3%	248,9%	221,7%	211,0%	197,5%
Galiza	200,6%	213,0%	221,3%	213,5%	183,1%	181,2%	182,3%	168,0%	154,3%	135,2%	126,7%
Corunha (A)	138,6%	150,6%	165,6%	147,3%	126,4%	132,5%	141,9%	124,0%	109,9%	113,8%	121,1%
Lugo	246,5%	203,8%	272,9%	250,6%	289,4%	156,9%	195,7%	155,6%	286,8%	193,5%	197,4%
Ourense	235,5%	279,7%	273,7%	312,6%	293,7%	270,3%	265,9%	215,1%	146,1%	128,5%	184,7%
Pontevedra	244,9%	258,1%	254,1%	263,8%	223,8%	226,1%	211,2%	212,3%	205,2%	155,2%	124,1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Datacomex.

Tabela 17. Evolução da taxa de cobertura comercial com Portugal entre 1995 e 2005.

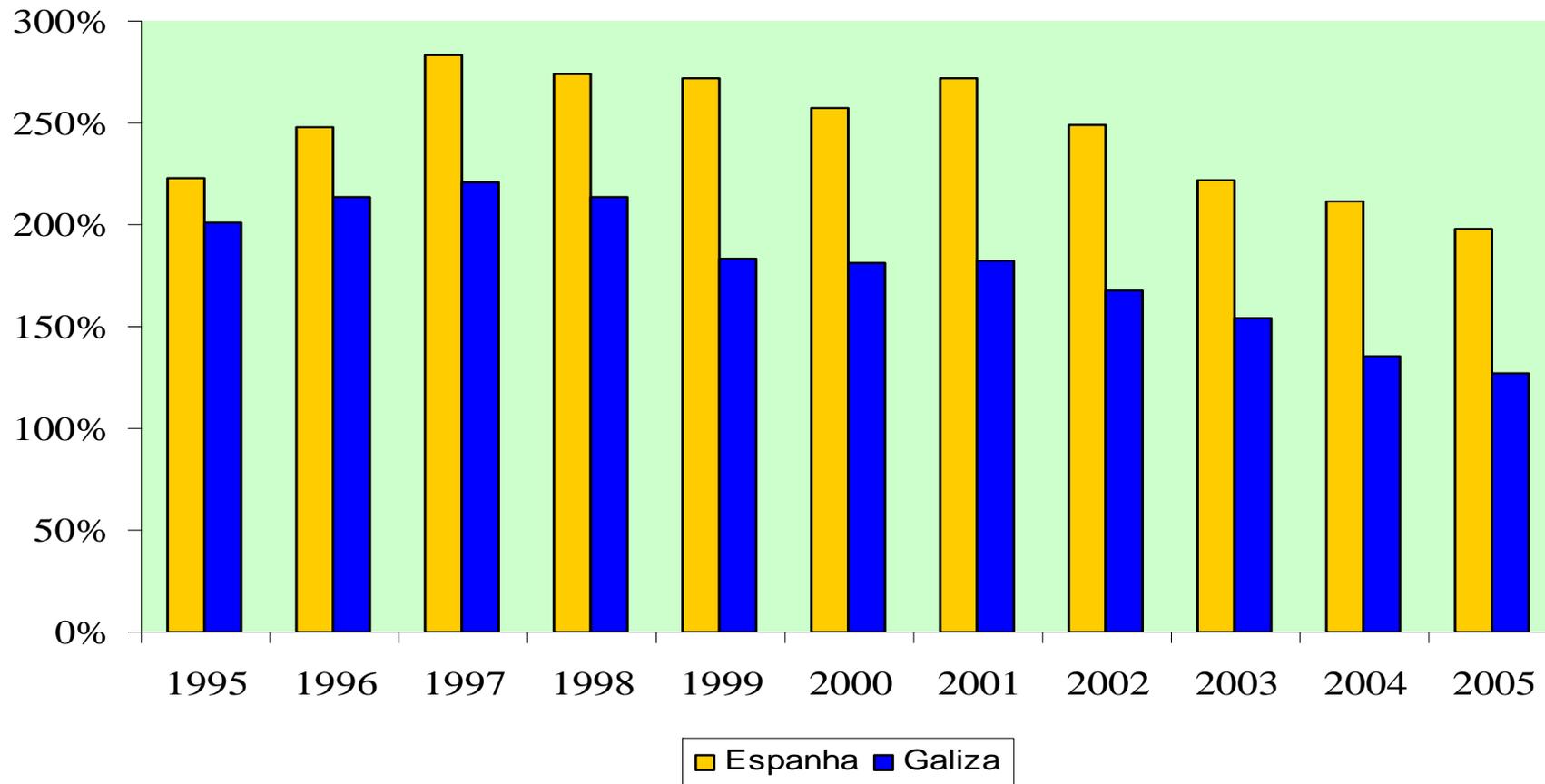


Gráfico 29. Evolução da taxa de cobertura comercial de Espanha e Galiza com Portugal (1995-2005).

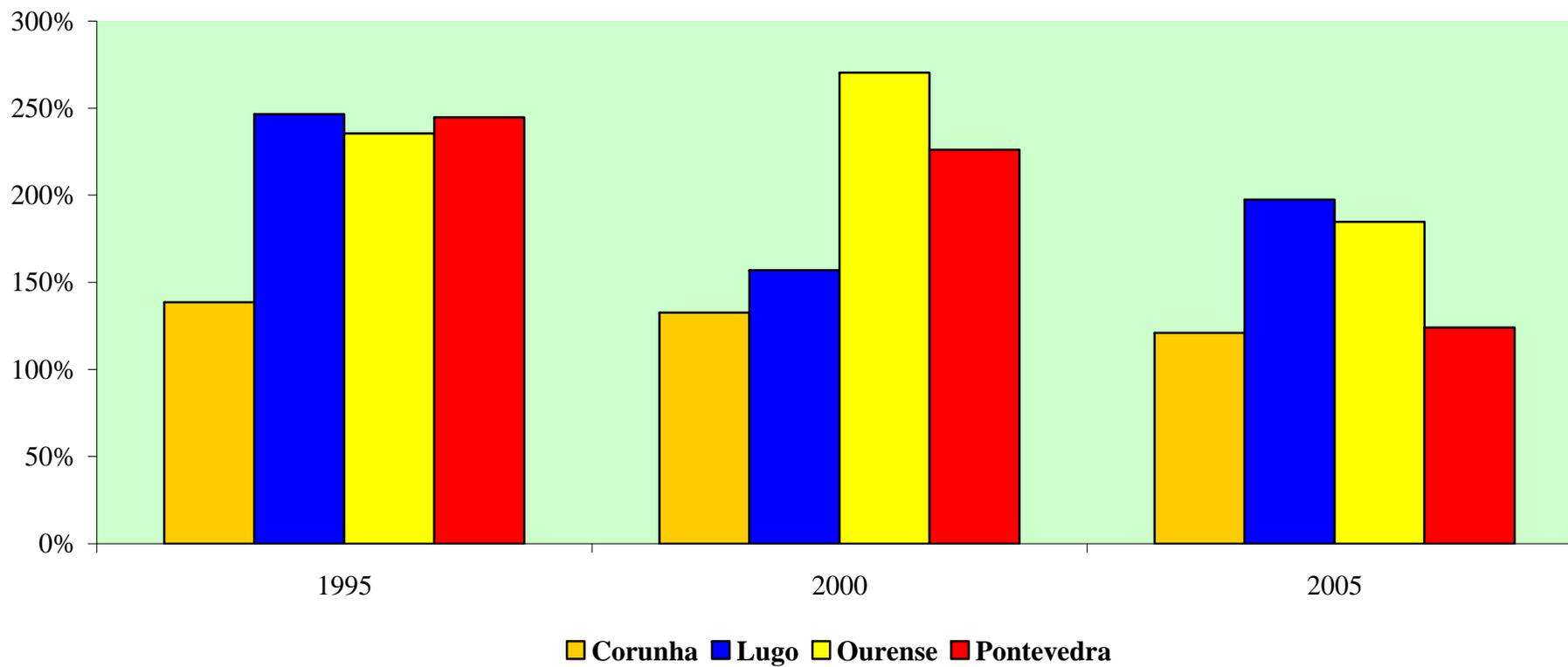


Gráfico 30. Evolução da taxa de cobertura comercial entre as províncias galegas e Portugal (1995-2005).



Gráfico 31. Evolução do intercâmbio comercial entre a Galiza e a Região Norte de Portugal: 1995-2002.

2.3.3. Intercâmbios de mercadorias entre a Galiza e Portugal.

2.3.3.1. Evolução dos intercâmbios de mercadorias entre a Galiza e Portugal.

Neste ponto vamos analisar o movimento físico de mercadorias entre a Galiza e Portugal. A tabela 18 recolhe a evolução das mercadorias exportadas para Portugal entre 1995 e 2005 com origem em Espanha e na Galiza. Para além disso, indica-se a distribuição das exportações com origem na Galiza, pelas diferentes províncias que a integram. Apartir dos dados da tabela 18 constroem-se os gráficos 32, 33 e 34.

No gráfico 32 representa-se a evolução no período considerado, 1995-2005, das mercadorias exportadas com origem na Galiza e Espanha, respectivamente, e com destino a Portugal. Da evolução dessas variáveis, observa-se, como se manifesta no gráfico 33, que a participação da Galiza nas exportações espanholas para Portugal manteve um comportamento oscilatório ao longo do período, de tal modo que em 2005 tomou um valor de 20,67% levemente superior a 19,63% que representava em 1995.

Por outro lado, quanto à distribuição das exportações galegas para Portugal entre as diferentes províncias observa-se, no gráfico 34, que o maior provedor é a província de Pontevedra, seguida da Corunha e Ourense. A província de Lugo tem um peso muito pequeno, quase insignificante. Há que destacar a forte redução na participação de Pontevedra no total da Galiza entre 1995 e 2005, que se quantifica numa perda de 14,3 pontos percentuais, redução que é absorvida praticamente pela província de Ourense que passa de representar em 1995 11,42% das exportações galegas para Portugal a 26,86 % em 2005; isto é, um aumento de 15,44 pontos percentuais. Este resultado é muito chamativo, já que enquanto o valor das exportações de Ourense para Portugal em 2005 representava 5,73% das exportações galegas, em termos de peso representa 26,86% das mercadorias exportadas por Galiza para Portugal.

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Espanha	5.705	6.632	9.452	10.717	10.631	11.683	12.255	13.947	13.751	13.971	13.036
Galiza	1.120	1.244	2.129	2.352	2.028	2.267	2.821	2.701	2.246	2.391	2.695
Corunha	323	288	376	466	438	534	568	499	446	505	820
Lugo	68	79	87	102	84	80	80	65	74	77	90
Ourense	128	204	342	367	472	475	797	861	736	794	724
Pontevedra	601	673	1.324	1.418	1.034	1.178	1.375	1.277	991	1.015	1.061

Fonte: Datacomex.

Tabela 18. Evolução das mercadorias exportadas para Portugal entre 1995 e 2005. Dados em milhares de toneladas.

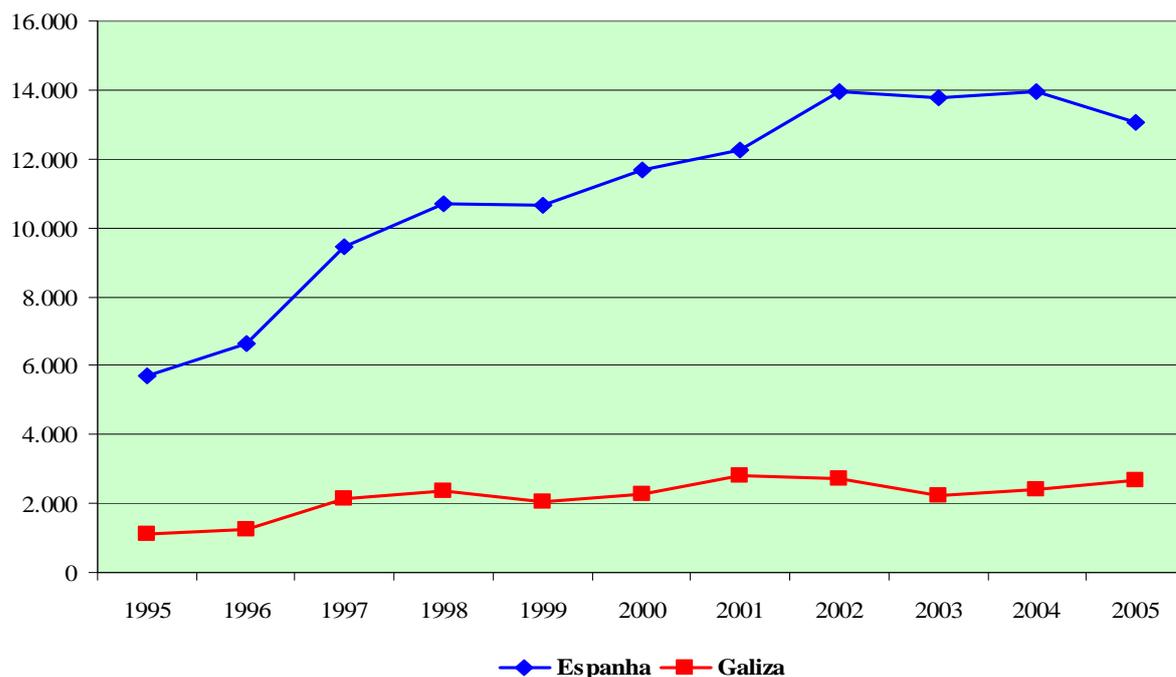


Gráfico 32. Evolução das mercadorias exportadas desde Espanha e Galiza para Portugal (1995-2005). Dados em milhares de toneladas.

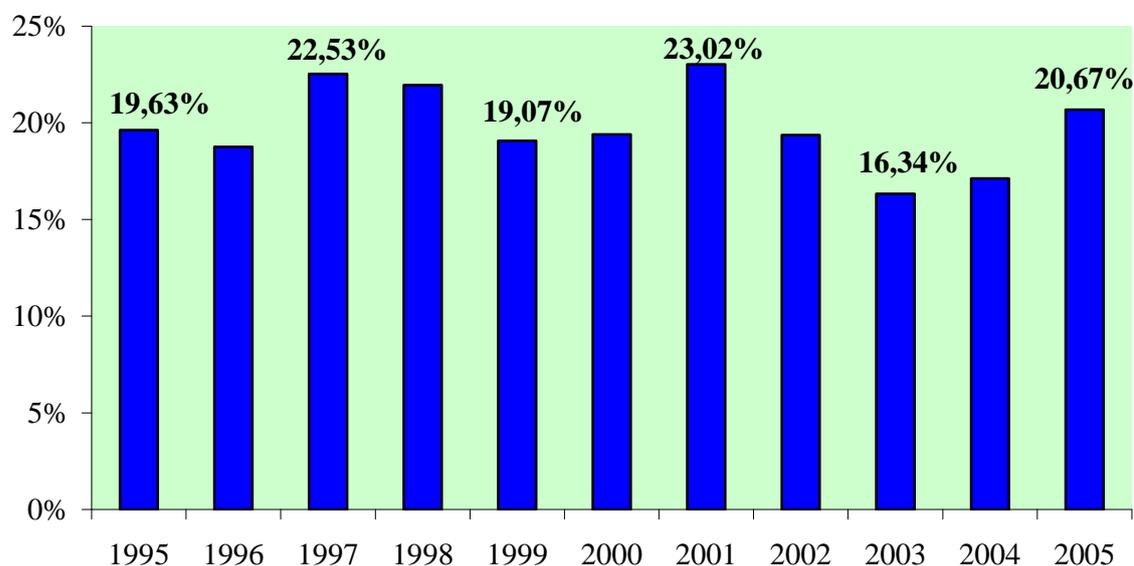


Gráfico 33. Evolução da importância das mercadorias exportadas desde a Galiza sobre o total de exportações de Espanha para Portugal (1995-2005).

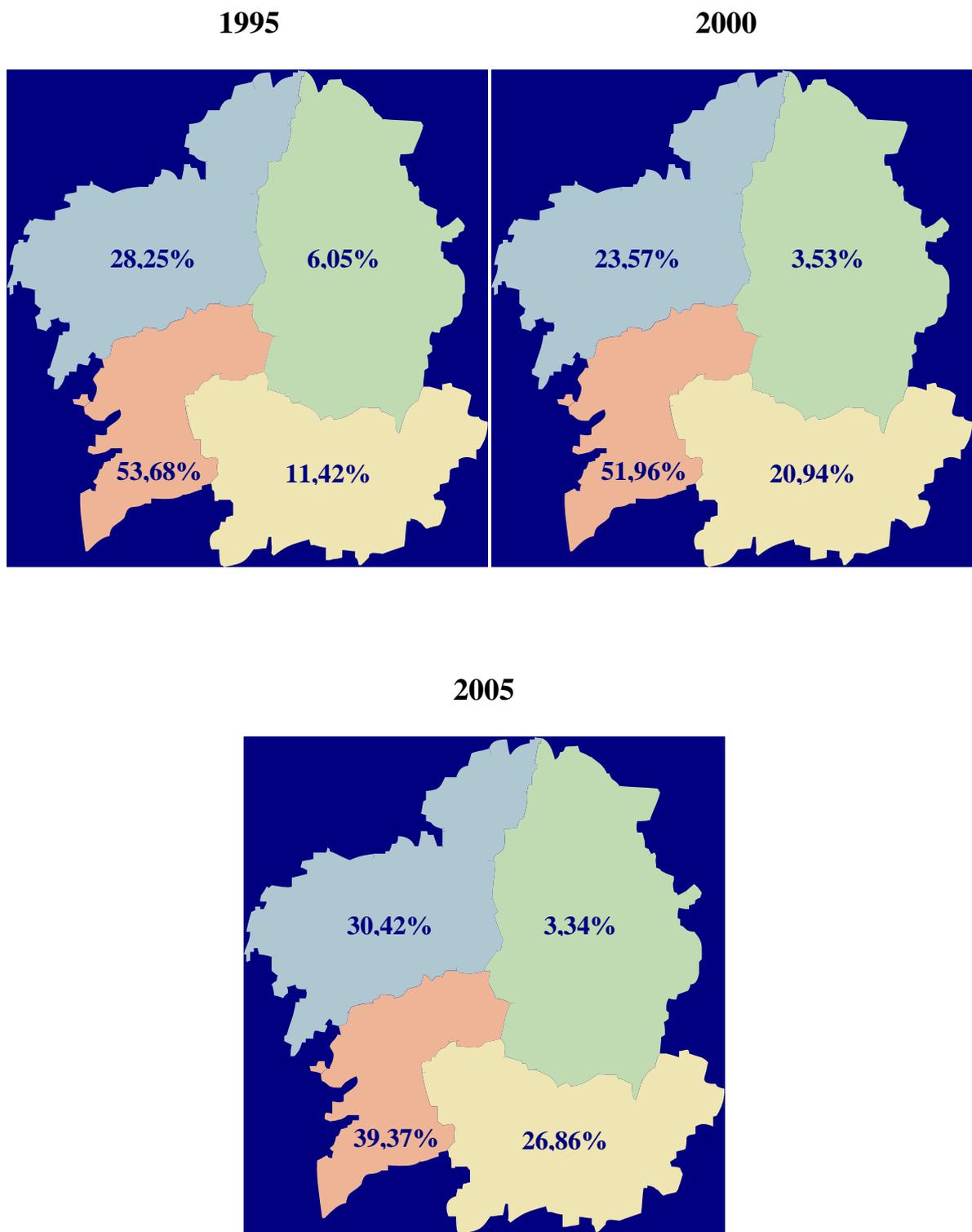


Gráfico 34. Evolução da distribuição por províncias das mercadorias exportadas desde a Galiza para Portugal (1995-2005).

No que diz respeito às importações, a tabela 19 recolhe a evolução das mercadorias importadas com origem em Portugal entre 1995 e 2005 e com destino a Espanha e Galiza. Para além disso, indica-se a distribuição das importações dirigidas à Galiza, por províncias. Com os dados desta tabela constroem-se os gráficos 35, 36 e 37.

No gráfico 35 representa-se a evolução no período considerado, 1995-2005, das mercadorias importadas com origem em Portugal e com destino à Galiza e a Espanha, respectivamente. Neste gráfico, observa-se, como se comprova no gráfico 36, que a participação da Galiza nas importações espanholas procedentes de Portugal se manteve mais ou menos estável, ainda que nos últimos anos se produziu um aumento da participação que se situou nos 26,66% em 2005 frente aos 24,07% de 1995; isto é, um crescimento de 2,6 pontos percentuais.

No que diz respeito à distribuição das importações galegas procedentes de Portugal entre as diferentes províncias observa-se, no gráfico 37, que os destinos básicos são as províncias de Pontevedra e Corunha, que no ano 2005 absorveram 92,3% de todas as mercadorias procedentes de Portugal. Há que destacar que a participação da Corunha cresceu entre 1995 e 2005 mais de 14 pontos percentuais e que as participações de Pontevedra e Ourense reduziram-se em 7 e 6 pontos percentuais, respectivamente. O papel da província de Lugo volta a ser menor; sendo aproximadamente 5% da participação nas importações.

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Espanha	4.196	3.851	4.374	5.354	5.939	6.382	6.730	7.587	9.225	10.407	11.126
Galiza	1.010	792	847	1.233	1.321	1.503	1.613	1.795	2.220	2.629	2.967
Corunha	299	209	220	522	548	593	535	718	878	1.274	1.298
Lugo	54	68	59	69	59	153	79	69	45	103	138
Ourense	94	48	57	61	83	83	80	86	72	111	88
Pontevedra	563	466	510	580	632	673	920	921	1.226	1.141	1.443

Fonte: Datacomex.

Tabela 19. Evolução das mercadorias importadas de Portugal entre 1995 e 2005. Dados em milhares de toneladas.

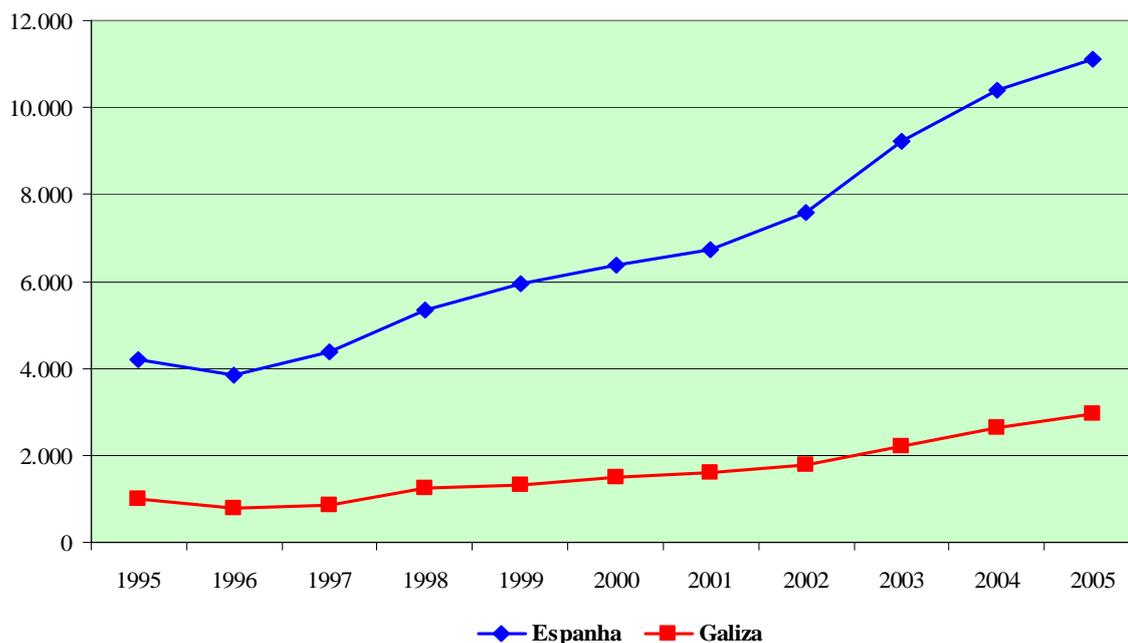


Gráfico 34. Evolução das mercadorias importadas por Espanha e Galiza procedentes de Portugal (1995-2005). Dados em milhares de toneladas.

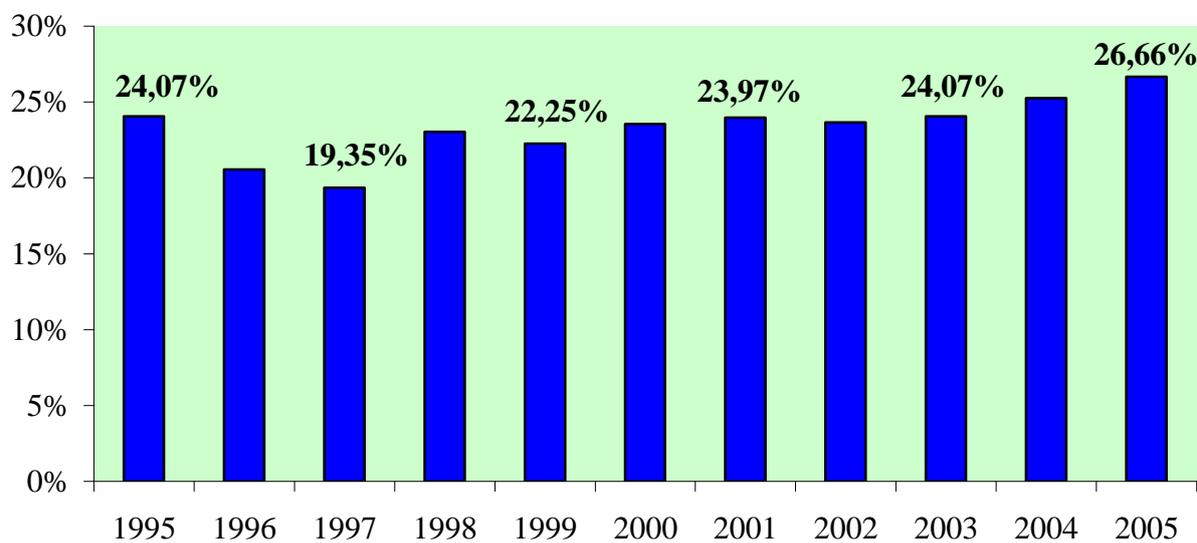


Gráfico 35. Evolução da importância das mercadorias importadas pela Galiza sobre o total de importações de Espanha procedentes de Portugal (1995-2005).

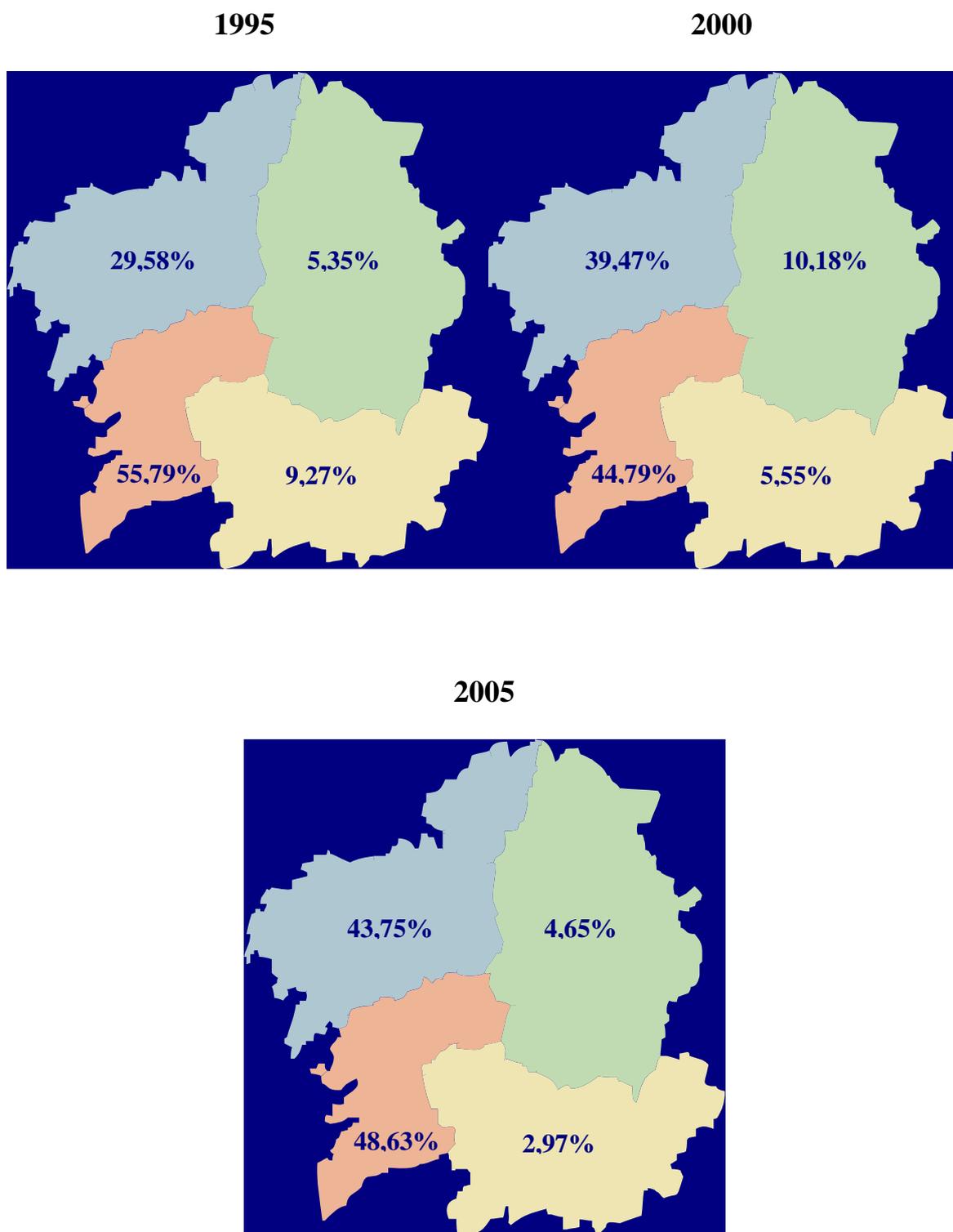


Gráfico 36. Evolução da distribuição por províncias das mercadorias importadas pela Galiza procedentes de Portugal (1995-2005).

Na tabela 20 expõe-se a evolução da taxa de cobertura em termos de peso (100 multiplicado pelo quociente entre o peso das mercadorias exportadas e o peso das mercadorias importadas) de Espanha, Galiza, Corunha, Lugo, Ourense e Pontevedra, respectivamente, com Portugal. A partir dos dados desta tabela constroem-se os gráficos 37 e 38.

No gráfico 37 representa-se a evolução no período considerado, 1995-2005, da taxa de cobertura em termos de peso de Portugal com Espanha e Galiza, respectivamente. Esta taxa cresceu até 1997, ano a partir do qual entra numa senda decrescente. O valor da taxa de cobertura é sempre maior na relação entre Espanha e Portugal do que na relação entre a Galiza e Portugal. Para além disso, o valor desta taxa entre Espanha e Portugal é sempre maior do que 100%, o que quer dizer que a quantidade de mercadorias exportadas é maior do que a quantidade de mercadorias importadas. No entanto, a taxa de cobertura entre a Galiza e Portugal tem valores inferiores a 100% a partir de 2003, atingindo o valor de 73,6% em 2005.

No gráfico 38 mostra-se a evolução da taxa de cobertura em termos de peso com Portugal de cada uma das quatro províncias da Galiza em três momentos do tempo concretos: os anos 1995, 2000 e 2005. A taxa de cobertura em termos de peso é ligeiramente superior a 100% em todas as províncias em 1995. No entanto, a taxa de cobertura é inferior a 100% em todas as províncias com excepção de Ourense onde se produziu um grande crescimento atingindo-se um valor de 821% em 2005.

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Espanha	136,0%	172,2%	216,1%	200,2%	179,0%	183,1%	182,1%	183,8%	149,1%	134,2%	117,2%
Galiza	110,9%	157,1%	251,5%	190,8%	153,5%	150,8%	174,9%	150,5%	101,2%	91,0%	90,9%
Corunha	108,2%	137,7%	170,5%	89,2%	79,9%	90,1%	106,3%	69,4%	50,8%	39,7%	63,2%
Lugo	125,6%	116,0%	147,6%	148,6%	143,3%	52,3%	101,9%	94,3%	166,3%	74,5%	65,3%
Ourense	136,6%	423,2%	602,1%	596,2%	570,5%	568,7%	1001,3%	1001,0%	1021,7%	713,5%	821,0%
Pontevedra	106,7%	144,4%	259,5%	244,3%	163,6%	174,9%	149,4%	138,6%	80,8%	89,0%	73,6%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Datacomex.

Tabela 20. Evolução da taxa de cobertura em termos de peso com Portugal entre 1995 e 2005.

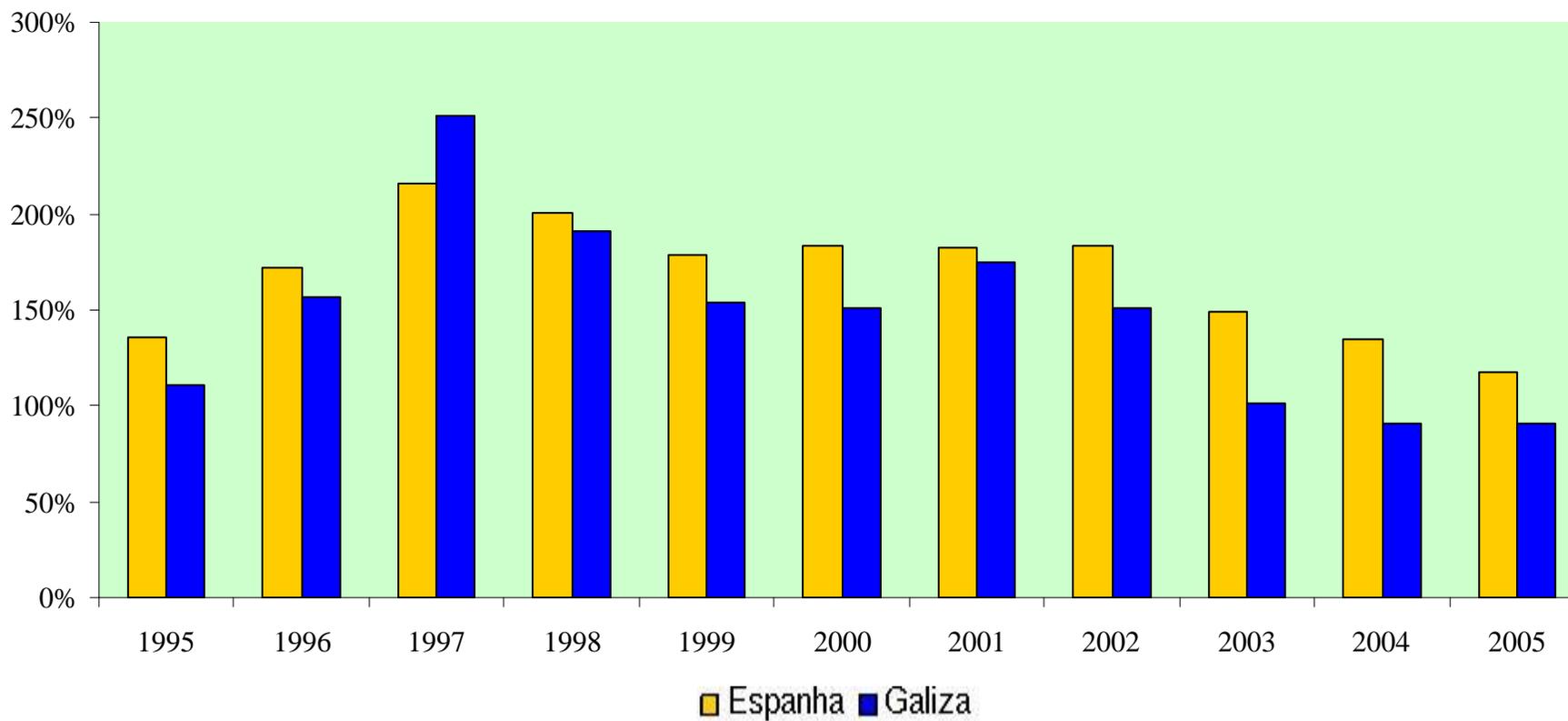


Gráfico 37. Evolução da taxa de cobertura em termos de importância da Espanha e Galiza com Portugal (1995-2005).

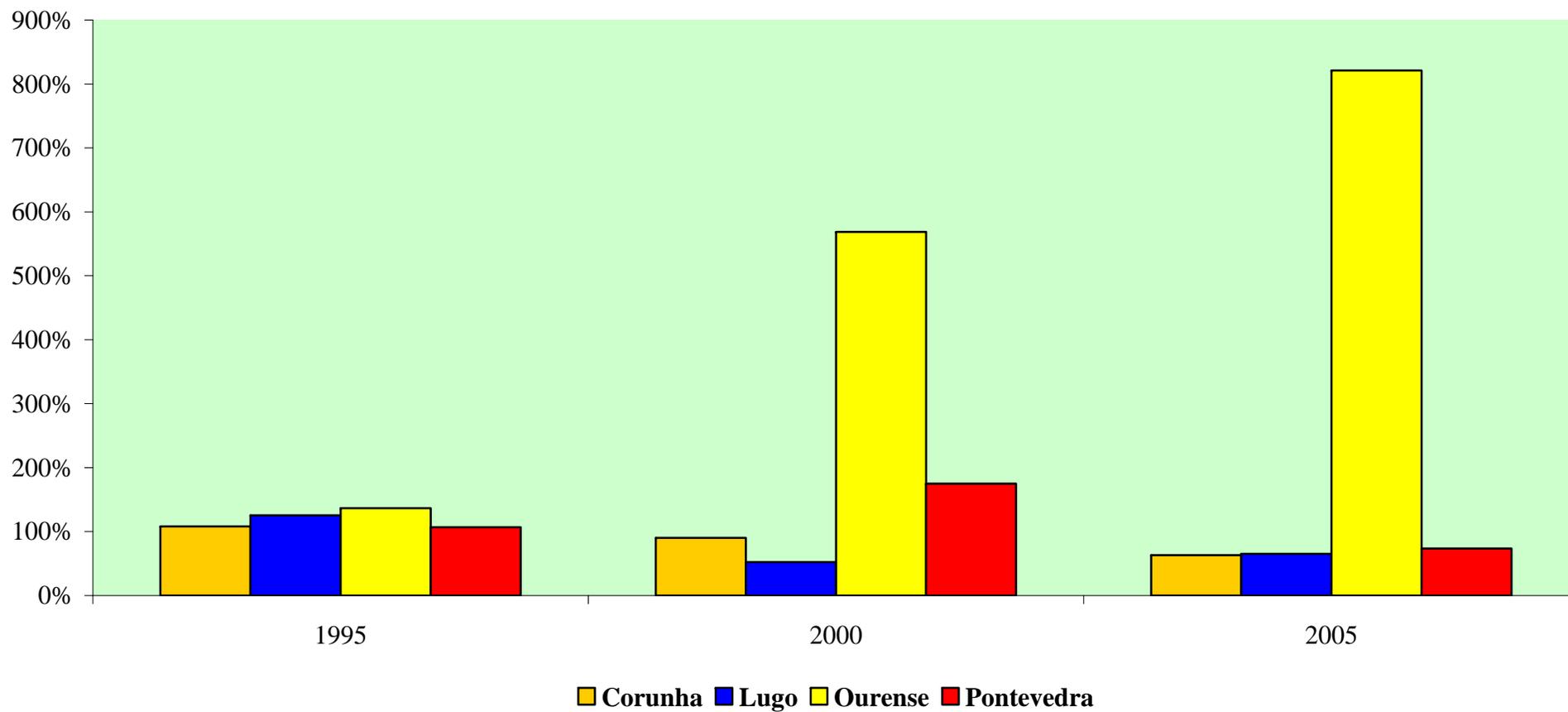


Gráfico 38. Evolução da taxa de cobertura em termos de peso entre as províncias galegas e Portugal (1995-2005).

2.3.3.2 Evolução dos intercâmbios de mercadorias entre a Galiza e Portugal por meio de transporte.

Neste ponto vamos analisar a evolução dos movimentos de mercadorias entre a Galiza e Portugal diferenciando o meio de transporte utilizado. A estrada é o meio de transporte mais utilizado. Neste momento dispomos dos dados relativos ao total de toneladas trocadas entre a Galiza e Portugal (vejam-se as tabelas 18 e 19). Também dispomos das toneladas que por via marítima se trocam entre a Galiza e Portugal, apartir dos dados que os Portos de Estado proporcionam sobre as mercadorias carregadas e descarregadas nos Portos de Interesse Geral da Comunidade da Galiza (veja-se tabela 21) e falta-nos os dados relativos ao número de toneladas trocadas entre a Galiza e Portugal pelo meio de transporte ferroviário. Na actualidade, estamos a realizar uma análise exaustiva dos dados da Agência Tributária em cada uma das alfândegas da Galiza (Corunha, Lugo, Ourense, Pontevedra e Vigo) apartir dos dados que proporciona o INTRASTAT ao nível máximo de desagregação. Esta tarefa na qual estamos empenhados é muito árdua, mas vai permitir num futuro próximo dispor da informação detalhada pelos diferentes meios de transporte. Por enquanto podemos expor que, tal e como mostra a tabela 22 (**em processo de construção**), a percentagem de mercadorias que se transportam por via marítima entre a Galiza e Portugal só representou entre 2 e 5% do tráfego total de mercadorias entre 1995 e 2004. No que diz respeito ao tráfego ferroviário de mercadorias, sabemos que segundo o OTEP, pela fronteira de Valença do Minho-Tui transitaram 71.834, 10.318 e 97.662 toneladas em ambos os sentidos nos anos 1999, 2001 e 2003, respectivamente. Sob o suposto, muito restritivo, de que todo esse tráfego corresponde aos intercâmbios de mercadorias entre a Galiza e Portugal (esses dados são os que estamos a averiguar neste momento), chegamos à conclusão de que o tráfego de mercadorias por estrada representa cerca de 95-96% do tráfego total entre a Galiza e Portugal, o que dá uma medida da tremenda importância deste modo de transporte no comércio entre as duas zonas.

		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Exportação	Corunha	36.990	15.764	61.427	84.012	27.612	38.488	7.368	36.248	5.867	61.382
	Ferrol-San Cibrao	18.270	13.627	14.730	4.431	31.727	82.960	92.510	129.708	25.793	19.798
	Marín-Pontevedra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	58.400
	Vigo	1.947	2.310	309	4.372	5.103	26.228	45.692	13.229	10.110	21.319
	Vilagarcía	0	24	0	388	1.407	392	0	0	2.438	0
	Total Exportação	57.207	31.725	76.466	93.203	65.849	148.068	145.570	179.185	44.208	160.899
Importação	Corunha	8.307	61.616	0	9.000	6.330	5.850	11.933	6.542	8.928	4.366
	Ferrol-San Cibrao	3.235	7.252	0	0	1.165	30.662	8.474	0	3.267	28.023
	Marín-Pontevedra	5.896	0	0	0	1.077	0	0	33	4.889	33.675
	Vigo	3.148	3.145	2.301	5.212	11.749	4.307	5.191	6.584	19.305	13.934
	Vilagarcía	4.784	0	1.716	2.222	0	2.830	0	1.367	0	0
	Total Importação	25.370	72.013	4.017	16.434	20.321	43.649	25.598	14.526	36.389	79.998
Tráfego Total	Tráfego Corunha	45.297	77.380	61.427	93.012	33.942	44.338	19.301	42.790	14.795	65.748
	Tráfego Ferrol-San Cibrao	21.505	20.879	14.730	4.431	32.892	113.622	100.984	129.708	29.060	47.821
	Tráfego Marín-Pontevedra	5.896	0	0	0	1.077	0	0	33	4.889	92.075
	Tráfego Vigo	5.095	5.455	2.610	9.584	16.852	30.535	50.883	19.813	29.415	35.253
	Tráfego Vilagarcía	4.784	24	1.716	2.610	1.407	3.222	0	1.367	2.438	0
	Total Tráfego Galiza-Portugal	82.577	103.738	80.483	109.637	86.170	191.717	171.168	193.711	80.597	240.897

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Portos do Estado.

Tabela 21. Evolução das mercadorias transportadas entre os portos da Galiza e Portugal entre 1995 e 2004. Dados em Toneladas

	Meio de Transporte	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Milhares de Toneladas	Estrada					3.191		4.253		4.287	
	Exportação										
	Importação										
	Marítimo	83	104	80	110	86	192	171	194	81	241
	Exportação	57	32	76	93	66	148	146	179	44	161
	Importação	25	72	4	16	20	44	26	15	36	80
	Comboio					72		10		98	
	Exportação										
	Importação										
	Total	2.130	2.036	2.976	3.585	3.349	3.770	4.434	4.496	4.466	5.020
	Exportação	1.120	1.244	2.129	2.352	2.028	2.267	2.821	2.701	2.246	2.391
	Importação	1.010	792	847	1.233	1.321	1.503	1.613	1.795	2.220	2.629
%	Estrada					95,28%		95,91%		96,00%	
	Exportação										
	Importação										
	Marítimo	3,88%	5,10%	2,70%	3,06%	2,57%	5,09%	3,86%	4,31%	1,80%	4,80%
	Exportação	5,11%	2,55%	3,59%	3,96%	3,25%	6,53%	5,16%	6,63%	1,97%	6,73%
	Importação	2,51%	9,09%	0,47%	1,33%	1,54%	2,90%	1,59%	0,81%	1,64%	3,04%
	Comboio					2,15%		0,23%		2,19%	
	Exportação										
Importação											

Tabela 22. Evolução do tráfego de mercadorias entre a Galiza e Portugal por meio de transporte (1995-2004).

2.3.3.3 Trabalho em curso.

Chegados a este ponto, há que referir que **está em curso** a obtenção, por meio dos dados estatísticos da AEAT, dos pontos de origem e destino de todas as mercadorias trocadas entre Espanha e Portugal através das fronteiras galáico-portuguesas a partir dos dados que proporcionam as alfândegas da Galiza. Esta fonte também nos dará com muita precisão as mercadorias trocadas bem como o meio de transporte utilizado. Por último, há que dizer também que estamos a elaborar informação detalhada sobre a distribuição sectorial dos intercâmbios comerciais entre a Galiza e Portugal (e, na medida do possível, entre a Galiza e o Norte de Portugal) tanto no que respeita ao valor dos intercâmbios, como ao movimento físico de mercadorias.

2.4. Os trabalhadores transfronteiriços.

2.4.1 Introdução.

Neste ponto vamos analisar em profundidade a problemática dos denominados “trabalhadores transfronteiriços” e, mais concretamente, a realidade dos trabalhadores transfronterizos na Euro-região Galiza - Norte de Portugal. A sua importância é dupla: por um lado têm uma grande relevância nos movimentos transfronterizos de viajantes e, por outro, representam uma realidade que pode favorecer a viabilidade de uma Euro-cidade galego-portuguesa, que é o segundo objectivo deste estudo.

Quando se propõe a análise dos trabalhadores “transfronteiriços” é imprescindível falar do EURES, que consiste numa rede de cooperação, criada em 1993, entre a Comissão Europeia e os serviços públicos de emprego europeus dos Estados membros do Espaço Económico Europeu (os países da UE, Noruega, Islândia e Liechtenstein) e outras organizações associadas. A Suíça também participa nesta rede de cooperação. Os recursos conjuntos dos membros e organizações associadas proporcionam uma sólida base para que a rede ofereça serviços de alta qualidade a trabalhadores e empresários. O objectivo do EURES consiste em proporcionar serviços de informação, assessoria e contratação/colocação (procura de emprego) aos trabalhadores e empresários, bem como a qualquer cidadão que deseje beneficiar-se do princípio da livre circulação das pessoas.

Nas regiões fronteiriças de Europa, o EURES informa e ajuda a resolver os problemas de todo o tipo, que possam experimentar os trabalhadores que cruzam diariamente a fronteira e as empresas nas quais trabalham. Os mais de 600.000 trabalhadores que vivem num Estado

membro da UE e trabalham noutro, defrontam-se com diferentes práticas nacionais e sistemas jurídicos e podem ter que enfrentar diariamente obstáculos à mobilidade de carácter administrativo, jurídico ou fiscal. Os conselheiros EURES nestas regiões proporcionam uma assessoria e uma orientação particular sobre os direitos e as obrigações dos trabalhadores que vivem num país e trabalham noutro. Actualmente existem mais de vinte associações transfronteiriças em EURES, repartidas geograficamente por toda a rede e situadas em treze países, como se mostra no gráfico 39.

Com objectivo de satisfazer as necessidades de informação e coordenação relacionadas com a mobilidade laboral nas regiões fronteiriças, estas associações põem em comunicação os serviços públicos de emprego com os de formação profissional, as organizações patronais com os sindicatos, as autoridades locais e outras instituições que trabalham no emprego e formação profissional.



Gráfico 39. Rede de associações transfronteiriças EURES

Na zona transfronteiriça compreendida entre a Galiza e a zona norte de Portugal (nº 17 do gráfico 39) criou-se a associação transfronteiriça EURES em 1997, embora não tenha iniciado a sua actividade até 1998. Esta associação levou a cabo as seguintes actividades:

- criou uma rede de Euro-conselheiros a ambos os lados da fronteira que receberam formação específica de EURES. Estes Euro-conselheiros proporcionam informação, assessoria e serviços de emprego a quem procura emprego, trabalhadores transfronteiriços e empresas interessadas em contratar trabalhadores ou em questões transfronteiriças;
- organizou seminários informativos tanto para quem procura emprego como para empresários;
- elaborou documentos informativos sobre temas de interesse específico para os trabalhadores transfronteiriços, como a cobertura da segurança social, a legislação fiscal, os direitos dos trabalhadores, o reconhecimento de títulos e qualificações, as condições de vida, etc.
- levou a cabo estudos sobre as necessidades de formação profissional e a melhoria do acesso à oferta de formação regional para residentes em qualquer dos dois países;
- recolheu e analisou dados sobre as necessidades do mercado laboral transfronteiriço, sobre o fluxo de trabalhadores transfronteiriços e sobre os obstáculos que dificultam a mobilidade. Os documentos que se elaboraram, os estudos realizados e restante informação estão disponíveis nos escritórios das organizações associadas, no sítio web ou em CD-Rom.

Os sócios que integram o EURES Galiza-Norte de Portugal são:

- O Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).
- O Instituto Nacional de Emprego (INEM).
- A Xunta da Galiza.
- A Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN).
- O Conselho Sindical Inter-regional (CSI).
- A Associação Industrial do Minho (AIM).
- A Associação Comercial e Industrial de Valença (ACIV).
- A Associação Empresarial de Viana do Castelo (AEVC).
- A Confederação de Empresários Galegos (CEG).
- A Comunidade de Trabalho Galiza/Norte de Portugal (associação de cooperação transfronteiriça).

- A Associação de Municípios do Vale do Lima e do Vale do Minho (associação de municípios do norte de Portugal).
- A Federação Galega de Associações de Municípios (FEGAMP).

2.4.2. Marco legislativo relativo aos trabalhadores transfronteiriços.

O deslocamento de trabalhadores no marco da prestação de serviços multinacionais com outros países do Espaço Económico Europeu vem regulado pela Lei 45/1999 de 29 de Novembro que transforma a directiva 96/71/CE.

Esta matéria está em constante evolução, já que em muitos casos há que actuar perante situações de fraude de Lei ou com diferenças nem sempre claras com outras figuras. Trata-se de “zonas cinzas” nas quais coincidem empresas reais e fictícias, a actividade de E.T.T. e contratação directa, contratos e subcontratos com cessão ilegal de trabalhadores,.... Todos estes problemas propõem as seguintes questões:

1. **A liberdade de prestação de serviços:** Tem uma grande importância no conjunto de normas comunitárias. Assim, o artigo 49 do Tratado Constitutivo da Comunidade Europeia estabelece que “estão proibidas as restrições à livre prestação de serviços dentro da Comunidade para os nacionais dos Estados membros estabelecidos num país da Comunidade que não seja o do destinatário da prestação”. Segundo reiterada jurisprudência, o artigo 49 não só exige eliminar toda a discriminação em prejuízo do prestador de serviços, mas também suprimir qualquer restrição que possa proibir, pôr obstáculos ou tornar menos interessantes as actividades do prestador estabelecido noutro Estado membro.

Esta protecção da livre prestação de serviços requer para a sua aplicação que exista uma *empresa autêntica* no país de envio e que leve a cabo uma *prestação de serviços autêntica*. Por isso, perante indícios de fraude de lei deve-se confirmar que estamos perante uma empresa com actividade real e não perante um estabelecimento fictício da empresa noutro país e verificar que existe realmente a prestação de serviços e não se encobre uma cessão ilegal de trabalhadores.

Para isso utilizam-se os critérios empregados em geral: Valoração do património próprio, a realidade do domicílio social, a existência de actividade empresarial, de pessoal, bem como a actividade geral realizada, risco empresarial, capacidade de direcção,.... . A empresa prestadora não pode limitar-se a fornecer mão-

de-obra sem pôr a contribuição dos elementos pessoais e materiais que formam a sua estrutura empresarial.

Pode-se dar baixa na Segurança Social à empresa prestadora de serviços e informa-se a Direcção Geral para efeitos de conhecimento e possível comunicação às autoridades administrativas do país de envio.

2. **O Carácter Transnacional:** Descartada a existência de empresa fictícia deve ficar credenciado o carácter transnacional da prestação de serviços, já que noutro caso seria aplicada a legislação nacional de um dos países em jogo.

Para que a prestação tenha um carácter transnacional exige-se que o prestador esteja estabelecido no Estado membro de envio, o que significa que deve dispor de um verdadeiro suporte material e organizativo no território de dito estado (locais, instalações, suporte administrativo,...) mas também que a empresa desenvolva em dito território actividades significativas. Para além disso, os empresários que desloquem trabalhadores a Espanha deverão comunicar o seu deslocamento antes de seu início e com independência de sua duração (salvo que o deslocamento não exceda os 8 dias, e se não são deslocados por E.T.T.) à autoridade laboral competente no território, que informará a Inspecção. Esta comunicação conterá determinados dados e informações:

- Identificação da empresa que desloca trabalhadores com indicação do domicílio fiscal,
- número de identificação para efeitos do IVA,
- data de início e duração previsível do deslocamento,
- identificação da empresa onde se realizará a prestação de serviços ou centro de trabalho,
- identificação pessoal e profissional dos trabalhadores deslocados e a autorização da prestação de serviços que vai desenvolver o trabalhador deslocado, com indicação do tipo de suposto de deslocamento (por E.T.T., a empresa do grupo ou centro de trabalho da própria empresa, a empresa espanhola com a que se contrata).

A comunicação, quando se trata de E.T.T deverá estar acompanhado de um credenciamento como tal E.T.T., conforme a legislação do seu país.

A empresa pode manter a seus trabalhadores sob a legislação da segurança social do país de envio a cujo efeito tramitará o formulário comunitário E101 e E102. Tanto este

formulário, como a comunicação de deslocamento são um indicador claro da transnacionalidade, salvo prova em contrário.

3. **Os trabalhadores deslocados:** Na Lei 45/99 define-se como trabalhador deslocado o trabalhador, qualquer que seja a sua nacionalidade, das empresas incluídas no âmbito de aplicação da presente Lei deslocado a Espanha durante um período limitado de tempo no marco de uma prestação de serviços transnacional, sempre que exista uma relação laboral entre tais empresas e o trabalhador durante o período de deslocamento, entendendo-se incluído o trabalhador de uma empresa temporária posto à disposição de uma empresa domiciliada no estrangeiro e deslocado temporariamente por esta a Espanha. Este conceito de trabalhador aplicável é o correspondente ao país em que se efectua a prestação de serviços. Aplica-se a nossa legislação para determinar se um trabalhador o é por conta própria, ou se pelo contrário, se trata de encobrir uma relação por conta alheia (falsos autónomos).

A definição dada propõe-nos as seguintes questões:

- O contrato de trabalho: A empresa pode deslocar os trabalhadores com os que tenha uma relação laboral habitual ou pode celebrar um contrato de trabalho só com o objectivo de levar a cabo a prestação de serviços transnacional. Tem de existir um contrato de trabalho prévio ao deslocamento e dito contrato necessariamente tem que ser celebrado num país diferente ao destinatário da prestação.
- Manutenção da relação laboral durante todo o período de deslocamento: A Lei associa o conceito de deslocado à manutenção da relação laboral com a empresa durante todo o tempo que dure o deslocamento. Os critérios de credenciamento são os gerais (só pode rescindir o contrato a empresa de envio, cumprir com as obrigações salariais e de S.S.).
- Temporalidade do deslocamento: Este tem de ter carácter temporário. A Lei não fixa um limite temporário máximo que permita circunscrever os deslocamentos temporários (ao invés que o prazo de S.S). Para credenciar que o deslocamento é temporário há vários critérios: o objectivo ou causa do deslocamento deve estar bem definido, os deslocamentos têm de conservar sua vinculação ou conexão com a prestação de serviços que determina o deslocamento, se se deslocar o trabalhador para uma sucursal ou centro da sua empresa a actividade que aquele desenvolva deverá contar com um mínimo de sustentabilidade própria.

- A nacionalidade dos trabalhadores deslocados: A Lei diz: “qualquer que seja sua nacionalidade”. Portanto, não se pode exigir autorização de trabalho a trabalhadores deslocados que não sejam nacionais de um estado membro da U.E. As condições que devem cumprir os nacionais não comunitários para poder ser deslocados são residir regularmente e de forma estável e estar autorizados a trabalhar no país de envio da empresa, fazendo parte do seu mercado laboral, no que exerçam sua actividade principal, e retornando a ele uma vez finalizada a prestação da empresa. No caso de trabalhadores comunitários pertencentes a Estados da União Europeia afectados por um período transitório na livre circulação de trabalhadores (Roménia e Bulgária) não ficam afectados, nos casos de deslocamento de transnacionais.
- A protecção social: (Folha de Segurança Social)

4. **As condições de trabalho**: A Lei 45/99 estabelece que as empresas incluídas dentro do seu âmbito de aplicação deverão garantir aos seus trabalhadores as condições de trabalho previstas em disposições legais ou regulamentares, e nos convénios colectivos e laudos arbitrais aplicáveis no lugar relativos a determinadas matérias tais como: tempo de trabalho, quantia do salário, igualdade de trato, trabalho de menores, prevenção de riscos laborais. Não se poderá exigir a garantia de condições de trabalho equivalentes em matérias não incluídas na Lei.

Tendo em conta as diferenças que possam existir entre a legislação de origem e a legislação aplicável, pode ser difícil comprovar que os trabalhadores deslocados dispõem de condições inferiores em determinadas matérias. Por isso há que ter em conta que:

- a. A Directiva 96/71/CE não pretende garantir uma igualdade de trato absoluta entre os trabalhadores, apenas uma prestação equivalente.
- b. A comparação deverá efectuar-se, de forma diferencial para cada uma das matérias, mas valorizadas todas as do mesmo grupo de forma conjunta, como por exemplo as referentes a tempo de trabalho, de tal maneira que possam compensar-se.
- c. Na análise devem considerar-se referências temporárias suficientemente amplas.

Em matéria de Prevenção de Riscos Laborais, a legislação espanhola que regula as condições mínimas de segurança e saúde será aplicável às empresas que desloquem trabalhadores a Espanha. Não obstante, em matéria de gestão da prevenção (integração da prevenção, plano de Prevenção, organização preventiva, avaliação de riscos e Planeamento preventivo) terá que ter em conta que uma grande parte destas obrigações são estabelecidas em referência à empresa no seu conjunto e não com respeito a um determinado centro de trabalho, pelo que a legislação do país de procedência, ainda que emane das mesmas Directivas, pode introduzir matrizes quanto a um nível de exigência e concretização documental.

No caso das obras de construção, dado que a documentação preventiva neste caso (Estudo de Segurança e Saúde, Plano de Prevenção de Riscos Laborais,...) e determinados recursos preventivos (coordenadores de Segurança e Saúde, presença de recursos preventivos) estabelecem-se com respeito a uma obra concreta cuja execução se realiza em Espanha, a empresa estrangeira terá que seguir a legislação espanhola.

Quanto a possíveis sobretaxas nas prestações por falta de medidas de segurança, quando o trabalhador é um deslocado submetido à legislação de Segurança Social do Estado membro de envio, serão causadas conforme o sistema de prestação social do país de envio, pelo que corresponde às autoridades do dito país determiná-las conforme a sua legislação. Em todo caso, no caso de responsabilidade solidária por empresários infractores espanhóis (contratador principal, etc) se solicitar o risco correspondente. A empresa usuária responde por trabalhadores contratados através de E.T.T.

Deve-se recordar a responsabilidade solidária em matéria de Prevenção de Riscos Laborais (artigo 42 da Lei 31/95): “A empresa principal responde solidariamente com os contratador e subcontratador durante o período do contrato”.

Assim, segundo o artigo 42 do Estatuto dos Trabalhadores o empresário principal responde, durante o ano seguinte à conclusão de um encargo, solidariamente, das obrigações de natureza salarial constituídas por contratador e subcontratador durante o período de execução de seu contrato com os seus trabalhadores.

No que se refere aos trabalhadores deslocados por empresas espanholas, serão de aplicação as condições previstas no lugar de deslocamento pelas normas nacionais de transposição da Directiva 16/71/CE, sem prejuízo das condições mais favoráveis aplicáveis ao seu contrato de trabalho (Disposição adicional 1ª da Lei 45/99 e art. 1.4 E.T. e Tratado de Roma).

No que diz respeito aos Princípios de Segurança Social, há que expor que: está-se submetido à legislação de um único estado membro e aplica-se a legislação do Estado em que se exerce a actividade (ainda que resida noutra Estado (tanto em conta de outrem como em conta própria)); com as seguintes excepções:

- Deslocamentos até 12 meses, tanto de trabalhadores autónomos como por conta de outrem: podem continuar no país de origem (a prorrogação deve solicitar-se no país no qual se exerça).
- Pessoa que exerce actividade por conta de outrem em dois ou mais estados membros:
 - Transportes internacionais: legislação do Estado no qual a empresa tenha a sua sede (para pessoal itinerante). Mas, se está ocupada numa sucursal permanente da empresa noutra Estado diferente do da sede, aplica-se a legislação do Estado em que se encontre a sucursal.
 - Em actividades diferentes de transporte: Se exerce sua actividade por conta de outrem em dois ou mais Estados aplica-se a legislação do Estado em que resida.
 - O autónomo que exerce normalmente sua actividade em duas ou mais Estados membros está submetido à legislação do Estado em que resida.
 - Se o trabalhador exerce simultaneamente uma actividade por conta de outrem e uma por conta própria no território de dois estados membros estará submetido à legislação em cujo território exerça a actividade por conta de outrem. Com a excepção de Espanha e Portugal.

Para diferenciar entre **trabalhadores fronteiriços ou transfronteiriços** e **temporários** recorre-se ao Regulamento do Conselho 16/2/68, de livre circulação, segundo o qual se define como:

- Trabalhador Fronteiriço: **Trabalhador por conta de outrem ou própria que exerce a sua actividade no território de um Estado membro e resida noutra Estado membro ao que regressa todos os dias ou pelo menos uma vez por semana.**
- Trabalhador Temporário: Trabalhador por conta de outrem que se desloca ao território de um Estado membro diferente do de residência para efectuar ali, por conta de um empresário desse estado, um trabalho de carácter sazonal cuja duração não pode ultrapassar os 8 meses.

No entanto, existem com frequência nas normas comunitárias, regras particulares sobre estes trabalhadores, por exemplo: **conserva-se a condição de fronteiro na situação de desemprego total**; estes trabalhadores podem obter prestações por doença e maternidade no território do Estado competente, que os deve servir como se o interessado residisse no mesmo (Estado competente: onde está a instituição competente, isto é a instituição à qual esteja filiado no momento da solicitação de prestações, ou tem direito a prestações). Os medicamentos, ligaduras, óculos, pequenas próteses ou análises só podem ser dispensados ou efectuados no território do Estado onde se prescreveram e segundo a legislação do dito Estado.

No caso de não apresentar os formulários E101 e E102 ou se confirme a sua inexistência, seria plenamente aplicável a legislação espanhola de segurança social sobre enquadramento de empresas, afiliação, alta e cotação.

Não é obrigatório que a solicitação de manutenção da legislação de segurança social do país de envio se tenha realizado com anterioridade do deslocamento; pode remeter-se durante o mesmo e inclusive uma vez concluído, num prazo razoável. A solicitação de prorrogação sim.

2.4.3. Trabalhadores transfronteiriços na Euro-região Galiza-Norte de Portugal.

2.4.3.1. Trabalhadores transfronteiriços detectados na Euro-região Galiza-Norte de Portugal em 2003.

Neste ponto vamos resumir a informação proporcionada por diferentes fontes, fundamentalmente os relatórios realizados pelo escritório do EURES Galiza-Norte de Portugal, que determinam o número e as características básicas dos trabalhadores transfronteiriços no espaço da Euro-região Galiza-Norte de Portugal. Valls Campa (2005) facilita duas referências preliminares:

- Um estudo prévio ao estabelecimento do escritório do EURES Galiza-Norte de Portugal em **1.997**, no qual se detectou a presença de cerca de 2.000 **trabalhadores transfronteiriços do Norte de Portugal a trabalhar na Galiza** e de cerca de 1.000 **trabalhadores transfronteiriços galegos a trabalhar no Norte de Portugal**.
- Um relatório da Comissão Europeia, no qual se credenciou a existência no ano **1.999** de 1.000 **trabalhadores transfronteiriços espanhóis em Portugal** e de 3.000

trabalhadores transfronteiriços portugueses em Espanha, a maior parte deles na fronteira entre a Galiza e o Norte de Portugal.

No relatório EURES (2.003) especificam-se, a partir da informação oficial proporcionada por diferentes organismos, os seguintes dados gerais: 1.629 **trabalhadores portugueses** na Galiza e 2.592 **trabalhadores espanhóis** e 650 **trabalhadores estrangeiros na Saúde (Organismos públicos da saúde) na região Norte de Portugal**. Ainda que o relatório não distingue entre trabalhadores transfronteiriços e emigrantes, Valls Campa (2005) sustenta que, “... os dados dos estudos prévios e a opinião dos especialistas permitem-nos considerar que a maioria dos trabalhadores são trabalhadores transfronteiriços procedentes da Galiza e do Norte de Portugal...”. Os 2.592 trabalhadores espanhóis repartiam-se por distritos do modo que indica a tabela 23.

Distrito de destino	Total	Percentagem
Porto	1.527	58,9%
Vila Real	77	3,0%
Viana do Castelo	529	20,4%
Braga	343	13,2%
Aveiro	0	0,0%
Bragança	116	4,5%
Outros	0	0,0%
TOTAL	2.592	100%

Fonte: EURES (2.003).

Tabela 23. Distribuição dos trabalhadores transfronteiriços espanhóis, por distritos de destino, da Região Norte de Portugal no ano 2003.

Como vemos, 41,1% dos trabalhadores espanhóis no Norte de Portugal trabalhavam nos distritos mais próximos à fronteira com a Galiza. Por sua vez, na tabela 24 reflecte-se a distribuição por distritos dos 650 trabalhadores espanhóis que trabalhavam na saúde pública. Neste caso, unicamente 37,4% dos trabalhadores não portugueses da saúde pública tinham o seu posto de trabalho nos distritos próximos da Galiza. Para além disso, estavam vigentes em **2.002**, segundo dados do Instituto Nacional da Segurança Social, 340 Formulários E106 para fronteiriços residentes em Espanha assegurados em Portugal (288 formulários vigentes em **2.003**).

Distrito de destino	Total	Percentagem
Porto	407	62,6%
Vila Real	37	5,7%
Viana do Castelo	50	7,7%
Braga	131	20,2%
Aveiro	0	0%
Bragança	25	3,8%
Outros	0	0%
TOTAL	650	100%

Fonte: EURES (2.003).

Tabela 24. Distribuição dos trabalhadores transfronteiriços espanhóis na Saúde Pública, por distritos de destino, da Região Norte de Portugal

Os dados oficiais informam também da apresentação de aproximadamente 1.621 solicitações do NIE (Número de Identidade de Estrangeiros) **entre 1.999 e Março de 2.003** (sem cartão de residência) na Brigada de Assuntos para estrangeiros e Documentação da Polícia Nacional em Pontevedra e a abertura de 4 expedientes relativos a permissões de residência de comunitários fronteiriços no Escritório de Assuntos para estrangeiros da Subdelegação do Governo em Ourense. Para além disso, 93 estudantes realizaram estudos universitários e de Terceiro Ciclo na Universidade de Vigo e estavam vigentes em **2.002**, segundo dados do Instituto Nacional da Segurança Social, 110 Formulários E106 para fronteiriços residentes em Portugal assegurados em Espanha (99 formulários vigentes em **2.003**).

Esta informação complementa-se com os resultados de um questionário realizado a 120 empresas e organismos, mediante o qual se obteve informação relativa a 157 **trabalhadores portugueses na Galiza** e 542 **trabalhadores espanhóis no Norte de Portugal**, aos quais se denominou trabalhadores transfronteiriços. Na tabela 25 resume-se a informação obtida.

Região	Distrito/Província de destino	Nº Empresas	Nº trabalhadores transfronteiriços	Nº trabalhadores transfronteiriços com dados	% do TOTAL
Norte de Portugal	Porto	21	85	85	12,2%
	Vila Real	10	47	47	6,7%
	Viana do Castelo	34	203	193	27,6%
	Braga	15	88	88	12,6%
	Aveiro	1	121	121	17,3%
	Bragança	3	8	8	1,1%
	<i>Sub-total</i>	<i>84</i>	<i>551</i>	<i>542</i>	<i>77,5%</i>
Galiza	Ourense	12	124	117	16,7%
	Pontevedra	24	40	40	5,7%
	<i>Sub-total</i>	<i>36</i>	<i>164</i>	<i>157</i>	<i>22,5%</i>
TOTAL		120	715	699	100%

Fonte: EURES (2.003).

Tabela 25. Número e distribuição dos trabalhadores transfronteiriços interrogados na Galiza e no Norte de Portugal

Tal como podemos apreciar no quadro anterior, nos distritos com povoações (concelhos) pertencentes ao território fronteiriço (povoações fronteiriças e contíguos) com a Galiza concentravam-se 62% dos trabalhadores espanhóis sobre os que se recolheram dados (336 dos 542). Não obstante, enquanto no distrito de Viana do Castelo todas as povoações pertencem ao território fronteiriço com a Galiza, não sucede o mesmo nos outros três distritos: no caso de Braga, dos 88 trabalhadores espanhóis registrados, unicamente 4 trabalhavam em povoações do território fronteiriço com a Galiza; no caso do distrito de Vila Real, faziam-no 40 de 47; por último, no caso do distrito de Bragança faziam-no 6 de 8. Em definitivo, nas povoações fronteiriças com a Galiza concentravam-se 44,8% dos trabalhadores espanhóis sobre os que se recolheram dados (243 de 542).

Por outro lado, 39 dos 40 trabalhadores portugueses em Pontevedra sobre os que se recolheram dados trabalhavam em povoações do Sul da província: Vigo (14), Porriño (10), Tui (8), Salceda de Caselas (3), Pontearreas (2) e Salvaterra do Miño (2). No caso de Ourense, 111 dos 117 trabalhadores portugueses registrados no relatório desenvolviam a sua tarefa em

povoações do Este da província: Barco de Valdeorras (47), Sobradelo de Valdeorras (37) e Verín (27). Estes dados sugerem a existência, em 2.003, de dois destinos fundamentais dos trabalhadores portugueses na Galiza: a zona entre Vigo e a fronteira e o Sudeste da província de Ourense.

No que diz respeito à procedência dos trabalhadores transfronteiriços detectados por meio do questionário, cabe ressaltar que:

- Dos 542 trabalhadores espanhóis que realizavam o seu trabalho no Norte de Portugal, 45 (8,3%) provinham da, isto é, tinham a sua residência habitual na, província de Ourense, 143 (26,4%) provinham da província de Pontevedra e os 354 restantes (65,3%) provinham de outras províncias. Segundo o relatório, a existência de uma percentagem tão elevada de trabalhadores espanhóis de outras províncias pode dever-se a que, como estes trabalhadores realizam no Norte de Portugal funções de nível superior, estariam mais dispostos a deslocar-se independentemente da distância.
- Dos 157 trabalhadores portugueses que realizavam o seu trabalho na Galiza, 5 (3,2%) provinham do distrito de Braga, 6 (3,8%) do distrito de Viana do Castelo e 7 (4,4%) do distrito de Vila Real. Os restantes provinham de distritos não fronteiriços como Porto (4,5%) e outros (84,1%). Não obstante, no relatório refere-se que na categoria Outros se inclui aqueles trabalhadores que assinalaram como lugar de procedência o Norte de Portugal, sem especificar o distrito em particular.

2.4.3.2. Caracterização dos trabalhadores transfronteiriços detectados na Euro-região Galiza-Norte de Portugal em 1999 e 2003.

Segundo os dados do relatório EURES (1.999), obtidos a partir de questionários realizados a uma amostra de 188 trabalhadores transfronteiriços pertencentes a empresas, vinculados ao espaço transfronteiriço da Comunidade Autónoma da Galiza e à Região Norte de Portugal, e em particular aos eixos Chaves-Verín e Valença-Tui, e do relatório EURES (2.003) no qual se realizam questionários a empresas e organismos, a percentagem de trabalhadores masculinos era ligeiramente superior, ainda que de maneira mais acentuada no caso daqueles que vinham trabalhar na Galiza.

Na tabela 26 reflecte-se a **distribuição dos trabalhadores transfronteiriços por idades** no ano **1.999**. Tal como podemos apreciar na tabela, a distribuição por idades dos trabalhadores de ambos os lados da fronteira era praticamente similar no caso dos menores de 36 anos. No entanto, no caso dos trabalhadores maiores de 36 anos, comprova-se a existência

de uma maior percentagem de trabalhadores galegos no grupo de maior idade (maiores de 45 anos), enquanto os trabalhadores portugueses se concentravam no estrato intermédio (entre 36 y 45 anos).

Idade	Destino Norte de Portugal	Destino Galiza
16-25	16,1%	17,4%
26-35	35,7%	33,3%
36-45	26,8%	37,7%
>45	21,4%	11,6%
TOTAL	100%	100%

Fonte: EURES (1.999).

Tabela 26. Distribuição por idades dos trabalhadores transfronteiriços na Galiza e no Norte de Portugal (1999)

A tabela 27 caracteriza o **nível de formação educativa** dos trabalhadores identificados no relatório EURES (2003)

	Destino Norte de Portugal	Destino Galiza
Ensino básico	10,1%	76,8%
Ensino secundário	5,4%	12,3%
Formação profissional	3,4%	6,5%
Ensino universitário	81,2%	4,5%
TOTAL	100%	100%

Fonte: EURES (2.003).

Tabela 27. Distribuição dos trabalhadores transfronteiriços por nível de estudos na Galiza e no Norte de Portugal (2003).

Na tabela 28 especifica-se o distrito ou província no qual desenvolviam o seu trabalho os trabalhadores. A maior diversidade de níveis de formação em Viana do Castelo no que diz respeito ao resto dos distritos portugueses considerados, pode-se explicar, segundo o relatório, pela sua proximidade da fronteira, que incentiva o deslocamento dos residentes do outro lado. Em definitivo, os dados indicam que os trabalhadores espanhóis no Norte de Portugal apresentavam em 2.003 uma elevada qualificação, enquanto os trabalhadores portugueses na Galiza estavam pouco qualificados.

	Destino Norte de Portugal					Destino Galiza	
	Braga	Bragança	Porto	Viana do Castelo	Vila Real	Ourense	Pontevedra
Ensino básico	1,1%		6%	24,1%	4,3%	95,7%	22,5%
Ensino secundário			3,6%	11%	10,9%	4,3%	35%
Formação profissional	1,1%			8,4%			25%
Ensino universitário	97,7%	100%	90,5%	56,5%	84,8%		17,5%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: EURES (2.003).

Tabela 28. Distribuição dos trabalhadores transfronteiriços, por nível de estudos, nas províncias da Galiza e distritos do Norte de Portugal (2003).

A tabela 29 proporciona a informação relativa aos **sectores de actividade** nos quais operavam os trabalhadores identificados. Tal como sublinha o relatório EURES (2003), a indústria manufactureira, as indústrias extractivas e a saúde absorviam 86,8% dos trabalhadores transfronteiriços detectados, destacando este último sector, que por si só absorvia 54,9% destes trabalhadores. Há que precisar que 91,4% dos trabalhadores espanhóis empregados na *Indústria manufactureira* do Norte de Portugal trabalhava no distrito de Viana do Castelo. De facto, este sector absorvia 54,9% dos trabalhadores espanhóis detectados no

distrito. Assim mesmo, 87% dos trabalhadores portugueses que operavam na *Indústria manufactureira* galega fazia-o na província de Pontevedra, absorvendo este sector 50% dos trabalhadores portugueses detectados na província. Por outro lado, todos os trabalhadores portugueses da *Indústria extractiva* galega localizavam-se na província de Ourense. Não em vão, este sector absorvia 71,8% dos trabalhadores portugueses detectados na província. De forma análoga, na mesma província localizavam-se todos os trabalhadores portugueses empregados no sector *Actividades imobiliárias e de aluguer, serviços prestados às empresas*. Por último, 31,5% dos trabalhadores espanhóis que prestavam seus serviços no sector *Actividades sanitárias e veterinárias; assistência social* do Norte de Portugal fazia-o no distrito de Aveiro, enquanto 20,8% o fazia em Viana do Castelo. De facto, este sector absorvia 41,5% dos trabalhadores espanhóis detectados neste último distrito.

Actividade económica	Destino Norte de Portugal	Destino Galiza
Industria manufactureira	21,4%	14,6%
Industrias extractivas	0%	53,5%
Construção	0,9%	3,8%
Comércio, reparação de veículos a motor, motocicletas e artigos pessoais e de uso doméstico	0,9%	7%
Actividades imobiliárias e de aluguer, serviços prestados a empresas	0,2%	16,6%
Educação	3,7%	0%
Actividades sanitárias e veterinárias; assistência social	70,8%	0%
Outras actividades sociais e de serviços prestados à comunidade; serviços pessoais	1,5%	0%
Outros	0,6%	4,5%
TOTAL	100%	100%

Fonte: EURES (2.003).

Tabela 29. Distribuição dos trabalhadores transfronteiriços por sector de actividade económica na Galiza e no Norte de Portugal (2003).

As percentagens da tabela anterior extraem-se dos resultados dos questionários realizados no relatório EURES (2.003). Na tabela 30 expõem-se os resultados oficiais do mesmo relatório referidos aos trabalhadores espanhóis no Norte de Portugal, excluindo aos 650 trabalhadores estrangeiros que prestavam os seus serviços no sector da saúde do Norte de Portugal.

Sector de Actividade económica	Destino Norte de Portugal
Agricultura, pecuária, caça e silvicultura	15,0%
Pesca	1,7%
Indústrias extractivas	1,7%
Indústria manufactureira	19,1%
Produção e distribuição de energia eléctrica, gás e água	0,1%
Construção	8,1%
Comércio, reparação de veículos a motor, motocicletas e artigos pessoais e de uso doméstico	15,0%
Hotelaria	4,4%
Transporte, armazenamento e comunicações	5,0%
Intermediação financeira	3,8%
Actividades imobiliárias e de aluguer, serviços prestados a empresas	2,5%
Outras actividades sociais e de serviços prestados à comunidade; serviços pessoais	15,1%
Actividades dos lares	7,1%
Organismos extra-territoriais	1,5%
TOTAL	100%

Fonte: EURES (2.003).

Tabela 30. Distribuição dos trabalhadores transfronteiriços espanhóis no Norte de Portugal por sector de actividade económica (2003).

A tabela 31, elaborada a partir dos questionários do relatório EURES (2.003), proporciona informação sobre a actividade profissional desempenhada pelos trabalhadores

espanhóis deslocados no Norte de Portugal. Cabe destacar que 83,7% dos enfermeiros espanhóis identificados no Norte de Portugal exercia a sua actividade no distrito de Aveiro e unicamente 8,9% o fazia nos quatro distritos mais próximos à fronteira. A situação muda radicalmente no caso dos médicos espanhóis identificados, já que 29,4% trabalhava no distrito de Braga, 25,2% no distrito de Viana de Castelo, 16,1% no distrito de Vila Real e 2,8% no distrito de Bragança. Dos 20 professores de ensino superior espanhóis registrados, 80% trabalhava no distrito de Braga e 15% no distrito de Vila Real. Viana do Castelo era o distrito do Norte de Portugal no qual os trabalhadores espanhóis desempenhavam uma maior variedade de actividades profissionais, muitas delas ligadas à *Indústria manufactureira*, sector que absorvia a maior quantidade de trabalhadores espanhóis neste distrito. De facto, os 43 técnicos de produção espanhóis detectados trabalhavam neste distrito. Como assinala o relatório, trata-se de actividades que exigem uma menor qualificação do que as ligadas ao outro sector que mais quantidade de trabalhadores espanhóis absorvia no distrito: o sector da saúde. Esta maior variedade de actividades, que em muitos casos não exigem um elevado nível de qualificação, pode ser explicada, segundo o relatório, pelo facto de que Viana do Castelo é o distrito mais fronteiriço dos analisados.

Actividade Profissional	Destino Norte de Portugal
Médicos	40,8%
Enfermeiros	25,2%
Técnicos de produção	8%
Professores de ensino superior	3,7%
Fisioterapeutas	2,1%
Técnicos de radiología	1,7%
Directores e gerentes de pequenas empresas	1,7%
Encarregados-trabalhadores da construção civil	1,7%
Empregados administrativos de contabilidade	1,3%
Atletas profissionais	1,1%
Outros	12,7%
TOTAL	100%

Fonte: EURES (2.003).

Tabela 31. Distribuição dos trabalhadores transfronteiriços espanhóis no Norte de Portugal por sector de actividade profissional (2003).

No que diz respeito aos movimentos transfronteiriços de médicos para o Norte de Portugal, detectamos um Relatório elaborado pelo Conselho Galego de Colégios de Médicos, e publicado no *Médico Interactivo. Diário Electrónico da Saúde*, em Fevereiro 2.004 no qual se cifra em **825** o número de facultativos galegos que desempenhavam o seu trabalho no Norte do país vizinho no ano 2003. A tabela 32 resume a informação disponível sobre o sexo destes trabalhadores e sobre o distrito português no qual trabalhavam:

Distrito de destino	Homens	Mulheres	Total	Percentagem
Porto	193	202	395	47,9%
Vila Real	79	49	128	15,5%
Viana do Castelo	64	61	125	15,2%
Braga	50	36	86	10,4%
Aveiro	n.d.	n.d.	34	4,1%
Bragança	n.d.	n.d.	23	2,8%
Outros			34	4,1%
TOTAL	434	391	825	100%

Fonte: Conselho Galego de Colégios de Médicos (2.004).

Tabela 32. Distribuição dos médicos galegos que trabalham no Norte de Portugal por distrito de destino e sexo (2003).

Tal como podemos apreciar na tabela anterior, 43,9% dos 825 médicos galegos transfronteiriços desempenhava o seu trabalho nos distritos mais próximos à fronteira. Quanto à distribuição por sexos, as percentagens (52,6% eram homens e 47,4% eram mulheres) praticamente coincidem com os obtidos no relatório EURES (2.003) para o total dos trabalhadores transfronteiriços identificados, ainda que não coincidem com os resultados referidos aos trabalhadores espanhóis que se deslocam ao Norte de Portugal (46% eram homens e 54% eram mulheres) do mesmo relatório.

Voltando aos dados obtidos mediante os questionários do relatório EURES (2.003), a distribuição dos trabalhadores portugueses identificados segundo a actividade profissional expõe-se na tabela 33.

Actividade Profissional	Destino Galiza
Encarregados-cortadores	15,8%
Serradores	12,5%
Ajudantes de garçon	9,9%
Embaladores	7,2%
Lavradores	5,3%
Gruistas	4,6%
Dependentes de comércio	3,3%
Directores e gerentes de pequenas empresas	3,3%
Obreiros das minas	3,3%
Auxiliares administrativos	2,6%
Barrenistas	2,6%
Condutores de camião	2,6%
Descargadores	2,6%
Palistas	2,6%
Peões	2,6%
Marinheiros	2%
Outros	17,2%
TOTAL	100%

Fonte: EURES (2.003).

Tabela 33. Distribuição dos trabalhadores transfronteiriços espanhóis no Norte de Portugal por sector de actividade profissional (2003).

Todos os trabalhadores portugueses que desempenhavam actividades de cortador ou serrador faziam-no em empresas da província de Ourense. O mesmo sucedia com os ajudantes de garçon, os embaladores, lavradores, gruistas, dependentes de comércio, obreiros das minas e barrenistas. Evidentemente, muitas destas actividades têm que ver com a indústria extractiva, principal destino dos trabalhadores portugueses na província. Pelo contrário, os directores e gerentes de pequenas empresas e os auxiliares administrativos portugueses trabalhavam na província de Pontevedra. Em geral, a qualificação necessária para desenvolver estas actividades, ainda que maior para as localizadas em Pontevedra com respeito às localizadas em Ourense, é menor do que para as desempenhadas pelos trabalhadores

espanhóis no Norte de Portugal. Estes dados são coerentes com a distribuição dos trabalhadores transfronteiriços por nível de estudos e distrito/província de trabalho apresentada anteriormente. Tal como ressalta Valls Campa, enquanto os **trabalhadores transfronteiriços galegos** trabalham em actividades “**altamente qualificadas e com elevado prestígio**”, os **trabalhadores transfronteiriços do Norte de Portugal** fazem-no em actividades “**de baixa qualificação e baixo prestígio social**”, na indústria, serviços, bem como na indústria extractiva.

Segundo os dados do relatório EURES (1.999), as modalidades de contratação dos trabalhadores transfronteiriços eram as que se expõem na tabela 34.

Tipo de contrato		Destino Norte de Portugal	Destino Galiza
Indefinido	Tempo completo	64,7%	44,4%
	Tempo parcial	2%	7,9%
Duração determinada	Tempo completo	31,4%	22,2%
	Tempo parcial	2%	6,3%
Eventual	Obra e serviço	3,9%	27%
	Outros (produção, interinos)	2%	3,2%
TOTAL		100%	100%

Nota: As percentagens somam mais de 100 porque um mesmo trabalhador pode possuir mais de um contrato.
Fonte: EURES (1.999).

Tabela 34. Distribuição dos trabalhadores transfronteiriços por modalidade de contratação na Galiza e no Norte de Portugal (1999).

No que diz respeito aos **canais de acesso ao trabalho** dos trabalhadores transfronteiriços, a tabela 35 mostra os principais resultados para o ano 1999. Observa-se que a utilização dos serviços de emprego públicos era escassa, o que, a juízo de Valls Campa (2005), “...sugere que o escritório de EURES transfronteiriço é pouco utilizado como instrumento de procura de emprego transfronteiriço na Euro-região”.

Canal de acesso	Destino Norte de Portugal	Destino Galiza
Oficinas de emprego	1,8%	2,9%
Empresas de trabalho temporário	-	4,3%
Agencias de colocação	-	5,8%
Empresas onde se trabalhou anteriormente	46,4%	18,8%
Ofertas públicas em meios de comunicação	10,7%	2,9%
Companheiros de trabalho	14,3%	13%
Familiares ou amigos	21,4%	52,2%
Outros	5,4%	18,8%
TOTAL	100%	100%*

Fonte: EURES (1.999).

Tabela 35. Distribuição dos trabalhadores transfronteiriços por canais de acesso ao trabalho na Galiza e no Norte de Portugal (1999).

No que diz respeito à **frequência de retorno ao lugar de residência**, nas tabelas 36 e 37 recolhem-se os dados obtidos para os anos 1999 e 2003 respectivamente. Dado que os **“trabalhadores fronteiriços”** são aqueles que voltam à sua residência no seu país pelo menos uma vez por semana, em 1999 observa-se que estes trabalhadores eram maioritários nos dois sentidos, ainda que bastante mais claramente no caso daqueles procedentes da Galiza (92,3% dos trabalhadores galegos teriam sido transfronteiriços) do que no caso daqueles procedentes do Norte de Portugal (73,5% dos trabalhadores do Norte de Portugal teriam sido transfronteiriços). Na tabela 37 mostram-se os dados do ano 2003, especificando o distrito ou província no qual desenvolviam o seu trabalho os trabalhadores. Tal como podemos comprovar na tabela, conforme nos afastamos da fronteira diminui a frequência com a que os trabalhadores espanhóis voltavam ao seu lugar de origem. No que se refere aos trabalhadores portugueses, os que trabalhavam em Ourense retornavam ao lar com bastante menos frequência que os que trabalhavam em Pontevedra.

Frequência de retorno	Destino Norte de Portugal	Destino Galiza
Diariamente	73,1%	54,4%
Semanalmente	19,2%	19,1%
Mensalmente	7,7%	26,5%
TOTAL	100%	100%

Fonte: EURES (1.999).

Tabela 36. Distribuição dos trabalhadores estrangeiros (só portugueses e espanhóis) na Galiza e no Norte de Portugal por frequência de retorno à sua residência (1999).

Frequência de retorno	Destino Norte de Portugal					Destino Galiza	
	Braga	Bragança	Porto	Viana do Castelo	Vila Real	Ourense	Pontevedra
Diariamente	6,2%	12,5%	2,1%	75,6%	41,3%	-	46,2%
Semanalmente	29,2%	50%	62,5%	16%	45,7%	20%	28,2%
Mensalmente	4,2%	25%	8,3%	3,2%	8,7%	3%	10,2%
Trimestralmente	-	-	8,3%	-		17%	10,2%
Semestralmente	4,2%	-		5,1%		43%	2,6%
Anualmente	2,1%	-	14,6%	-		17%	2,6%
Outros	54,2%	12,5%	4,2%	-	4,3%	-	-
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: EURES (2003).

Tabela 37. Distribuição dos trabalhadores estrangeiros (só portugueses e espanhóis) na Galiza e no Norte de Portugal por frequência de retorno à sua residência e distrito ou província na que trabalham (2003).

Segundo os dados do relatório EURES (1.999), os trabalhadores transfronteiriços têm em conta os seguintes motivos para abandonar o seu trabalho por ordem de preferência:

1. Trabalhadores espanhóis:

- **Aspectos laborais:** os problemas de adaptação à equipa de trabalho, a qualificação laboral e as dificuldades na comunicação.
- **Aspectos pessoais:** acesso à saúde pública, menor qualidade de vida, acesso à educação e problemas de integração.

2. Trabalhadores portugueses:

- **Aspectos laborais:** a qualificação laboral, os problemas de adaptação à equipa de trabalho e as dificuldades na comunicação.
- **Aspectos pessoais:** problemas de integração, menor qualidade de vida, acesso à saúde pública e acesso à educação.

Um fenómeno a ressaltar é a discriminação laboral, fundamentalmente no que se refere à retribuição salarial recebida, que sofriam os trabalhadores transfronteiriços portugueses na Galiza. Os trabalhadores portugueses, pouco qualificados, aceitavam esta discriminação salarial porque os salários que recebiam no seu país por realizar o mesmo trabalho, eram mesmo assim, inferiores aos que recebiam na Galiza.

Tendo em conta toda a informação apresentada poderia-se fazer a seguinte **caracterização geral** dos trabalhadores transfronteiriços:

- **Trabalhador espanhol:** Homem, de elevada qualificação, dirigido basicamente ao sector da saúde. Tem uma elevada estabilidade de emprego (a maioria têm um contrato indefinido a tempo completo). O canal de acesso ao emprego costuma ser as empresas nas quais trabalhou anteriormente. Retorna diariamente à Galiza e considera que o principal obstáculo no seu trabalho é a adaptação à equipa de trabalho.
- **Trabalhador português:** Homem, de baixa qualificação, dirigido basicamente ao sector da indústria extractiva. Tem uma estabilidade de emprego média (a maioria têm um contrato eventual por obra e serviço). O canal de acesso ao emprego costuma ser familiares ou amigos. Não retorna diariamente ao seu lugar de residência e considera que o principal obstáculo no seu trabalho é a integração pessoal.

2.4.3.3. O ponto de vista das empresas como receptoras dos trabalhadores transfronteiriços.

Com o objectivo de conhecer as **necessidades ocupacionais no espaço transfronteiriço Galiza-Norte de Portugal**, o serviço Eures realizou um estudo no segundo semestre de 2001 nos seguintes sectores económicos: construção, madeira, metalo-mecânica, têxtil, tecnologias da informação e comunicação e turismo.

No estudo identificam-se os postos existentes para cada um dos sectores, a procura prevista desde o ponto de vista das empresas e a valorização da oferta existente. Assim mesmo, analisam-se as vias de incorporação dos trabalhadores utilizadas pelas empresas. A informação extraída a partir de inquéritos às empresas da zona geográfica especificada, completa-se mediante a realização de painéis de especialistas nos quais se contrastam as valorizações e opiniões das empresas de cada um dos sectores. Aos entrevistados pergunta-se directamente sobre a possibilidade de incorporar trabalhadores transfronteiriços a ambos lados da fronteira em cada um dos postos gerais e específicos de cada sector, bem como os principais obstáculos para a contratação de trabalhadores transfronteiriços.

As possibilidades valorizam-se no inquérito com um barómetro situado entre 1 e 5. Os obstáculos calculam-se de forma independente como percentagem sobre o total. Os principais resultados da análise sectorial por zonas geográficas resume-se nas tabelas 38 e 39.

As causas argumentadas que geram a alta ou baixa necessidade ocupacional incluem tanto as previsões de crescimento do próprio sector, como a existência de uma quantidade suficiente ou não de trabalhadores nacionais no sector, bem como a adequação do perfil da oferta de trabalho às necessidades das empresas.

Em geral, a possibilidade de contratar trabalhadores transfronteiriços é maior em Portugal do que em Espanha. As razões às que aludiam os entrevistados lusos eram principalmente as previsões de crescimento em Portugal para os sectores de construção, metal e novas tecnologias, ainda que para o sector madeireiro e têxtil predomina a inexistência de perfis adequados no seu mercado para o tipo de trabalho, enquanto no sector de turismo argumenta-se a insuficiência na oferta de mão de obra.

Sector	Postos de trabalho	
	Possibilidade Mínima	Possibilidade Máxima
Construção	Director geral; Pintor; Electricista; Carpintero; Topógrafo; Carpintero montador de alumínio	Trabalhador do vidro; Montador do vidro; Responsável de projectos; Informático; Peão Ferreiro; Oficial 2º; Ferreiro; Manutenção
Madeira	Direcção geral	Todos os postos específicos do sector excepto: Desenhador; Comando intermédio e Técnico de produção
Metalo-mecânico		Técnico de desenvolvimento do produto; Chefe de grupo; Técnico de medição; Montador carpinteiro alumínio; Electromecânico; Técnico de desenvolvimento de processo de SAP; Técnico de manutenção; Mecânico; Técnico de Planificação; Programador de robots; Operário; Chapista e caldeireiro; Programador de máquinas de CN; Soldador; Técnico de segurança; Técnico suporte usuários SS.II; Transportista; Atendimento ao cliente; Pintor; Electricista; Chefe de projectos
Têxtil	Director Geral; Direcção Funcional Modista; Publicista; Escaparartista; Bordadora	Técnico de qualidade; Costureiro; Padronista; Desenhadora; Operário de transporte; Técnico de corte y confecção; Pranchador; Etiquetado; Cortador; Técnico de marketing; Técnico de informática; Programador; Maquinista de confecção; Cosedora; Representante
Tecnologias informação e comunicação		Direcção Funcional; Administrativos; Todos os postos específicos do sector excepto: Analistas, programadores e Consultores de implantação de software
Turismo	Director de alimentação e bebidas	Chefe de recepção; Empregado de Hotel; Governante de Hotel; Garçom de andares; Chefe de cozinheiros; Garçons; Cozinheiro e preparador de comidas; Garçom e barman; Agente de viagens; Recepcionista; Mecânico; motorista; manutenção; Atendimento ao público

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do EURES

Tabela 38. Possibilidade de incorporar trabalhadores transfronteiriços na zona fronteiriça do Sul da Galiza.

A possibilidade de contratar trabalhadores transfronteiriços na zona Sul da Galiza era claramente inferior à mostrada no Norte de Portugal num sector como o da construção devido, segundo os interrogados, à existência de trabalhadores nacionais suficientes e com o perfil adequado. No sector da madeira ou no têxtil, em mudança, a possibilidade de contratação aumenta devido, precisamente à inexistência de mão-de-obra com o perfil adequado. As possibilidades de crescimento do sector também determinam uma elevada possibilidade de contratação de trabalhadores transfronteiriços. Isso ocorre em sectores como o do metal, tecnologias da informação ou o turismo.

Sector	Postos de trabalho
	Possibilidade Máxima
Construção	Engenheiro civil; Montador de gruas; Electricista; Canalizador; Carpinteiro; Canteiro de acabamentos; Pintor; Técnico de qualidade; Canteiro; Armador de forjados; Serralheiro; Preparador; Montador de andaimes; Aprendiz
Madeira	Desenhador; Comando intermédio; Técnico de projectos; Técnico de produção; Técnico de qualidade; Funcionário; Pintor; Carpinteiro; Planificação de produção; Tractorista
Metal-mecânico	Desenhador; Electromecânico; Técnico de desenvolvimento de processos; Técnico de manutenção; Técnico de planificação; Programador de máquinas; Soldador; Técnico de Laboratório; Técnico de Segurança; Responsável de compras; Fresador; Torneiro; Pulidor
Têxtil	Todos os postos gerais e específicos do sector
Tecnologias da informação e comunicação	Responsável de projectos; Analistas e programadores; Consultores em implementação de software; Camionista
Turismo	Dirigente de Hotel; Empregado de Hotel; Garçom de andares; Chefe de cozinheiros, garçons; Cozinheiro e preparador de comidas; Responsável de Economato

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do EURES

Tabela 39. Possibilidade de incorporar trabalhadores transfronteiriços na zona fronteiriça do Norte de Portugal.

Nos mesmos termos, no estudo pergunta-se aos interrogados que valorizem os **principais obstáculos à contratação de trabalhadores transfronteiriços**. Consideram-se oito tipos de obstáculos: a barreira do idioma, as diferenças salariais, as diferenças culturais, a

necessidade de deslocamentos diários, a falta de instrumentos comuns de aproximação, as dificuldades legais e administrativas na contratação e o desconhecimento dos perfis profissionais do trabalhador transfronteiriço. Nas tabelas 40 e 41 expõe-se um resumo dos principais resultados considerando exclusivamente os dois principais obstáculos citados em cada sector.

Ainda que as respostas portuguesas se encontrem ligeiramente mais diversificadas do que as espanholas, destaca-se o facto de que para as empresas portuguesas um dos principais obstáculos para a contratação de trabalhadores transfronteiriços seja a diferença salarial, obstáculo que não se considera do lado espanhol. Este obstáculo é apontado em todos os sectores do lado português excepto no têxtil, onde se aponta a falta de instrumentos comuns de aproximação como o principal obstáculo à contratação de trabalhadores espanhóis do lado português. De facto, a falta de instrumentos comuns de aproximação é considerada como um dos principais obstáculos de ambos os lados da fronteira, mas sobretudo no galego, onde para além disso, o desconhecimento dos perfis profissionais do trabalhador transfronteiriço supõe outro *handicap* à contratação em todos os sectores analisados exceptuando o da madeira. Para além disso, a valorização de qualquer dos obstáculos por parte de contratantes portugueses é sempre superior à dos contratantes espanhóis. Assim, de uma valorização situada entre 0 e 5 para contratar trabalhadores transfronteiriços, a falta de instrumentos comuns de aproximação chega a atingir uma valoração de 4,17 no lado português o sector de tecnologias da informação e comunicação, enquanto a maior pontuação atribuída pelos entrevistados espanhóis se situou no 3,69 para este mesmo obstáculo e para o mesmo sector. Por outro lado, nem a barreira do idioma nem as diferenças culturais supõem um obstáculo à contratação em nenhuma das duas zonas fronteiriças analisadas e situam-se sempre nos últimos postos dos questionários.

Obstáculos	Sectores					
	Construção	Madeira	Metal-Mecânica	Têxtil	Tecnologias da informação	Turismo
A barreira do idioma						
As diferenças salariais						
As diferenças culturais						
A necessidade de deslocamentos diários		X				
Dificuldade derivada dos deslocamentos diários						
Falta de instrumentos comuns de aproximação	X	X	X	X	X	X
Dificuldades legais e administrativas na contratação						
Desconhecimento dos perfis profissionais do trabalhador transfronteiriço	X		X	X	X	X

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do EURES.

Tabela 40. Principais obstáculos para contratar trabalhadores portugueses na zona fronteiriça Sul da Galiza.

Obstáculos	Sectores					
	Construção	Madeira	Metal- Mecânica	Têxtil	Tecnologias da informação	Turismo
A barreira do idioma						
As diferenças salariais	X	X	X		X	X
As diferenças culturais						
A necessidade de deslocamentos diários				X		
Dificuldade derivada dos deslocamentos diários	X			X		X
Falta de instrumentos comuns de aproximação		X	X		X	
Dificuldades legais e administrativas na contratação						X
Desconhecimento dos perfis profissionais do trabalhador transfronteiriço						

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do EURES.

Tabela 41. Principais obstáculos para contratar trabalhadores galegos na zona fronteiriça do Norte de Portugal

Aos interrogados pergunta-se, sobre as **principais vias para a incorporação dos trabalhadores transfronteiriços**, oferecendo 12 possíveis respostas aos entrevistados espanhóis e 10 aos portugueses, já que estes últimos não incluem como possíveis respostas as opções de “internet” e “empresa familiar/faz parte da empresa”.

Para cada sector agrupam-se os diferentes tipos de trabalho nos seguintes grupos:

- DG: Direcção Geral e Funcional,
- MI: Comandos Intermédios,
- PC: Pessoal Comercial,
- PA: Pessoal Administrativo,
- PT: Pessoal Técnico.

O resumo, que inclui a primeira opção que elegeram os entrevistados, recolhe-se nas tabelas 42 e 43. É notório o facto de que a principal via de incorporação do trabalhador transfronteiriço a um e outro lado da fronteira seja por meio de contactos pessoais em todos os sectores e para a maioria dos postos. No entanto, para os postos de Direcção Geral, as empresas galegas de qualquer sector analisado preferem alguém da família para continuar com a empresa, enquanto para os Postos Técnicos, naqueles casos nos quais não recorrem a contactos pessoais, recorrem a referências do pessoal que já trabalhava na empresa, como ocorre com os sectores de construção e tecnologias da informação. Para além disso, as empresas galegas quase não empregam outras vias de contratação.

As vias de incorporação de trabalhadores transfronteiriços galegos em Portugal são mais diversificadas. O recurso a outras vias de contratação diferentes dos contactos pessoais é mais amplo e destacam-se as referências de pessoal que já trabalhava na empresa, sobretudo para os Postos Técnicos dos sectores de madeira, metalo-mecânica, têxtil e tecnologias da informação. Os CV enviados sem ser solicitados, junto com os anúncios de trabalho na imprensa são outra importante via para a contratação de trabalhadores transfronterizos espanhóis em Portugal, vias que, em mudança, não são empregadas ao outro lado da fronteira.

Via de Contratação	Sectores																													
	Construção					Madeira					Metal-Mecânica					Têxtil					Tecnologias da informação					Turismo				
	D	M	P	P	P	D	M	P	P	P	D	M	P	P	P	D	M	P	P	P	D	M	P	P	P	D	M	P	P	P
Empresa familiar. Faz parte da empresa	X					X	X				X					X	X				X					X				
Promoção interna																											X			
Referência de pessoal que já trabalhava na empresa					X																				X					
Contactos pessoais (filhos, parentes, amigos)		X	X	X				X		X			X	X	X			X	X	X			X	X				X	X	X
Consultoras e empresas privadas de selecção												X																		
Receber CV sem solicitá-lo									X													X								

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do EURES.

Tabela 42. Principais vias para contratar trabalhadores portugueses na zona fronteiriça Sul da Galiza.

	Sectores																																		
	Construção					Madeira					Metal-Mecânica					Têxtil					Tecnologias da informação					Turismo									
Via de Contratação	D	M	P	P	P	D	M	P	P	P	D	M	P	P	P	D	M	P	P	P	D	M	P	P	P	D	M	P	P	P					
	G	I	C	A	T	G	I	C	A	T	G	I	C	A	T	G	I	C	A	T	G	I	C	A	T	G	I	C	A	T	G	I	C	A	T
Pessoal que realizou práticas na empresa																																		X	
Anúncios de trabalho na imprensa	X																X														X				X
Referência de pessoal que já trabalhava na empresa															X					X										X		X		X	
Contactos pessoais (filhos, parentes, amigos)	X		X	X	X	X	X	X	X		X	X	X		X	X					X	X	X	X											
Serviço público de emprego (INEM ou outros)														X																					
Receber CV sem solicitá-lo		X												X				X	X															X	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do EURES.

Tabela 43. Principais vias para contratar trabalhadores galegos na zona fronteiriça Norte de Portugal.

2.4.3.4. Conclusão e recomendações.

Na opinião de Valls Campa (2005), o desaparecimento da fronteira administrativa não proporcionou que os mercados laborais de ambas regiões se estejam integrando num único mercado laboral da Euro-região. Pelo contrário, na sua ideia está-se a produzir uma segmentação do mercado laboral caracterizada porque:

- Os **trabalhadores galegos** pertencem ao segmento superior (“primário”) do mercado laboral, ocupando postos de trabalho de elevada qualificação e não aceitando um posto de trabalho no segmento inferior (“secundário”), mesmo que estejam desempregados.
- Os **trabalhadores portugueses** pertencem ao segmento inferior, aceitando trabalhos na Galiza pouco qualificados e instáveis e nos quais sofrem discriminação laboral, tanto no que se refere à retribuição recebida como às condições laborais, respeitante aos trabalhadores galegos.
- Os trabalhadores transfronteiriços de ambos os lados têm problemas de integração laboral e social e cruzam a fronteira na procura, fundamentalmente, de um maior salário.
- Em definitivo, as diferenças socio-económicas e sócio-culturais entre as duas regiões seriam a causa da segmentação do mercado laboral da Euro-região.

Para finalizar este capítulo, vamos realizar alguns comentários adicionais. Na nossa opinião, ainda fica muito trabalho por fazer na análise quantitativa e qualitativa dos movimentos transfronteiriços de trabalhadores entre a Galiza e o Norte de Portugal. Em particular, as linhas de actuação mais urgentes seriam as seguintes:

- Em primeiro lugar, dado que a informação mais actualizada refere-se ao ano 2.003, é óbvia a necessidade de actualizar os dados. Não em vão, existem indícios de que a situação experimentou mudanças notáveis nos dois últimos anos que provavelmente obriguem a rever algumas das conclusões atingidas nesta investigação.
- Consideramos que, para avançar no conhecimento dos fluxos de trabalhadores transfronteiriços, é imprescindível ter acesso a umas estatísticas oficiais mais completas.

- As fontes estatísticas oficiais devem ser complementadas mediante a realização de inquéritos e consultas às instituições e empresas implicadas no fenómeno do trabalho transfronteiriço.

Neste sentido, o Censo elaborado pelo EURES pode ser um bom ponto de partida, ainda que pensamos que é necessário melhorar alguns aspectos para convertê-lo num instrumento útil para a análise desta realidade. Por exemplo, no distrito português de Aveiro o Censo do EURES só analisa um hospital, pelo que envia os dados para o sector da saúde. Outra debilidade importante do Censo é a ausência de informação a respeito da procedência dos trabalhadores, questão vital à hora de determinar o carácter transfronteiriço dos mesmos. Neste sentido, provavelmente seja conveniente conseguir um maior envolvimento das autoridades pertinentes para incrementar o grau de colaboração das instituições e empresas consultadas.

Em definitivo, consideramos que é necessário melhorar a quantificação e caracterização dos fluxos de trabalhadores transfronteiriços entre a Galiza e a região Norte de Portugal. Desta maneira, poderemos proporcionar uma imagem mais fíável e exacta dos movimentos de trabalhadores entre ambos os lados da fronteira. Só assim seremos capazes de determinar, entre outros aspectos fundamentais, o grau de integração do mercado laboral da Euro-região Galiza-Norte de Portugal.

3. Análise da viabilidade de uma Euro-cidade: Vigo-Porto

3.1. Introdução

A União Europeia, com uma extensão de 3.236.000 km², uma população de mais de 372 milhões de pessoas, e uma densidade de população de 115 hab/km², dispõe de um território que agrupa uma grande diversidade de paisagens, climas e culturas, e ao mesmo tempo, depois do Japão e Estados Unidos, é a terceira região mundial por nível de riqueza, medida em termos em termos de renda per capita.

Dentro deste território, destacam-se as zonas costeiras, pois a longitude do litoral ascende a cerca de 60.000 km, frente aos 20.000 km de U.S.A e aos 30.000 km de Japão, e nelas se concentra cerca de um terço da população urbana da UE. Para além disso, coexistem áreas geográficas que gozaram historicamente de uma identidade específica como o Mediterrâneo, os Alpes, o Danúbio ou o mar Báltico, e outras regiões periféricas ou insulares que padeceram de um verdadeiro isolamento com respeito ao território central europeu, como Grécia, os Países Escandinavos ou inclusive o Reino Unido e Irlanda. Parte destes problemas de isolamento foram desaparecendo nos últimos anos graças à criação de grandes infra-estruturas como o túnel sob o Canal da Mancha ou a ponte entre Dinamarca e Suécia.

Os principais factores que condicionam e condicionarão a evolução do território europeu nos próximos anos são em primeiro lugar, a elevada concentração de população e de actividades económicas na zona central europeia, no eixo Berlin-Londres-Paris-Milão, e em geral uma elevada concentração da população europeia em cidades médias e grandes; em segundo lugar o abandono do meio rural; e em terceiro lugar, os movimentos migratórios procedentes de África e do Leste europeu. De facto, na União Europeia produziu-se um intenso processo de urbanização, concentrando-se a população e a actividade em áreas espaciais reduzidas, enquanto o resto do território fica em posição marginal.

Existem grandes diferenças entre as distintas zonas do território europeu. Algumas destas diferenças, como as culturais e as naturais, devem tentar conservar-se, mas outras, as económicas e as sociais, devem corrigir-se. Em ambos casos é necessário vertebrar de algum modo este amplo território mediante o estabelecimento de umas bases ou orientações que guiem as acções das instituições comunitárias e dos estados membros. De facto, a importância

da ordenação territorial já tinha sido manifestada no âmbito do Conselho de Europa com a aprovação da Carta Europeia¹ de Ordenação do Território, que a define como "a expressão espacial das políticas económica, social, cultural e ecológica de uma sociedade", e a considera como "uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política concebida como um enfoque inter-disciplinário e global, cujo objectivo é um desenvolvimento equilibrado das regiões e a organização física do espaço segundo um conceito reitor"; seus objectivos seriam:

1. A melhoria da qualidade de vida.
2. A gestão responsável dos recursos naturais.
3. A protecção do meio ambiente.
4. O desenvolvimento socioeconómico equilibrado das regiões

No entanto, a necessidade de vertebrar o território europeu encontra-se já primeiramente com um importante obstáculo, já que o Tratado da União não contempla uma política europeia de ordenação territorial, que segue sendo competência dos estados membros. Apesar disso, desde os anos 80 a Comunidade Europeia vem prestando uma certa atenção à ordenação territorial. Há que ter em conta, em primeiro lugar, que a coesão económica, social e meio ambiente da U.E. precisa também de uma verdadeira coesão do território comunitário, e em segundo lugar, que as políticas comunitárias incidem em grande parte sobre o território, condicionando na prática com o planeamento e o modelo de território que realizam os Estados.

A primeira reunião informal dos ministros responsáveis da ordenação territorial dos Estados-membros teve lugar em Nantes em 1889, e nela se pôs em manifesto a necessidade de iniciar uma reflexão sobre o futuro do território europeu, que se concentrou na elaboração da Perspectiva Europeia de Ordenação do Território (PEOT), que mais tarde deu lugar à Estratégia Territorial Europeia (ETE) adoptada no Conselho informal de Ministros responsáveis da ordenação do território da U.E., celebrado em Postdam em Maio de 1999. Esta Estratégia Territorial Europeia integrou os princípios e objectivos da União Europeia tal e como ficaram reflectidos no Tratado adoptado em Amsterdam, especialmente no que se refere à coesão económica e social, a conseguir um desenvolvimento equilibrado e sustentável e a conservação do património natural e cultural europeu.

A ETE configura-se assim como um documento juridicamente não vinculante que estabelece um marco para melhorar as diferentes políticas comunitárias que têm efeitos sobre

¹ Aprovada na Conferência Europeia de Ministros da Ordenação do território, de 23 de Maio de 1983.

o território e a cooperação entre elas, bem como entre os Estados, as regiões e as cidades. Esta Estratégia pretende:

1. Conseguir um território europeu mais competitivo, tanto à escala global como dentro das diferentes zonas e âmbitos geográficos da União.
2. Orientar-se para um desenvolvimento sustentável, isto é, o progresso económico deve implicar a integração dos aspectos meio ambientais nas demais políticas, e a própria conservação do médio ambiente e da biodiversidade devem ocupar o centro das iniciativas europeias de ordenação territorial.
3. Que o território europeu se organize de forma solidária, com o objectivo de conseguir uma coesão económica e social. Esta solidariedade tem de tentar a superação de três problemas fundamentais da União: as desigualdades económicas e desequilíbrios territoriais, o isolamento das periferias e a exclusão social.

A Ordenação do Território à escala europeia, parte do reconhecimento de que a definição das estratégias sectoriais europeias está condicionando a vertebração do território continental (redes trans-europeias de estradas, de transporte ferroviário, de telecomunicações, de gasoductos e energia, etc) e que é necessário, dentro do máximo respeito às competências dos Estados, uma certa ordenação do território a nível europeu.

Esta ordenação, segundo o acordado na Estratégia, deve partir de uma série de opções políticas claras, e deve ser a premissa que oriente o conjunto das políticas comunitárias para incorporar às mesmas a dimensão territorial. Os pontos de partida são os seguintes:

- **Desenvolvimento de um sistema urbano** e mais equilibrado na U.E. baseado em:
 - O reforço de várias grandes áreas de integração económica, com “clusters” de cidades e redes urbanas e em estreita cooperação territorial.
 - O fortalecimento de cidades e regiões urbanas dinâmicas, atraentes e competitivas, em especial as cidades-porta de acesso à U.E., bem como desenvolver métodos eficazes para conter a expansão urbana incontrolada, fomentando a cidade compacta, de pequenas distâncias, a gestão inteligente do ecossistema urbano e promovendo a diversificação de base económica.
 - A promoção do desenvolvimento endógeno, a diversidade e a eficácia dos espaços rurais, através de estratégias de desenvolvimento adaptadas aos potenciais específicos de cada zona, reforçando as cidades pequenas e médias

no meio rural e impulsionando uma agricultura sustentável, as energias renováveis e um turismo respeitante para com o meio ambiente.

- Uma maior associação entre o campo e a cidade, integrando a periferia rural das grandes cidades nas estratégias de desenvolvimento das regiões urbanas sem perda de sua identidade rural e aumentando a sua qualidade de vida, e fortalecendo as pequenas cidades rurais.

- **Fomentar estratégias integradas de transporte e comunicações** que favoreçam o acesso equitativo às infra-estruturas e ao conhecimento mediante:

- Uma proposta integrada que melhore as conexões às redes de transporte e o acesso ao conhecimento.
- Um desenvolvimento policêntrico que reforce as redes de transporte secundárias e as suas interconexões com as Redes Trans-europeias, com sistemas regionais de transporte público eficazes, e um melhor acesso de toda a população às infra-estruturas de telecomunicações e a sua utilização, especialmente a prestação de serviços universais de telecomunicações às regiões de baixa densidade de população a preços exequíveis.
- Uma utilização eficaz e sustentável das infra-estruturas, melhorando a articulação entre as políticas de desenvolvimento territorial e uso do solo com o planeamento do transporte e telecomunicações, a redução dos efeitos negativos das zonas que sofrem congestionamento do tráfego por estrada, reforçando meios de transporte menos contaminantes, fomentando a integração em redes multi-modais, ou garantindo uma utilização eficaz das infra-estruturas existentes antes de desenhar outras novas.
- A difusão da inovação e o conhecimento, integrando nas estratégias de desenvolvimento territorial a promoção da inovação, a educação, a formação, ou a I+D; facilitando a rápida difusão das inovações ou impulsionando a oferta e a demanda de tecnologias e comunicação.

- Desenvolver e proteger o património natural e cultural europeu mediante uma gestão inteligente, que assegure a sobrevivência da identidade regional e da diversidade dos mesmos e em particular:

- Optimizando o potencial de desenvolvimento que supõem a natureza e o património cultural.
- Conservando e desenvolvendo o património natural.
- Gerindo adequadamente os recursos hídricos.
- Gerindo de forma criativa as paisagens e o património cultural.

Neste contexto de desenvolvimento de um sistema urbano policêntrico, inscreve-se a análise da viabilidade de uma Euro-cidade entre Vigo e Porto, as duas principais cidades da zona Norte e Sul da fronteira entre a Galiza e o Norte de Portugal. Isto é, a criação de uma Euro-cidade dentro de uma Euro-região.

Na literatura tradicional, a estrutura do sistema de cidades responde a um padrão monocêntrico-Christalleriano, onde a cidade central exerce uma hierarquia dominante sobre o resto de cidades de seu meio. No entanto, a partir dos anos 80 põe-se em relevo a possibilidade de que os padrões de articulação dos sistemas urbanos tenham evoluído desde estruturas verticais (hierarquias), para estruturas policêntricas e horizontais, às quais denominamos **redes de cidades**. Esta mudança tem a sua origem na redução dos custos de transporte e na diversificação da procura de cara ao consumidor final, que romperam com as hipóteses teóricas de áreas de mercado separadas e organizadas segundo uma lógica gravitacional ao redor dos centros. O resultado é a presença de economias de localização e de urbanização, a aparição de centros especializados e a localização de funções superiores em centros urbanos que não são os de maior casta, em contraste com os modelos de lugar central, que prevêm desespecialização e concentração das funções de ordem superior nos centros de maior casta.

O conceito de rede de cidade é tão diverso como os autores que trabalham sobre o tema. Sob o ponto de vista de Casti (1995), Westlund (1999) ou Batten (1995), tanto um sistema onde predominem as relações verticais (hierárquico) como um sistema onde predominem as relações horizontais são uma rede, e o que os diferencia é a direcção dos fluxos. O único requisito para que constituam uma rede de cidades é que mediante estas relações se obtenha algum tipo de vantagem conjunta (economias de rede), que no caso de Westlund é a redução dos custos de transacção, e no caso de Batten são economias de escala produzidas na rede. Deste ponto de vista, a definição de Camagni (1993) continua a ser restritiva, ao exigir que as redes sejam horizontais, ou o que é o mesmo, equipotenciais. Esta limitação apresenta o problema de que as redes de sinergia se encontram com frequência associadas ao policentrismo e a relações não estritamente equipotenciais. Dematteis (1990) propõe uma concepção de rede como sistema que vem acompanhada de uma tipologia das

relações de rede possível, uma tipologia que permite a convivência de relações verticais e horizontais.

Portanto, a nova concepção das relações entre cidades é uma concepção fundamentalmente flexível, que permite fazer diversas tipologias dos sistemas de rede dependendo dos parâmetros que se considerem relevantes. A partir dos estudos realizados até agora, podem-se diferenciar duas tipologias:

➤ Atendendo à natureza da externalidade de rede:

- **Redes de complementaridade:** dão-se entre centros especializados e complementares, inter-conectados através de interdependências de mercado, de maneira que a divisão de funções entre estes assegura uma área de mercado suficientemente grande para cada centro e possibilita que se atinjam economias de escala e de aglomeração. Em consequência, pode-se prover uma área que de forma individual nunca teria a massa suficiente para realizar o nível de funções que se consegue na rede. Exemplos deste tipo de rede podem-se encontrar no Randstadt holandês na área metropolitana de Pádua-Treviso-Veneza.
- **Redes de sinergia:** dão-se entre centros com uma orientação produtiva similar, que cooperam entre eles de forma não programada. Neste tipo de centros o conceito chave é que a sinergia se obtém da cooperação, e portanto, as externalidades as provê a mesma rede. As redes de sinergia compõem-se de:
a) Centros de alta casta, que funcionam como redes de informação, conectando funções directivas, finanças e serviços de alto nível. Um exemplo deste tipo de cidades são as Euro-cidades do arco central europeu (Camagni, 1993, página 1059).
b) Centros de menor ordem, especializados nas mesmas funções, e interessados em obter externalidades da rede. Um exemplo é a cooperação entre cidades no Nord-Pas-de-Calais, em França e Wallonia, em Bélgica.
- **Redes de inovação:** podem considerar-se como um caso específico das anteriores, na medida em que são um tipo de redes de sinergia. Neste caso, a cooperação é programada, com o objectivo de atingir a massa suficiente como para abordar um projecto ou para obter uma externalidade que o faça mais rentável. Redes deste tipo podem encontrar-se entre algumas cidades francesas, em matéria de provisão de infra-estruturas ou serviços tecnológicos.

➤ Atendendo ao tipo de articulação de estrutura urbana:

- **Redes hierárquicas:** são as que se teorizam nos modelos de lugar central (Christaller, Lösch, Beckman). As relações entre a rede são assimétricas, e o sistema é de tipo "areal", isto é, comporta contiguidade espacial entre as partes e pré-determinação das relações espaciais possíveis entre o sistema. Economicamente, trata-se de um sistema territorial em equilíbrio, onde todas as relações se regem por valores de umbral e amplitude.
- **Redes multipolares (policêntricas)** ou de especialização local estável: As relações de intercâmbio entre vértices podem basear-se na complementaridade ou na sinergia, ainda que não têm por que ser simétricas (de igualdade), senão que podem ser fortemente assimétricas, inclusive de dominância-dependência. Neste caso, as funções urbanas dividem-se entre vários vértices, em combinações locais de diversos tipos e dimensões, ainda que não vêm dadas a priori como no caso das redes hierárquicas. Não obstante, a sua distribuição também não é casual, senão que os vértices se organizam procurando conseguir umas economias de aglomeração determinadas. Neste caso, o sistema não está em equilíbrio, como no caso anterior, e os conceitos de umbral e amplitude não se estão aplicando. Desta maneira, o sistema de cidades pode adoptar distribuições não regulares, porque a sua composição funcional e a sua dimensão não dependem das interacções com áreas contíguas, ainda que as relações deste tipo podem orientar a especialização local na fase inicial do processo. Dentro desta topologia de redes multipolares ou policêntricas podemos encontrar os distritos industriais marshallianos.
- **Redes equipotenciais ou de indiferença localizativa:** as relações entre os vértices da rede são simétricas ou quase simétricas, e não obedecem a um padrão predefinido. As funções urbanas distribuem-se de modo totalmente casual entre os vértices da rede. A actividade não segue um padrão definido de localização, de maneira que qualquer actividade pode situar-se em qualquer vértice da rede, sobre a base de relações de complementaridade, sem que exista um centro definido da rede. Ao contrário que com as redes policêntricas, a distribuição de funções entre os centros não tende a ser estável no tempo, senão que pode variar de forma casual, de maneira que não dá lugar a uma especialização estável capaz de produzir sinergias.

Um antecedente que deve ser tido em conta na hora de estudar a viabilidade da Euro-cidade Vigo-Porto, é a Euro-cidade Vasca Bayonne-San Sebastián. A origem da Euro-cidade remonta ao ano 1993 em que os responsáveis institucionais da Diputación Foral de Gipuzkoa e da Comunidade de Aglomeração de Biarritz-Anglet - Bayona -então Distrito- assinaram um acordo² em virtude do qual as partes firmantes comprometiam-se a promover a cooperação entre as instituições de ambos lados da fronteira.

O projecto de cooperação pretende dar adequada resposta aos reptos que supõe o Mercado Único e aspira a posicionar à conurbação Bayona-San Sebastián em situação competitiva no sistema urbano europeu. No entanto, a eliminação da fronteira física não supõe o desaparecimento automático das múltiplas disfuncionalidades que a sua existência supôs ao longo do tempo. Em cada lado existem diferentes estruturas legais, económicas e administrativas; os sistemas linguísticos, culturais e mentais são diferentes e inclusive o próprio desenvolvimento urbanístico obedece a modelos claramente diferenciados.

Daí, o objectivo a que se propuseram as autoridades de ambos lados: transformar a realidade urbana que se estende entre Bayona e San Sebastián, hoje por hoje uma mera justaposição de diferentes estruturas administrativas, e convertê-la numa nova cidade europeia de 600.000 habitantes. O projecto de cooperação tem como meta que a conurbação seja competitiva no sistema urbano no qual se integra, pelo que as autoridades competentes empreendem uma série de acções conjuntas entre as quais cabe destacar as medidas dirigidas a ordenar o espaço da Euro-cidade com uma visão comum.

Para isso é necessário dotar-se de uma nova clave que permita uma interpretação mais global do território. Há que evitar as múltiplas disfuncionalidades, as neutralizações internas, as duplicidades que em algumas infra-estruturas se produzem e promover um planeamento conjunto que molde a conurbação e a dote dos equipamentos e serviços que correspondem a uma cidade europeia de nível médio.

Conscientes do complexo entrelaçado administrativo e dos diferentes níveis de competências que intervêm no território da conurbação, o projecto baseia-se num modelo de acordo entre as diferentes administrações. Fruto da busca de consenso institucional conta-se com a participação dos níveis: local –*as prefeituras da conurbação* –foral ou departamental – *Diputación Foral de Gipuzkoa e Conseil Général des Pyrénées Atlantiques* – regional – *Governo Vasco e Conseil Regional d’Aquitaine* – e estatal –*os respectivos governos centrais*.

² Publicado no BOE mediante resolução 3/1998 da Secretaria do Governo e de Relações com o Parlamento na data 28 de Janeiro de 1998.

O Projecto recebeu a consideração de projecto-piloto por parte da Mission Opérationnelle Transfrontalière, organismo promovido pela Caisse des Dépôts et Consignations, o Ministère de l'Équipement e DATAR, organismo interministerial do Governo Francês responsável da ordenação do território. O Projecto faz com que se convertam no laboratório da construção europeia. As relações entre ambos lados estão guiadas por uma regra de ouro, implícita, que é o mútuo respeito.

O instrumento operativo que se ocupa de executar as actuações aprovadas pelos correspondentes responsáveis institucionais é a Agência Transfronteiriça para o Desenvolvimento da Euro-cidade. Apesar da existência do Tratado de Bayona, a implementação das acções transfronteiriças encontra-se com a dificuldade adicional que supõe a não-existência de instrumentos jurídicos específicos que amparem e façam viáveis as iniciativas derivadas da cooperação transfronteiriça. Para reparar este obstáculo constitui-se a Agência mediante a adopção de uma figura contemplada simultaneamente nos ordenamentos jurídicos espanhol e francês: os agrupamentos europeus de interesse económico (AEIE)³.

Cria-se assim a Agência Transfronteiriça para o Desenvolvimento da Euro-cidade Vasca Bayonne-San Sebastián pela Diputación Foral de Gipuzkoa e a Comunidade de Aglomeração de Bayonne-Anglet-Biarritz, no momento distrito de Bayona-Anglet-Biarritz. Desde a sua criação em Fevereiro de 1997, esta estrutura tomou o nome de «Observatório Transfronteiriço Bayonne – San Sebastián», e a sua sede encontra-se em San Sebastián. A evolução e progresso dos projectos levaram as instituições fundadoras a rebatizá-lo, sendo o conceito de "agência para o desenvolvimento" mais apropriado para o papel que actualmente realiza. Por outro lado, em 2001 uniu-se-lhes o Consórcio Bidasoa-Txingudi.

O objectivo da Agência é animar à cooperação transfronteiriça no território da Euro-cidade Vasca Bayonne-San Sebastián. Intervém, pois, em diversos aspectos, abarcando desde a distribuição do território (Livro Branco da Euro-cidade, estudos sectoriais), a temáticas que têm estreita relação com a vida dos habitantes da Euro-cidade, como pode ser o desporto.

As propostas do Livro Branco podem-se resumir nos seguintes pontos:

³ A constituição da Agência sob a forma de uma AEIE possibilita que a operativa diária não se encontre dificultada pela necessidade da dupla observância dos procedimentos administrativos espanhol e francês e se possa actuar com certa agilidade na hora de pôr em marcha e executar as actuações aprovadas pelos correspondentes responsáveis institucionais.

1. Desde que se constitui a União Europeia as fronteiras interiores convertem-se numa anomalia.
2. A cooperação transfronteiriça iniciada põe em manifesto que a conurbação entre Bayona e San Sebastián pode converter-se numa metrópole de referência no sistema urbano vasco, atlântico e europeu.
3. A construção de uma metrópole transfronteiriça apresenta a mesma problemática que outros territórios potencialmente metropolitanos mais a dificuldade adicionada do que supõe o facto transfronteiriço.
4. Conceptual e metodologicamente os interrogantes que se propõem são comuns com outras metrópoles a construir. A que pode jogar diferencialmente este território “para fora” em chave de futuro? Que organização/estrutura interna, territorial-metropolitana se requer?
5. As principais bases da Euro-cidade são:
 - A riqueza e qualidade do meio ambiental
 - A concentração de centros de inovação e desenvolvimento tecnológico unidos ao tecido produtivo.
 - A tradição industrial plasmada hoje principalmente por um tecido de PME's competitivas
 - Os recursos humanos de qualidade
 - A qualidade cultural
 - O nível de equipamentos urbanos satisfatório
6. O espaço transfronteiriço constitui na sua nova formulação uma metrópole linear poli-nuclear em rede: a metrópole em rede significa uma realidade de geometria variável na qual se podem dar diferentes escalas em função dos âmbitos temáticos dos que se trate. O território redefine-se em função de cada projecto.
7. A nova metrópole não só se constrói com infra-estruturas mas baseia-se nas infra-estruturas.
8. O conjunto de núcleos urbanos e a aglomeração já formada encontra a sua génese no corredor europeu, multinacional. Junto à fronteira desenvolveu-se uma função logística que cabe denominar “cultura da fronteira”. Manter-se num dos grandes eixos multinacionais europeus constitui um objectivo da Euro-cidade.

9. A Euro-cidade precisa dotar-se de infra-estruturas próprias, para dentro, não compartilhadas com o longo percurso que atravessa a metrópole, ainda que em perfeita integração com elas.

A estrutura territorial e urbana da Euro-cidade Vasca constitui um bom exemplo, à escala local, do carácter policêntrico que caracteriza o sistema urbano europeu. Um sistema conformado por uma continuidade de núcleos urbanos frente às grandes aglomerações característica de outras latitudes. A base da Euro-cidade é a rede de cidades e os espaços rurais que conformam uma estrutura urbanizada.

A Euro-cidade, em linha com as propostas da ETE (Estratégia Territorial Europeia), quer promover a ideia de um sistema policêntrico baseado no funcionamento em rede das cidades que o compõem.

O conjunto de núcleos urbanos que integram a actual conurbação encontra a sua génese no corredor europeu, multinacional. No entanto, o futuro requer uma nova interpretação para este espaço, o que exige dotá-lo de uma estrutura de comunicação interna, própria e independente das actuais infra-estruturas de longo percurso que a atravessam

A Euro-cidade, em resumo, aspira a estruturar a metrópole linear policêntrica em rede, mediante a entrada em prática de uma gestão compartilhada do espaço, das infra-estruturas e a oferta de serviços e equipamentos, e com o objectivo de promover um nível de qualidade que responda às exigências de uma metrópole de casta europeia.

Nos seguintes pontos vamos caracterizar as redes de cidades que se tecem em torno das cidades de Vigo e Porto e determinar se se observa alguma rede de complementaridade, de sinergia ou de inovação que permita caracterizar a área compreendida entre os dois centros urbanos como uma *região urbana policêntrica*. Diz-se que existe uma **região urbana policêntrica (RUP)** quando há uma série de centros urbanos de importância que se relacionam intensamente entre si e com o exterior. Por exemplo, na Catalunha pode-se definir uma RUP entre as cidades de Tarragona, Gerona e Barcelona. As zonas limítrofes à região urbana que se estendem em torno das cidades de Tarragona e Gerona são áreas com uma grande dependência económica e de serviços com a capital. Para além disso, são estreitos corredores bem comunicados com Barcelona, tanto por estrada como por transporte ferroviário, que fazem a fusão entre as áreas metropolitanas dessas cidades com a região urbana. A RUP de Barcelona contaria pois com **5.935.817** habitantes numa extensão de **6.005** km². Esta RUP virá a ser reforçada com a inauguração do trajecto de Alta Velocidade Ferroviária entre Tarragona e Gerona, que se estima que terá uma duração de 50 minutos.

3.2. Caracterização socioeconómica das Regiões Urbanas Policêntricas de Vigo e Porto.

Neste ponto vamos caracterizar as regiões urbanas policêntricas de Vigo e Porto com respeito a uma série de aspectos básicos como são: o território, a população, a habitação, o nível de escolarização da população, o mercado de trabalho, a actividade económica, a dotação de infra-estruturas e a dotação de tecnologia. Apartir da informação obtida construirão-se uma série de indicadores apartir dos quais tentaremos detectar redes de complementaridade, sinergia ou inovação através da realização de uma análise estatística.

3.2.1. Definição das Regiões Urbanas Policêntricas de Vigo e Porto.

O ponto de partida para delimitar as regiões urbanas policêntricas de Vigo e Porto são as respectivas áreas metropolitanas de cada uma das cidades. No caso de Porto, a área metropolitana (AMP) é constituída por 9 municípios: Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia. No entanto, com a aprovação da nova Lei de áreas metropolitanas (Lei nº 10/2003, de 13 de Maio) que estabelecia dois tipos de áreas metropolitanas: Grandes Áreas Metropolitanas (GAM) e Comunidades Urbanas (ComUrb), a AMP passou a denominar-se Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP) em Julho de 2004. Sobre a base desta Lei solicitaram sua adesão à GAMP 5 novos municípios: Arouca, Santa Maria dá Feira, Santo Tirso, S. João dá Madeira e Trofa. Esta adesão foi aprovada em 28 de Janeiro de 2005 e, portanto, a GAMP passou a ser constituída por 14 municípios. No entanto, e por motivo dos dados disponíveis nós trabalharemos com o área metropolitana constituída pelos 9 municípios antes mencionados.

No que diz respeito ao Área Metropolitana de Vigo (AMV), há que dizer que se baseia na Mancomunidade da Área Intermunicipal de Vigo. Este organismo nasceu a partir de uma série de contactos que se produziram desde o ano 1986 entre a prefeitura de Vigo e suas prefeituras limítrofes e outras prefeituras relacionadas com Vigo. Em 1992 criaram-se os Estatutos da Mancomunidade, composta naquele momento pelas prefeituras de Baiona, Fornelos de Morros, Gondomar, Mos, Pazos de Borbén, Porriño, Redondela, Salceda de Caselas, Salvaterra do Miño, Soutomaior e Vigo. No ano 1997 foram reformados os estatutos, para recolher a incorporação da prefeitura de Nigrán e a saída de Mos, ainda que este ingressou de novo no ano 2000. Desde a sua constituição, a Mancomunidade tem como finalidade principal a prestação de serviços mancomunados que vão desde a cooperação em

segurança e infra-estruturas até acções de tipo social e meio ambiental. Para além disso, pode organizar e prestar serviços de competência municipal que estejam incluídos nos fins previstos nos seus estatutos. Com a declaração de Soutomaior realizada em Novembro de 1997, os alcaides da Mancomunidade aprovam de forma unânime que a Mancomunidade tem que ser a base de uma futura Área Metropolitana.

Nessa Área Metropolitana incluem-se os municípios de Cangas e Moaña. Na actualidade, o Parlamento da Galiza está em trâmites de elaborar uma Lei que regule as áreas metropolitanas na Comunidade Autónoma da Galiza.

Uma vez, que determinamos as áreas metropolitanas de Porto e Vigo, temos que definir o espaço geográfico que constitui a Região Urbana Policêntrica (RUP) de cada cidade. Para seleccionar as prefeituras que integram a região urbana policêntrica de cada um das duas prefeituras que são os centros de análises da possível Euro-cidade (Vigo e Porto) recorreremos à aplicação dos critérios utilizados no estudo “Retrato da área Metropolitana do Porto 2003” publicado pela Grande Área Metropolitana do Porto. Estes critérios estabelecem-se sobre a base da mobilidade diária casa-trabalho (commuters) ou movimentos pendulares que representa um bom indicador da inter-relação entre a cidade central e os centros urbanos envolventes. Os critérios consistem em que as prefeituras que constituem a área metropolitana constituída se adicionam como integrantes da Região Envolvente de dita área metropolitana, as prefeituras que verifiquem alguma das duas condições seguintes:

- Aquelas prefeituras nos quais mais de 5% da população residente se desloca para trabalhar a uma prefeitura pertencente à Área Metropolitana, em 2001
- Para além disso, incluirão-se aquelas prefeituras que verificam, de forma simultânea, as seguintes condições: densidade de população superior a 300 habitantes por Km² (2001), densidade de emprego superior a 110 empregados por Km² (2001) e que, para além disso sejam contíguos das prefeituras que verificam o anterior critério.

Há que fazer a precisão de que no estudo mencionado, neste segundo critério se inclui um requisito sobre o volume de exportações. Mas a ausência de dados nas prefeituras espanholas sobre esta variável, aconselham-nos obviá-lo.

O primeiro critério pretende dar prioridade à aparição de um espaço territorial contíguo caracterizado pela integração funcional das prefeituras que o compõem como um centro metropolitano. O segundo critério permite ampliar o espaço delimitado com o primeiro critério, às prefeituras que estão próximos e que, por ter um dinamismo próprio, são relativamente imunes ao efeito polarizador do centro, em termos de emprego, apesar de que apresentam características urbanas.

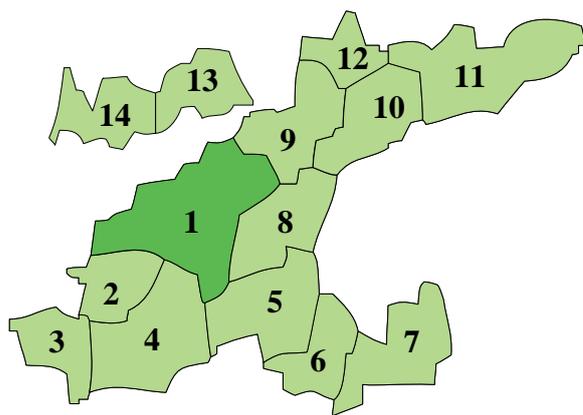
A aplicação destes critérios permite-nos delimitar aglomerações urbanas morfológicas e económicas que vamos denominar Regiões Urbanas Policêntricas. Na Região Urbana Policêntrica de Vigo observam-se dois centros: Vigo e Pontevedra, enquanto na do Porto se detectam outros dois: Porto-Vila Nova de Gaia e Braga. Há que mencionar que para efeitos de análises, cada uma das Regiões Envolventes se dividiu em três zonas: Norte, Leste e Sul.

A Região Urbana Policêntrica de Vigo está integrada, como se mostra na tabela 44 por 35 municípios: 14 pertencem à área metropolitana de Vigo, 8 à região envolvente Norte, 8 à região envolvente Este e 5 à região envolvente Sul. Nos gráficos 40 e 41 mostram-se os municípios que integram cada uma das diferentes zonas em que se divide a RUP de Vigo. Assim a zona envolvente Norte está integrada pelos municípios de Pontevedra, Marín, Bueu, Vilaboa, Pontecaldelas, Poio, Sanxenxo e O Grove. A zona envolvente Este formada pelos municípios de As Neves, Arbo, Crecente, A Cañiza, Covelo, Mondariz, Mondariz-Balneário e Pontearreas. Por último, a zona envolvente Sul está constituída pelos municípios de A Guarda, Oia, Ou Rosal, Tomiño e Tui. Há que fazer constar que todos os municípios que integram a RUP de Vigo verificam os critérios anteriormente expostos, com a excepção do município de O Grove que, no entanto, é incluído pela razão de que só é limítrofe com o município de Sanxenxo e portanto no caso de não o incluir ficaria isolado.

No gráfico 42 mostra-se a extensão da Região Urbana Policêntrica de Vigo dentro da Comunidade Autónoma da Galiza.

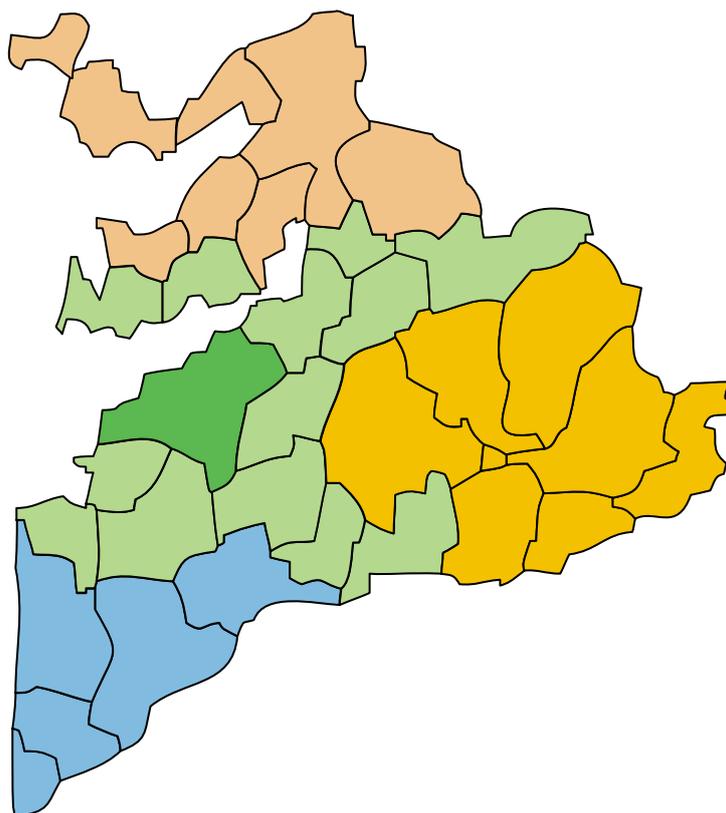
		Prefeituras	Zona da região envolvente
		REGIÃO URBANA POLICÊNTRICA DE VIGO	ÁREA METROPOLITANA DE VIGO
Cangas	AMV		
Fornelos de Montes	AMV		
Gondomar	AMV		
Moaña	AMV		
Mos	AMV		
Nigrán	AMV		
Pazos de Borbén	AMV		
Porriño	AMV		
Redondela	AMV		
Salceda de Caselas	AMV		
Salvaterra de Miño	AMV		
Soutomaior	AMV		
Vigo	AMV		
REGIÃO ENVOLVENTE DA ÁREA METROPOLITANA	Bueu		
	O Grove		Norte
	Marín		Norte
	Pontevedra		Norte
	Poio		Norte
	Pontecaldelas		Norte
	Sanxenxo		Norte
	Vilaboa		Norte
	Arbo		Este
	As Neves		Este
	Cañiza		Este
Covelo	Este		
Crecente	Este		
Mondariz	Este		
Mondariz Balneario	Este		
Ponteareas	Este		
A Guarda	Sul		
Oia	Sul		
Rosal	Sul		
Tomiño	Sul		
Tuy	Sul		

Tabela 44. Prefeituras que compõem a Região Urbana Policêntrica de Vigo.



1. Vigo.
2. Nigrán.
3. Baiona.
4. Gondomar.
5. O Porriño.
6. Salceda de Caselas.
7. Salvaterra do Miño.
8. Mos.
9. Redondela.
10. Pazos de Borbén.
11. Fornelos de Montes.
12. Soutomaior.
13. Moaña.
14. Cangas

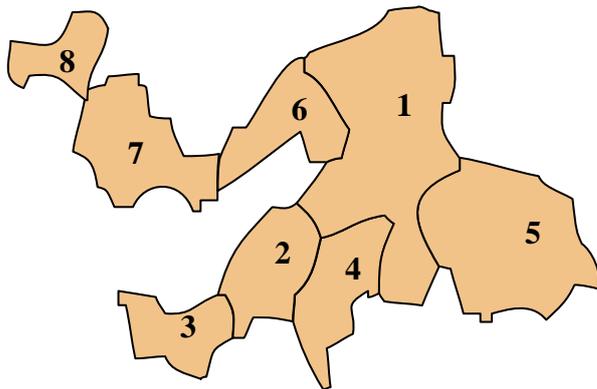
ÁREA METROPOLITANA DE VIGO



2

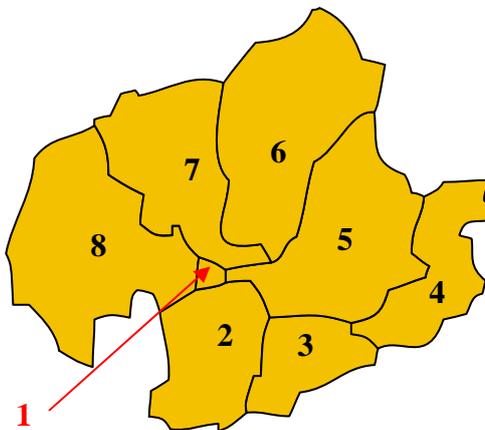
REGIÃO POLICÊNTRICA URBANA DE VIGO

Gráfico 40. Prefeituras que compõem o Área Metropolitana e a Região Urbana Policêntrica de Vigo.



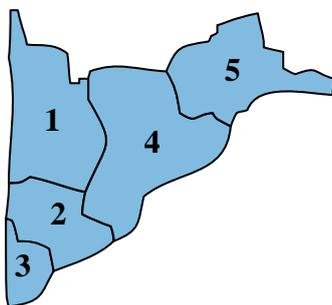
1. Pontevedra.
2. Marín.
3. Bueu.
4. Vilaboa.
5. Pontecaldelas.
6. Poio.
7. Sanxenxo.
8. O Grove.

REGIÃO ENVOLVENTE NORTE



1. Mondaríz Balneario.
2. As Neves.
3. Arbo.
4. Crecente.
5. A Cañiza.
6. Covelo.
7. Mondaríz.
8. Pontearreas.

REGIÃO ENVOLVENTE ESTE



1. Oia.
2. O Rosal.
3. A Guarda.
4. Tomiño.
5. Tui.

REGIÃO ENVOLVENTE SUL

Gráfico 41. Prefeituras que compõem as diferentes regiões envolvertes da Região Urbana Policêntrica de Vigo.

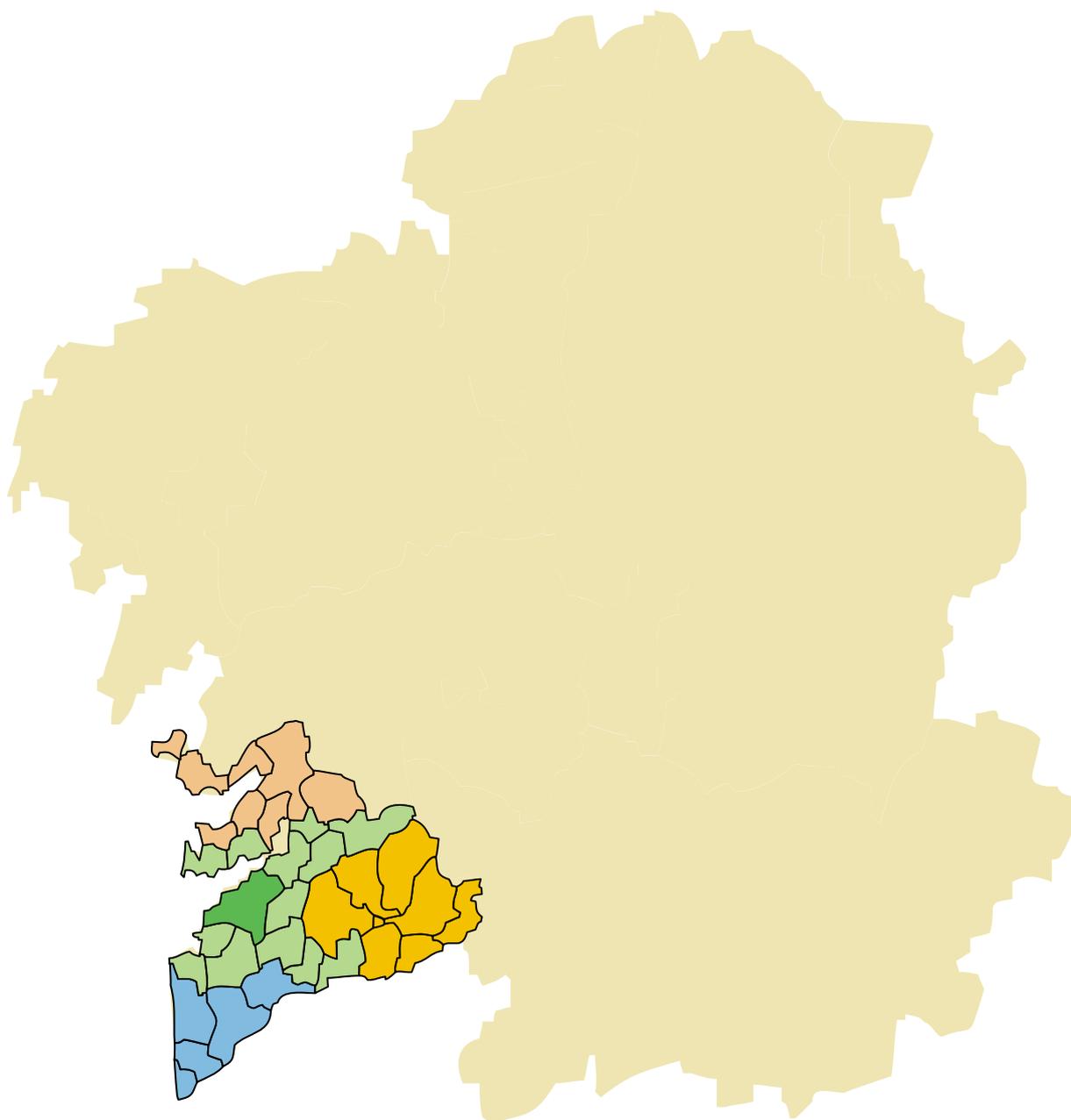


Gráfico 42. Extensão da Região Urbana Policêntrica de Vigo dentro da Galiza.

A Região Urbana Policêntrica de Porto está integrada, como se mostra na tabela 45, por 32 municípios: 9 pertencem à área metropolitana de Porto, 8 à região envolvente Norte, 11 à região envolvente Este e 4 à região envolvente Sul. Nos gráficos 43 e 44 representam-se os municípios que integram cada uma das diferentes zonas em que se divide a Região Urbana Policêntrica de Porto. Neste sentido há que dizer que a zona envolvente Norte é constituída pelos municípios de Braga, Guimarães, Vizela, Santo Tirso, Trofa, Vila Nova de Famalicão, Barcelos e Esposende. A zona envolvente Este é integrada pelos municípios de Amarante, Baião, Mesão Frio, Cinfães, Marco de Canaveses, Castelo de Paiva, Penafiel, Paredes, Paços de Ferreira, Lousada e Felgueiras. A zona envolvente Sul é formada pelos municípios de Ovar, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis.

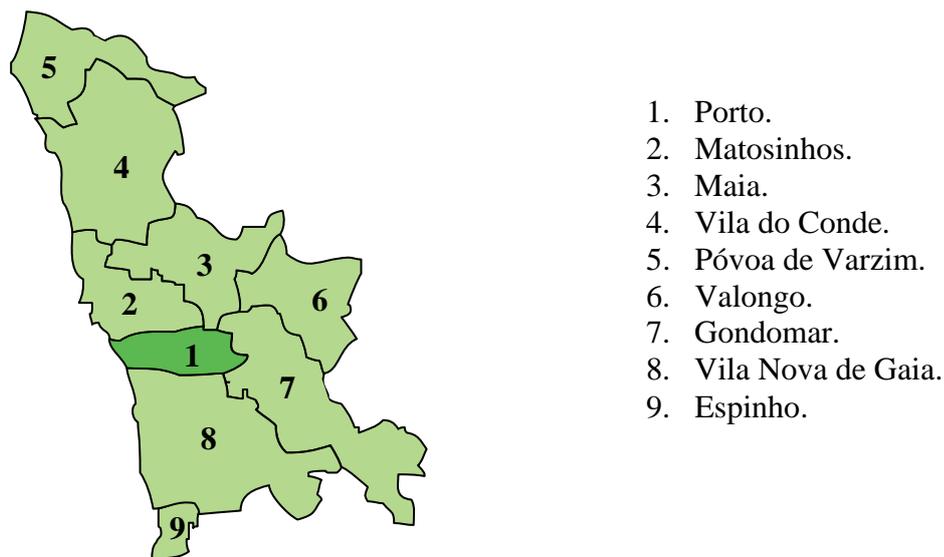
Entre todos os municípios que integram a RUP de Porto, igual que na RUP de Vigo, existe um, Vizela, que não cumpre os critérios. Não obstante inclui-se por estar geograficamente integrado dentro do espaço definido.

No gráfico 45 mostra-se a extensão da Região Urbana Policêntrica de Porto dentro da Região Norte de Portugal.

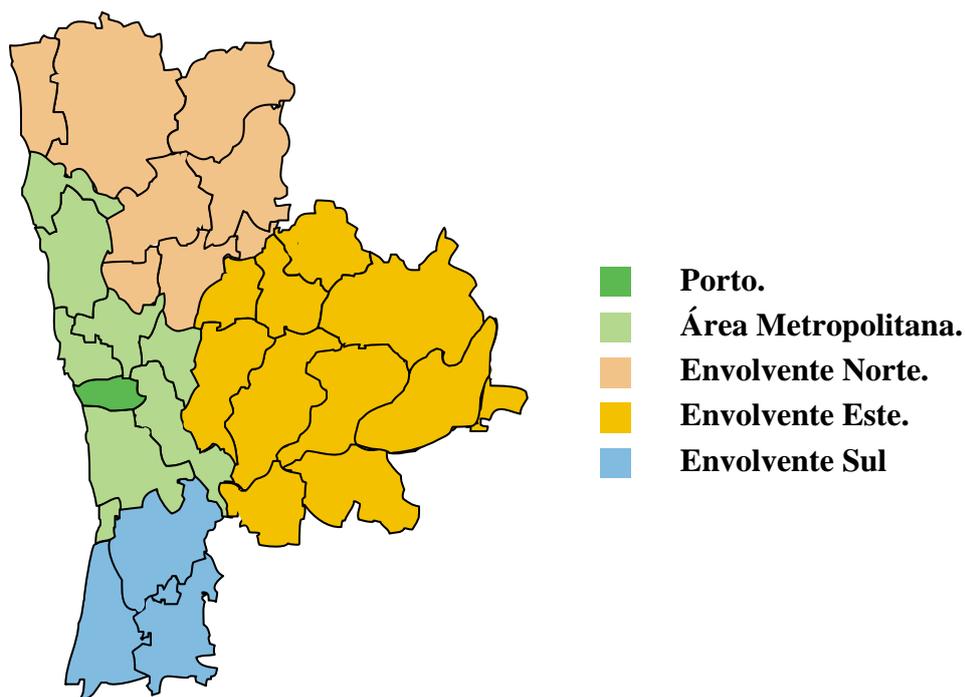
Por último no gráfico 46 representam-se as Regiões Urbanas Policêntricas de Vigo e Porto dentro da Euro-região Galiza-Norte de Portugal. Observa-se que existe uma zona intermédia entre ambas RUP's.

		Prefeituras	Zona da região envolvente
		REGIÃO URBANA POLICÊNTRICA DO PORTO	ÁREA METROPOLITANA
Gondomar	AMP		
Maia	AMP		
Matosinhos	AMP		
Porto	AMP		
Póvoa de Varzim	AMP		
Valongo	AMP		
Vila do Conde	AMP		
Vila Nova de Gaia	AMP		
REGIÃO ENVOLVENTE	Barcelos		Norte
	Braga		Norte
	Esposende		Norte
	Guimarães		Norte
	Santo Tirso		Norte
	Trofa		Norte
	Vila Nova de Famalicão		Norte
	Vizela		Norte
	Oliveira de Azeméis		Sul
	Santa Maria da Feira		Sul
	São João da Madeira	Sul	
	Ovar	Sul	
	Amarante	Este	
	Baixo	Este	
	Castelo de Paiva	Este	
	Cinfães	Este	
	Felgueiras	Este	
	Lousada	Este	
	Marco de Canaveses	Este	
	Paços de Ferreira	Este	
Paredes	Este		
Penafiel	Este		
Mesão Frio	Este		

Tabela 45. Prefeituras que compõem a Região Urbana Policêntrica de Porto.

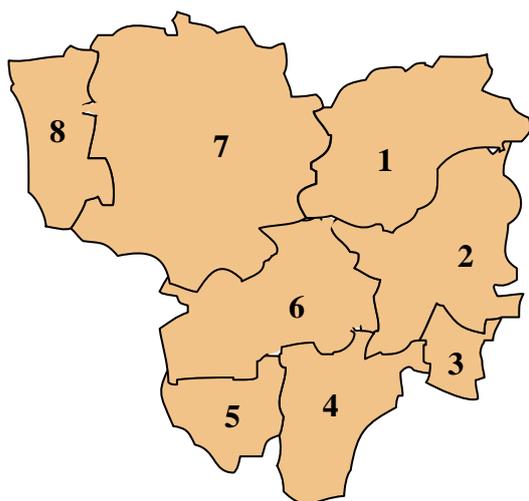


ÁREA METROPOLITANA DO PORTO



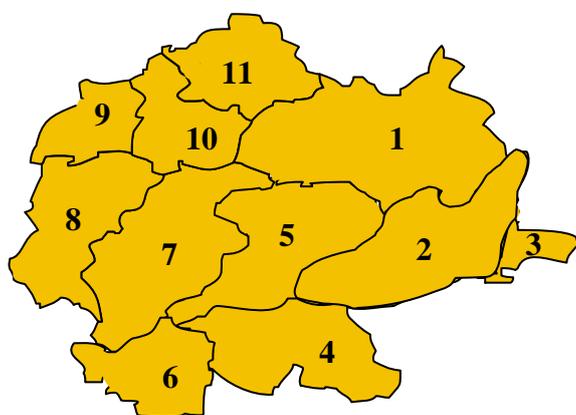
REGIÃO POLICÊNTRICA URBANA DO PORTO

Gráfico 43. Prefeituras que compõem a Área Metropolitana e a Região Urbana Policêntrica do Porto.



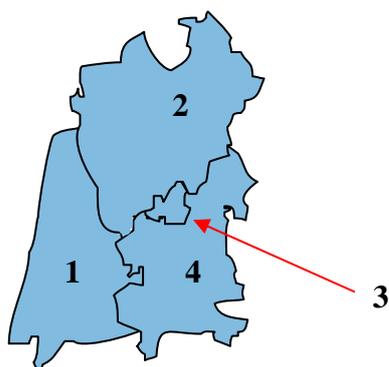
1. Braga.
2. Guimarães.
3. Vizela.
4. Santo Tirso.
5. Trofa.
6. Vila Nova de Famalicão.
7. Barcelos.
8. Esposende.

REGIÃO ENVOLVENTE NORTE



1. Amarante.
2. Baião.
3. Mesão Frio.
4. Cinfães.
5. Marco de Canaveses.
6. Castelo de Paiva.
7. Penafiel.
8. Paredes.
9. Paços de Ferreira.
10. Lousada.
11. Felgueiras.

REGIÃO ENVOLVENTE ESTE



1. Ovar.
2. Santa Maria da Feira.
3. S. João da Madeira.
4. Oliveira de Azeméis.

REGIÃO ENVOLVENTE SUL

Gráfico 44. Prefeituras que compõem as diferentes regiões envolventes da Região Urbana Policêntrica de Porto.

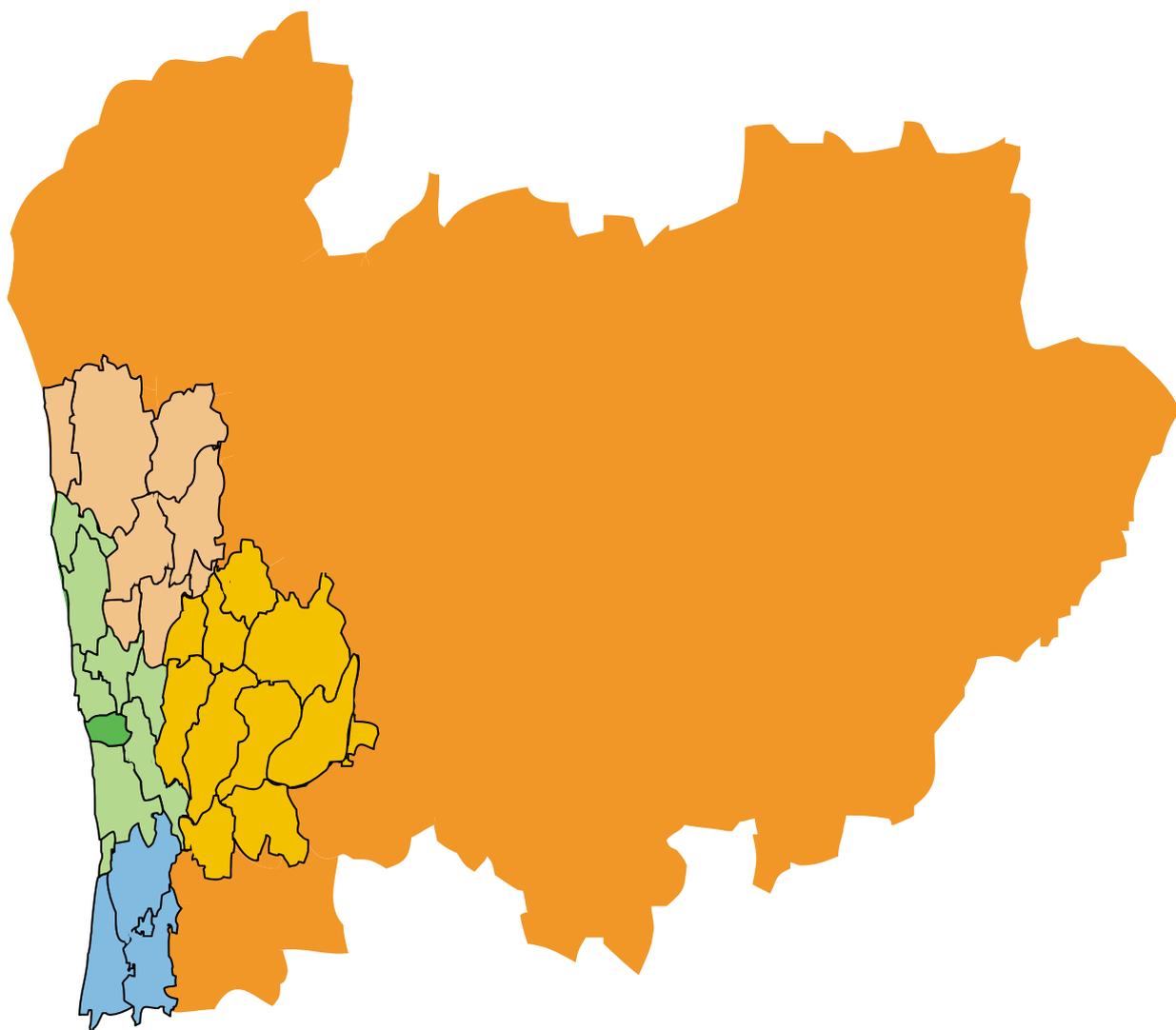


Gráfico 45. Extensão da Região Urbana Policêntrica de Vigo dentro da Região Norte de Portugal.

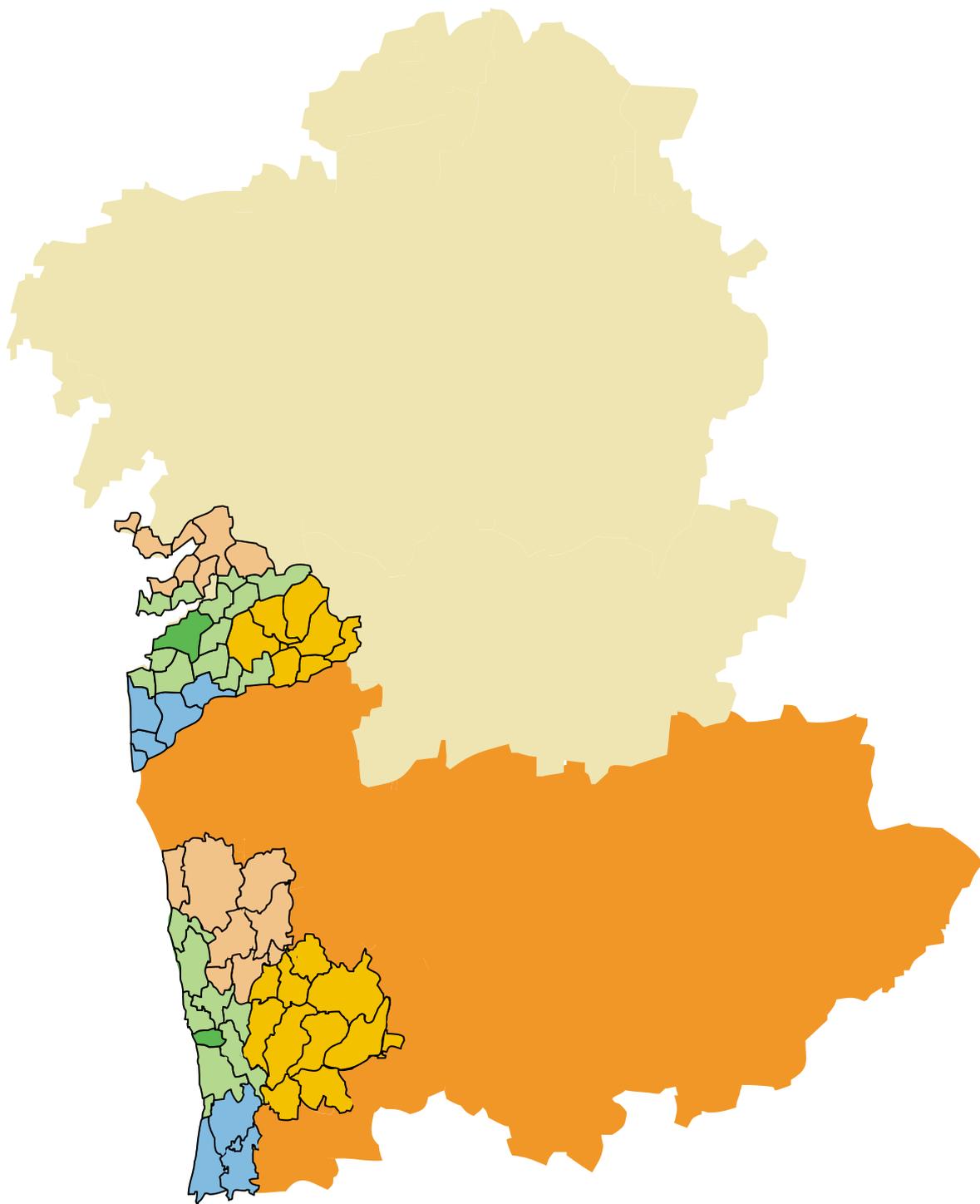


Gráfico 46. As Regiões Urbanas Policêntricas de Vigo e Porto dentro da Euro-região Galiza-Norte de Portugal.

3.2.2. Caracterização do território das Regiões Urbanas Policêntricas de Vigo e Porto.

Nas tabelas 46 e 47 expõem-se os principais indicadores das Áreas Metropolitanas de Vigo e Porto e de suas respectivas zonas envolventes e Regiões Urbanas Policêntricas. Em ditas tabelas aparecem os dados que nos permitiram definir as diferentes zonas que integram cada uma das Regiões urbanas Policêntricas. Estes dados referem-se a 2001 já que para esse ano existem dados a nível municipal das mesmas variáveis para as duas regiões.

	Área	População residente	População empregada	commuters	Densidade da população	Densidade do emprego
	2001	2001	2001	2001	2001	2001
	Km ²	Nº	Nº	%	Hab/ Km ²	Emp/Km ²
AMV	749	445.292	180.509	24,9	594,5	241,0
Baiona	34	10.931	4.868	44,1	317,1	141,2
Cangas	38	23.981	9.854	28,2	629,8	258,8
Fornelos de Montes	83	2.066	468	23,6	24,9	5,6
Gondomar	75	12.176	5.105	51,6	163,4	68,5
Moaña	35	17.887	7.448	46,3	510,2	212,4
Mos	53	14.127	5.563	61,2	265,5	104,5
Nigrán	35	16.110	6.993	60,7	463,3	201,1
Pazos de Borbén	50	3.052	987	49,1	61,1	19,7
Porriño	61	15.960	6.485	35,3	260,7	105,9
Redondela	52	29.003	12.257	53,4	556,9	235,3
Salceda de Caselas	36	6.335	2.676	58,7	176,4	74,5
Salvaterra do Miño	63	8.073	2.902	58,4	129,1	46,4
Soutomaior	25	5.405	1.873	44,2	216,3	74,9
Vigo	109	280.186	113.030	10,4	2.569,1	1.036,4
Região Envolvente da AMV	1.345	258.242	99.100	16,3	192,0	73,7
Norte	411	165.353	65.717	14,3	402,7	160,1
Este	612	46.723	16.042	19,2	76,4	26,2
Sul	323	46.166	17.341	20,9	143,0	53,7
R.U.P. de Vigo	2.094	703.534	279.609	21,8	336,0	133,5

Fonte: INE, Censos de População 2001.

Tabela 46. Dados básicos da Região Urbana policêntrica de Vigo.

Na tabela 46 observa-se que, no seu conjunto, os 14 municípios que integram a Área Metropolitana de Vigo se estendem por um área geográfica de 749 Km², onde residiam no ano 2001, 445.292 pessoas, das quais trabalhavam 180.509. A densidade de população situa-se numa média de 594,5 habitantes por Km² e a de emprego em 241 empregados por Km². Os dados de Vigo são os mais relevantes (2.569,1 e 1.036,4, respectivamente), seguidos pelos das prefeituras de Cangas, Redondela, Moaña e Nigrán. A região envolvente da AMV tem uma extensão de 1.345 Km², com uma população de 258.242 habitantes dos que 99.100 estão empregados. As densidades de população e de emprego reduzem-se consideravelmente com respeito aos dados da AMV (192 e 73,7, respectivamente), o que se concretiza em que os dados da Região Urbana Policêntrica tomam uns valores de 336 habitantes/Km² e 133,5 empregados/Km². RUP de Vigo abarca, portanto, um território de 2.094 Km² no que vivem, em 2001, 703.534 pessoas das quais 279.609 estavam empregadas; isto é, um território que representa 7,1% da Galiza no qual residia 26,4% dos habitantes da Galiza e no qual o número de residentes que trabalhavam supunha 27% de todos os trabalhadores da Galiza.

Na tabela 47, referente à Região Urbana Policêntrica do Porto detecta-se que a Área Metropolitana do Porto ocupa uma área de 815 Km² no qual residiam, em 2001, 1.260.680 pessoas (o que representa 26,8% de toda a população de Portugal) e trabalhavam 610.116 empregados. A densidade de população, 1.547 habitantes/Km², e a de emprego, 748,8 empregados/Km², são muito mais elevadas que as da AMV. Destacam-se especialmente, os valores que tomam estas variáveis nos municípios de Porto, Matosinhos e Vila Nova de Gaia. A região envolvente da AMP tem uma extensão de 3.580 Km², com uma população de 1.511.881 habitantes dos quais 700.044 estão empregados. As densidades de população e de emprego reduzem-se consideravelmente com respeito aos dados da AMP (422,3 e 195,6, respectivamente), ainda que são mais elevados do que os da região envolvente da AMV. A Região Urbana Policêntrica de Porto apresenta uns níveis de 630,9 habitantes/Km² e 298,1 empregados/Km². A RUP de Porto estende-se por um território de 4.395 Km² no qual vivem 2.772.561 pessoas das quais 1.310.160 estão empregadas; isto é, um território que representa 20,6% da Região Norte de Portugal no qual residem 75,2% dos habitantes da Região Norte e no qual o número de residentes que trabalham supõe 79,1% de todos os trabalhadores do Norte de Portugal. Por último, há que destacar que, em média, 5,9% dos residentes da região envolvente da AMP se deslocam diariamente a trabalhar a um município do Área metropolitana de Porto.

	Área	População residente	População empregada	commuters	Densidade da população	Densidade do emprego
	2001	2001	2001	2001	2001	2001
	Km ²	Nº	Nº	%	Hab/ Km ²	Emp/Km ²
AMP	815	1.260.680	610.116	30,3	1.547,3	748,8
Espinho	21	33.701	13.241	18,7	1.596,5	627,3
Gondomar	131	164.096	44.271	47,1	1.248,5	336,8
Maia	83	120.111	61.495	39,4	1.443,2	738,9
Matosinhos	62	167.026	71.621	37,7	2.698,0	1.156,9
Porto	42	263.131	218.101	17,3	6.337,4	5.252,9
Póvoa de Varzim	82	63.470	27.344	18,1	773,5	333,2
Valongo	76	86.005	29.379	42,1	1.134,4	387,5
Vila do Conde	149	74.391	32.360	15,8	499,2	217,2
Vila Nova de Gaia	169	288.749	112.304	27,0	1.711,8	665,8
Região Envolvente da AMP	3.580	1.511.881	700.044	5,9	422,3	195,6
Norte	1.333	739.328	364.993	3,5	554,7	273,9
Este	1.713	489.568	192.142	10	285,8	112,2
Sul	534	282.985	142.909	6,1	529,9	267,6
R.U.P. de Porto	4.395	2.772.561	1.310.160	16,8	630,9	298,1

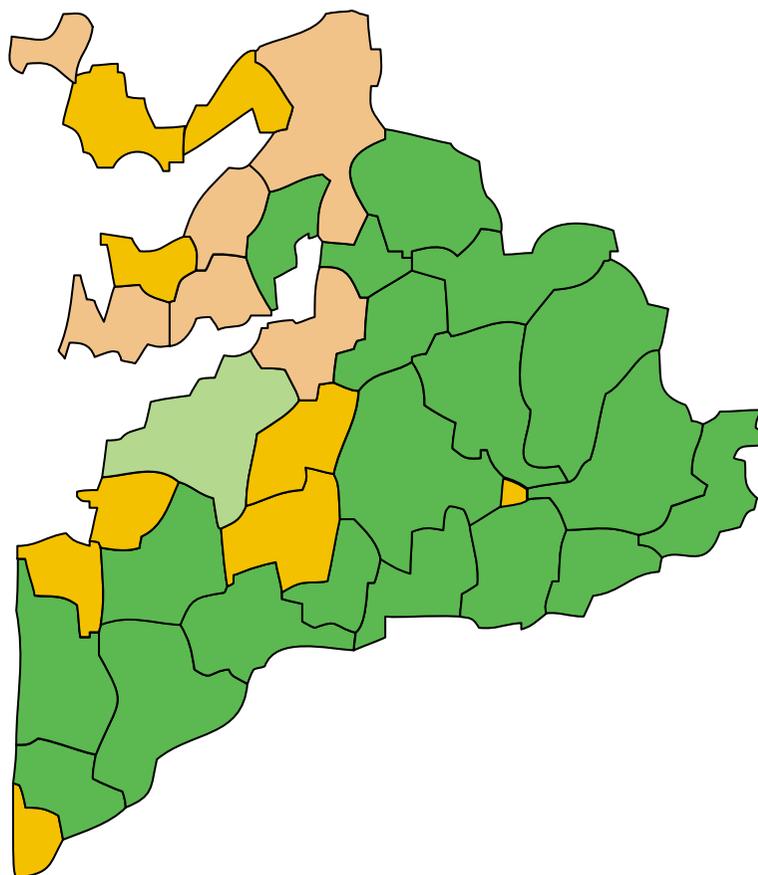
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 2001.

Tabela 47. Dados básicos da Região Urbana policêntrica de Porto.

3.2.3. Caracterização do movimento da população nas Regiões Urbanas Policêntricas de Vigo e Porto.

No gráfico 47 representa-se a densidade de população em 2001 nos diferentes municípios que integram as Regiões Urbanas policêntricas de Vigo e Porto. Em dito gráfico observa-se que os municípios da RUP do Porto apresentam uma maior densidade do que os da RUP de Vigo. Só o município de Vigo tem uma densidade superior aos 1000 habitantes/Km² frente aos 7 municípios do Área Metropolitana, e só mais 8 municípios superam os 500 habitantes/Km² frente a 13 da RUP de Porto. Para além disso, na RUP de Vigo existem 19 municípios com uma densidade inferior aos 250 habitantes/Km² enquanto na de Porto não existe nenhum município com esta característica.

RUP de VIGO



RUP do PORTO

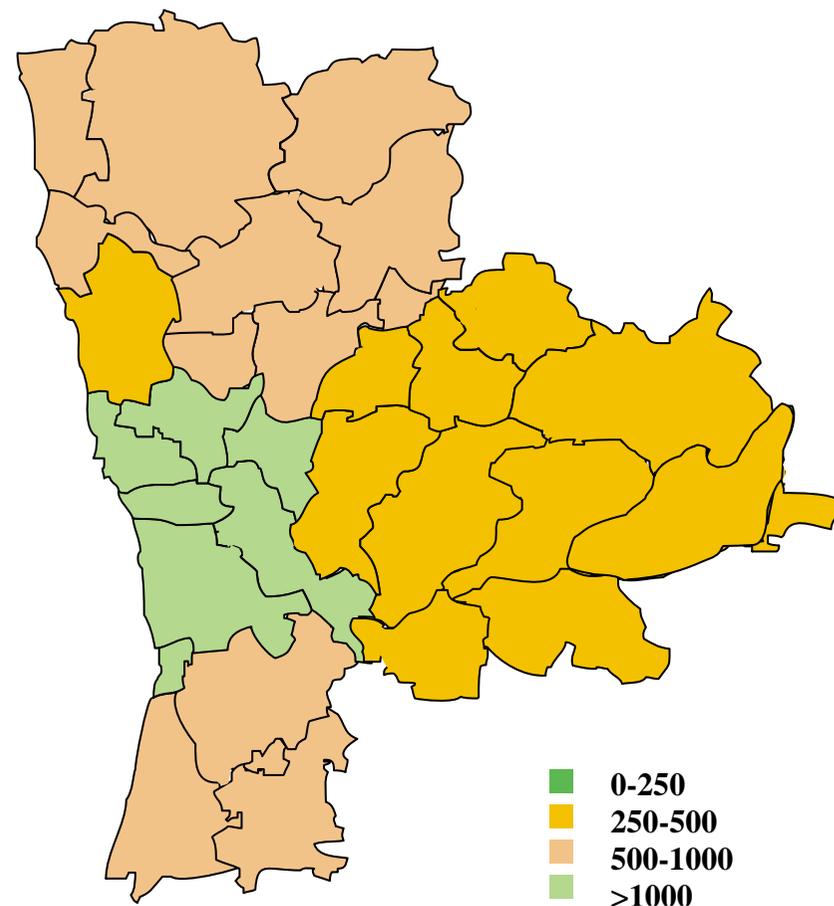


Gráfico 47. Densidade de População em 2001 nos diferentes municípios que integram as RUP de Vigo e Porto. Dados em habitantes/Km².

	População em milhares de habitantes							Índices de dependência			Índice de envelhecimento	Índice de renovação da população activa
	Total	H	M	0-14	15-24	25-64	65+	Total	0-14	65+		
AMV	445,3	213,5	231,8	59,6	66,3	250,3	69,1	40,6	18,8	21,8	115,9	230,3
Baiona	11,0	5,4	5,6	1,6	1,8	6,1	1,5	39,5	20,2	19,2	95,0	253,3
Cangas	24,0	11,9	12,1	3,3	3,7	13,5	3,5	39,3	19,1	20,2	105,8	236,2
Fornelos de Montes	2,1	0,9	1,1	0,2	0,2	1,1	0,5	54,8	16,9	37,9	223,8	154,6
Gondomar	12,2	6,0	6,2	2,0	1,9	6,7	1,6	41,6	22,7	18,9	83,2	269,4
Moaña	17,9	8,7	9,2	2,5	2,8	9,8	2,7	41,1	19,5	21,6	111,1	242,0
Mos	14,1	6,9	7,2	2,0	2,3	7,7	2,1	41,7	20,2	21,4	105,6	253,8
Nigrán	16,1	7,9	8,2	2,4	2,4	9,0	2,3	40,9	20,9	20,0	95,4	223,4
Pazos de Borbén	3,1	1,4	1,6	0,4	0,5	1,5	0,7	52,5	18,2	34,2	187,9	224,5
Porriño	16,0	7,7	8,3	2,6	2,6	8,6	2,1	41,9	23,1	18,7	81,2	292,8
Redondela	29,0	14,2	14,9	3,9	4,4	16,3	4,4	40,0	18,8	21,1	112,5	239,1
Salceda de Caselas	6,3	3,1	3,2	1,0	1,0	3,4	1,0	46,3	22,9	23,3	102,1	277,1
Salvaterra do Miño	8,1	3,9	4,2	0,9	1,2	4,2	1,8	50,5	17,2	33,2	192,5	201,9
Soutomaior	5,4	2,6	2,8	0,7	0,7	3,0	1,0	46,2	19,5	26,6	136,2	197,4
Vigo	280,2	133,0	147,1	36,1	40,8	159,4	43,8	39,9	18,0	21,8	121,3	223,5
Região Envolvente da AMV	258,2	124,3	134,0	36,1	38,5	138,0	45,6	46,3	20,4	25,8	126,1	221,4
Norte	165,4	79,7	85,7	23,7	25,7	89,8	26,2	43,2	20,5	22,7	110,8	246,2
Este	46,7	22,3	24,5	5,6	6,0	24,0	11,1	55,6	18,8	36,8	196,1	187,3
Sul	46,2	22,4	23,8	6,8	6,9	24,2	8,3	48,6	21,9	26,7	121,6	230,9
R.U.P. de Vigo	703,5	337,7	365,8	95,7	104,9	388,3	114,7	42,6	19,4	23,2	119,8	230,8

Fonte: INE, Censos de População 2001.

Tabela 48. População residente por sexo e grupo de idade e indicadores demográficos na Região Urbana Policêntrica de Vigo em 2001.

	População em milhares de habitantes							Índices de dependência			Índice de envelhecimento	Índice de renovação da população activa
	Total	H	M	0-14	15-24	25-64	65+	Total	0-14	65+		
AMP	1.260,7	604,0	656,7	205,8	181,4	707,9	165,6	41,8	23,1	18,6	80,5	1,6
Espinho	33,7	16,2	17,5	5,1	4,9	18,8	4,9	42,3	21,7	20,7	95,3	1,4
Gondomar	164,1	80,1	84,0	28,4	23,6	94,1	18,0	39,4	24,1	15,3	63,3	1,7
Maia	120,1	58,4	61,7	20,9	16,8	69,7	12,6	38,8	24,2	14,6	60,4	1,8
Matosinhos	167,0	81,0	86,1	26,7	24,0	95,8	20,5	39,4	22,3	17,1	76,8	1,5
Porto	263,1	119,7	143,4	34,6	36,9	140,7	51,0	48,2	19,5	28,7	147,5	1,3
Póvoa de Varzim	63,5	30,5	32,9	12,1	10,2	34,0	7,1	43,4	27,3	16,1	59,0	2,0
Valongo	86,0	41,9	44,1	15,3	13,1	49,2	8,4	38,2	24,7	13,5	54,9	1,9
Vila do Conde	74,4	36,3	38,1	13,4	11,3	41,1	8,7	42,1	25,5	16,6	64,9	1,7
Vila Nova de Gaia	288,7	139,8	148,9	49,2	40,6	164,6	34,3	40,7	24,0	16,7	69,8	1,7
Região Envolvente da AMP	1.511,9	739,4	772,5	295,1	241,0	808,9	166,9	44,0	28,1	15,9	56,6	2,0
Norte	739,3	360,1	379,2	141,5	119,3	398,6	79,9	42,8	27,3	15,4	56,4	2,1
Este	489,6	241,1	248,5	102,6	80,0	253,7	53,2	46,7	30,8	15,9	51,8	2,2
Sul	283,0	138,1	144,8	50,9	41,7	156,7	33,8	42,7	25,7	17,0	66,3	1,7
R.U.P. de Porto	2.772,6	1.343,4	1.429,2	500,8	422,4	1.516,8	332,5	43,0	25,8	17,1	66,4	1,8

Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 2001.

Tabela 49. População residente por sexo e grupo de idade e indicadores demográficos na Região Urbana Policêntrica do Porto em 2001.

	Total	H	M	0-14	15-24	25-65	65+
AMV	2,8	-33,5	-15,6	16,0	39,9	2,5	2,9
Baiona	8,0	-34,1	-1,3	25,2	39,7	8,1	7,9
Cangas	5,4	-32,8	-13,0	23,4	31,2	5,2	5,5
Fornelos de Montes	-16,6	-43,6	-39,6	-11,0	13,2	-16,9	-16,4
Gondomar	15,4	-20,9	5,1	35,2	23,9	16,2	14,7
Moaña	2,5	-35,5	-12,3	16,8	39,4	2,6	2,4
Mos	5,2	-33,1	-8,8	19,1	46,2	6,4	4,0
Nigrán	13,6	-21,5	-10,4	31,0	47,3	13,2	14,0
Pazos de Borbén	-12,8	-46,0	-17,6	-6,1	9,9	-12,9	-12,7
Porriño	5,2	-30,7	-5,6	19,7	47,5	4,2	6,1
Redondela	3,5	-34,6	-14,0	18,1	40,3	3,8	3,3
Salceda de Caselas	10,9	-21,5	-1,8	22,6	40,9	10,6	11,2
Salvaterra do Miño	-9,4	-49,1	-20,1	0,9	21,0	-8,4	-10,4
Soutomaior	9,0	-23,5	-15,6	21,6	38,1	9,8	8,2
Vigo	1,5	-34,5	-18,6	13,9	42,2	1,0	1,9
Região Envolvente da AMV	1,3	-32,2	-11,6	11,9	30,7	1,5	1,0
Norte	3,0	-32,3	-9,2	15,3	34,8	3,0	3,1
Este	-6,7	-35,3	-23,2	-2,0	22,6	-6,0	-7,2
Sul	3,8	-29,3	-8,8	15,7	29,6	4,3	3,2
R.U.P. de Vigo	2,2	-33,1	-14,2	14,5	36,1	2,2	2,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do: INE, Censos de População 2001.

Tabela 50. Taxa de crescimento da população residente total e descomposta por sexo e grupo de idade na RUP de Vigo: 1991-2001.

	Total	H	M	0-14	15-24	25-65	65+
AMP	8	3,8	4,1	-2,4	-1,9	8,6	3,6
Espinho	-3,6	-1,7	-1,9	-5,4	-4,1	2,4	3,6
Gondomar	14,6	6,8	7,8	-1,1	-1,3	13,1	3,8
Maia	28,9	13,8	15,1	1,2	0,7	22,4	4,6
Matosinhos	10,1	4,8	5,3	-3	-0,6	9,3	4,5
Porto	-13	-6	-7	-5,5	-4,3	-5,2	2,1
Póvoa de Varzim	15,8	7,9	8	-1,8	-0,6	14,6	3,7
Valongo	16	7,7	8,3	-1,5	-1,2	14,4	4,2
Vila do Conde	14,7	7,1	7,6	-1,7	-1,3	13,9	3,9
Vila Nova de Gaia	16,2	7,7	8,5	-0,4	-1,2	13,6	4,2
Região Envolvente da AMP	10,9	5,4	5,5	-2,5	-1,9	12,1	3,3
Norte	11,3	5,6	5,8	-2,9	-1,7	12,4	3,5
Este	10	4,9	5	-2,3	-2,3	11,9	2,7
Sul	11,6	5,8	5,8	-1,9	-1,9	11,7	3,6
R.U.P. de Porto	9,6	4,7	4,9	-2,5	-1,9	10,5	3,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do: INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 2001.

Tabela 51. Taxa de crescimento da população residente total e descomposta por sexo e grupo de idade na RUP do Porto: 1991-2001.

	População residente 31-12-1991	Nascidos 1992-2001	Falecidos 1992-2001	Saldo natural 1992-2001	Saldo migratório 1992-2001	População residente 31-12-2001
AMV	433.364	34.115	33.129	986	4.193	445.292
Baiona	10.122	963	767	196	589	10.931
Cangas	22.758	2.020	1.904	116	649	23.981
Fornelos de Montes	2.478	160	272	-112	-88	2.066
Gondomar	10.551	1.117	861	256	1496	12.176
Moaña	17.453	329	661	-332	-402	17.887
Mos	13.435	289	635	-346	-9	14.127
Nigrán	14.182	1.374	1.176	198	2.076	16.110
Pazos de Borbén	3.500	243	415	-172	-87	3.052
Porriño	15.175	408	705	-297	-111	15.960
Redondela	28.014	2.006	2.127	-121	429	29.003
Salceda de Caselas	5.713	566	449	117	581	6.335
Salvaterra do Miño	8.915	556	965	-409	-328	8.073
Soutomaior	4.959	445	458	-13	250	5.405
Vigo	276.109	23.639	21.734	1.905	-852	280.186
Região Envolvente da AMV	255.049	29.039	22.094	6.945	15.149	258.242
Norte	160.501	19.116	1.2718	6.398	982	165.353
Este	50.055	4.439	5.132	-693	2.694	46.723
Sul	44.493	5.484	4.244	1.240	1.430	46.166
R.U.P. de Vigo	688.413	63.154	55.223	7.931	47.292	703.534

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE, Censos de População 1991 e 2001.

Tabela 52. Balanço demográfico na Região Urbana Policêntrica de Vigo entre 1991 e 2001.

	População residente 31-12-1991	Nascidos 1992-2001	Falecidos 1992-2001	Saldo natural 1992-2001	Saldo migratório 1992-2001	População residente 31-12-2001
AMP	1.180.696	159.002	114.150	44.852	28.259	1.253.807
Espinho	34.954	4.650	3.228	1.422	-3.399	32.977
Gondomar	145.440	20.345	12.409	7.936	10.766	164.142
Maia	95.247	15.031	8.200	6.831	19.396	121.474
Matosinhos	153.364	20.574	13.730	6.844	6.005	166.213
Porto	302.126	32.086	36.419	-4.333	-41.547	256.246
Póvoa de Varzim	55.622	9.508	5.182	4.326	3.495	63.443
Valongo	75.564	10.805	5.703	5.102	5.477	86 143
Vila do Conde	65.721	9.917	6.110	3.807	4.683	74.211
Vila Nova de Gaia	252.658	36.086	23.169	12.917	23.383	288 958
Região Envolvente da AMP	1.381.727	218.769	113.323	105.446	20.676	1.507.849
Norte	673.720	105.367	53.372	51.995	12.054	737.769
Este	450.998	76.948	38.327	38.621	-2.088	487.531
Sul	257.009	36.454	21.624	14.830	10.710	282.549
R.U.P. de Porto	2.562.423	377.771	227.473	150.298	48.935	2.761.656

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do: INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 2001.

Tabela 53. Balanço demográfico na Região Urbana Policêntrica de Porto entre 1991 e 2001.

3.2.4. Caracterização da habitação nas Regiões Urbanas Policêntricas de Vigo e Porto.

No ano 2001 (tabela 54) censuraram-se um total ao redor de 193 mil vivendas familiares, das quais 63,4 % se concentravam no município de Vigo. Para além disso o número de vivendas familiares de Vigo supera o de toda a região envolvente da área metropolitana, ainda que o número de edifícios desta supera em mais do dobro os existentes em Vigo. Isto provoca que o número de habitações por edifício seja em Vigo (3,6), mais do dobro do que o existente na região envolvente (1,7) e maior do que em toda a área metropolitana (2,3) e na região urbana policêntrica de Vigo (2,0).

	Lares	Vivendas familiares	Edifícios	Lares / vivenda familiar	Vivendas familiares/edifício
AMV	143.606	193.228	83.406	0,74	2,3
Baiona	3.415	6.527	3.095	0,52	2,1
Cangas	7.488	11.317	7.036	0,66	1,6
Fornelos de Montes	664	750	728	0,89	1,0
Gondomar	3.442	4.482	4.012	0,77	1,1
Moaña	5.604	6.876	4.826	0,82	1,4
Mos	3.956	4.435	3.861	0,89	1,1
Nigrán	4.882	9.198	5.938	0,53	1,5
Pazos de Borbén	923	1.271	1.292	0,73	1,0
Porriño	4.605	5.821	3.847	0,79	1,5
Redondela	8.784	11.605	7.987	0,76	1,5
Salceda de Caselas	1.997	2.585	1.962	0,77	1,3
Salvaterra do Miño	2.709	3.647	3.458	0,74	1,1
Soutomaior	1.712	2.176	1.609	0,79	1,4
Vigo	93.425	122.538	33.755	0,76	3,6
Região Envolvente da AMV	79.395	122.498	73.248	0,65	1,7
Norte	50.877	80.575	38.933	0,63	2,1
Este	14.592	22.590	18.555	0,65	1,2
Sul	13.926	19.333	15.760	0,72	1,2
R.U.P. de Vigo	223.001	315.726	156.654	0,71	2,0

Fonte: INE, Censos de Vivendas 2001

Tabela 54. Lares, vivendas familiares e edifícios em 2001 na Região Urbana Policêntrica de Vigo.

Se contrastamos os dados com a RUP de Porto, observamos na tabela 55 que no ano 2001 se censuraram um total ao redor de 1 milhão 115 mil vivendas familiares, das quais só 11,2 % se concentravam no município de Porto. Tanto o número de vivendas familiares como o número de edifícios da Região Envolvente supera aos da AMP. Dada a diferença de população existente entre a RUP de Vigo e a do Porto, os dados de lares, vivendas familiares e edifícios são bem mais elevados no Porto do que em Vigo. No entanto, o número de vivendas por edifício é no Porto de 2,7, inferior ao de Vigo (3,6).

Esta variável toma valores maiores:

- na RUP de Vigo (2,0) que na RUP de Porto (1,7),
- na Região envolvente da AMV (1,7) que na Região envolvente da AMP (1,4) e
- na AMV (2,4) que na AMP (2,3)

	Lares	Vivendas familiares	Edifícios	Lares / vivenda familiar	Vivendas familiares/edifício
AMP	436.346	540.337	264.744	0,81	2,0
Espinho	11.584	14.571	8.027	0,80	1,8
Gondomar	54.567	65.335	35.204	0,84	1,9
Maia	40.569	48.744	24.500	0,83	2,0
Matosinhos	57.771	67.766	33.703	0,85	2,0
Porto	100.696	125.267	46.681	0,80	2,7
Póvoa de Varzim	20.164	30.524	15.219	0,66	2,0
Valongo	28.070	33.455	17.246	0,84	1,9
Vila do Conde	23.829	31.113	20.422	0,77	1,5
Vila Nova de Gaia	99.096	123.562	63.742	0,80	1,9
Região Envolvente da AMP	464.765	575.177	406.599	0,81	1,4
Norte	224.865	278.946	181.897	0,81	1,5
Este	148.116	183.830	144.356	0,81	1,3
Sul	91.784	112.401	80.346	0,82	1,4
R.U.P. de Porto	901.111	1.115.514	671.343	0,81	1,7

Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 2001.

Tabela 55. Lares, vivendas familiares e edifícios em 2001 na Região Urbana Policêntrica do Porto.

Logicamente, tanto o número de vivendas como de edifícios por Km², são muito maiores na RUP de Porto (254) do que na de Vigo (151). Esta relação mantém-se se comparamos tanto as respectivas áreas metropolitanas como as regiões envolventes de cada uma delas (vejam-se tabelas 56 e 57).

	Densidade de Vivendas	Densidade de Edifícios	Índice de Envelhecimento dos Edifícios	% Vivendas familiares ocupadas por proprietários	Preço médio da vivenda* (€m ²)
AMV	258	111	149	74,5	1.180
Baiona	192	91	69	79,8	1.716
Cangas	298	185	117	77,0	1.231
Fornelos de Montes	9	9	673	79,9	687
Gondomar	60	53	79	70,6	1.332
Moaña	196	138	106	70,4	1.037
Mos	84	73	155	84,6	999
Nigrán	263	170	41	85,9	1.696
Pazos de Borbén	25	26	330	89,1	687
Porriño	95	63	155	85,4	1.111
Redondela	223	154	110	79,7	1.143
Salceda de Caselas	72	55	197	82,9	1.066
Salvaterra do Miño	58	55	242	74,8	1.044
Soutomaior	87	64	220	77,5	1.024
Vigo	1.124	310	216	72,0	1.752
Região Envolvente da AMV	91	54	205	82,2	1.112
Norte	196	95	150	82,0	1.192
Este	37	30	486	82,7	1.045
Sul	60	49	128	82,3	1.092
R.U.P. de Vigo	151	75	175	77,2	1.140

* Dados do 3^a trimestre de 2004.

Fonte: INE, Censos de Vivendas 2001. Cohispania, Sector imobiliário residencial em Espanha e Galiza: Perspectivas 2005-2006.

Tabela 56. Indicadores do parque imobiliário em 2001 na Região Urbana Policêntrica de Vigo.

	Densidade de vivendas	Densidade de Edifícios	Índice de Envelhecimento dos Edifícios	% Vivendas familiares ocupadas por proprietários	Preço médio da vivenda* (€m ²)
AMP	665	326	139,2	65,8	1.244
Espinho	691	380	102,5	66,3	1.310
Gondomar	501	269	94,3	69,3	1.122
Maia	584	294	79,9	72,9	1.243
Matosinhos	1.093	544	164,6	65,7	1.388
Porto	3.124	1.164	709,6	50,0	1.425
Póvoa de Varzim	372	186	58,5	74,9	1.155
Valongo	442	227	62,4	72,7	1.126
Vila do Conde	209	137	64,5	77,3	1.221
Vila Nova de Gaia	732	377	105,3	70,2	1.167
Região Envolvente da AMP	161	114	61,3	72,4	937
Norte	209	136	52,7	70,6	946
Este	107	84	69,8	70,8	917
Sul	210	150	65,2	79,7	972
R.U.P. de Porto	254	153	84,6	69,2	1.023

* Dados do 3^a trimestre de 2004.

Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 2001; Sistemas de Indicadores de Preços na Construção e Habitação, 3^o trimestre de 2004.

Tabela 57. Indicadores do parque imobiliário em 2001 na Região Urbana Policêntrica de Porto.

No que diz respeito ao parque imobiliário, pode-se comentar que o índice de envelhecimento dos edifícios, medido como: “o número de edifícios construídos antes de 1945 por cada 100 edifícios construídos depois de 1991”, é consideravelmente maior na RUP de Vigo (175) do que na de Porto (84,6). Esta elevada diferença baseia-se na diferença existente entre as regiões envolventes, já que o índice da AMV se situa num valor de 205 frente ao 61,3 da AMP. Pelo contrário, a diferença existente entre a AMV (149) e a AMP (139,2) é bem mais reduzida.

Se analisamos a percentagem das vivendas familiares que são ocupadas pelos seus proprietários, observamos que dita percentagem é maior na RUP de Vigo do que na de Porto com uma diferença de aproximadamente 10 pontos percentuais.

Por último, se nos centramos no preço médio da habitação observa-se no gráfico 48 que no 3º trimestre de 2004:

- O preço em Vigo (1.752 euros/m²) é superior ao preço em Porto (1.425 euros/m²).
- No entanto, o preço na AMV (1.180 euros/m²) é ligeiramente inferior ao da AMP (1.244 euros/m²).
- Em qualquer outra comparação entre zonas da RUP de Vigo com as da RUP do Porto, o preço médio da habitação, é sempre maior nas primeiras; de tal modo que o preço na RUP de Vigo (1.140 euros/m²) é superior ao da RUP do Porto (1.023 euros/m²)

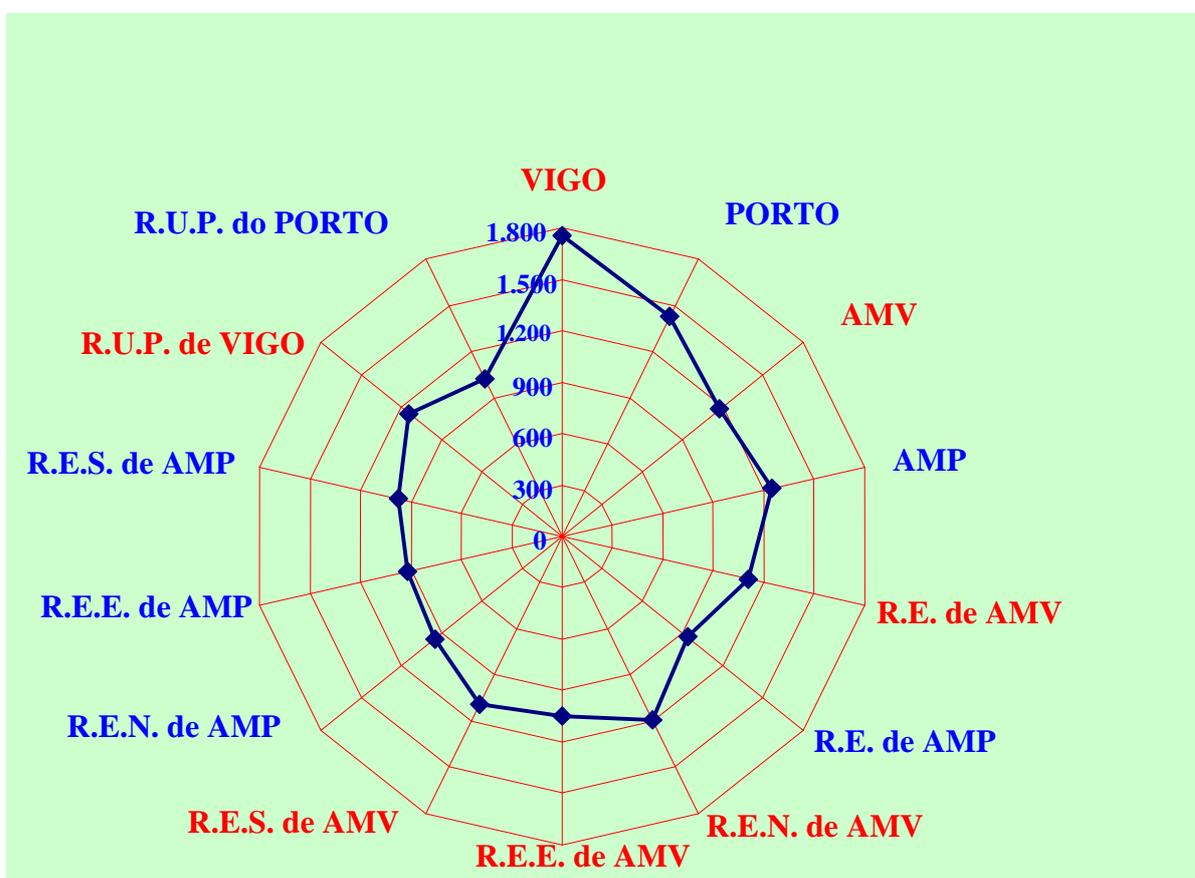


Gráfico 48. Preço médio da habitação no 3º trimestre de 2004. Dados em euros/m².

3.2.5. Trabalho em curso.

Como já comentámos, no começo do capítulo 3, estamos actualmente a ampliar a análise da realidade socio-económica das Regiões Urbanas Policêntricas de Vigo e Porto ao estudo de temas como: o nível de escolarização da população, o mercado de trabalho, a actividade económica, a dotação de infra-estruturas e a dotação de tecnologia. Também temos que calcular algum índice da caracterização do território da RUP de Vigo e acabar a caracterização do movimento da população nas RUP de Vigo e Porto. Todo esse trabalho tem como objectivo construir uma série de indicadores a partir dos quais tentaremos detectar redes de complementaridade, sinergia ou inovação através da realização de uma análise estatística.

BIBLIOGRAFIA

- BATTEN, D. (1995), Network Cities: Creative Urban Agglomerations for the 21st Century, Regional Studies, vol. 32, núm. 2, pp. 313-327.
- CAMAGNI, R. (1993), Network Urban Structures in Northern Italy: Elements for a Theoretical Framework, Urban Studies, vol. 30, núm. 6, pp. 1053-1064.
- CASTI, J.L.(1995), The Theory of Networks. Networks in Action. Springer Verlag, Berlín.
- CONSEJO GALLEGO DE COLEGIOS DE MÉDICOS (2004), Informe sobre el número de médicos colegiados que trabajan en el Norte de Portugal-2003.
- DATAKOMEX, <http://datakomex.mcx.es/>
- DEMATTEIS, G. (1990), Modelli urbani a rete. Considerazioni preliminary, en Fausto Curti y Liria Diappi (a cura di) Gerarchie e reti di città: Tendenze e politiche, Franco Angeli, Milano.
- DIRECÇÃO GERAL DO TURISMO (DGT). Boletins Mensais (vários anos). <http://www.dgturismo.pt>
- ETE (1999), Estrategia Territorial Europea hacia un desarrollo equilibrado y sostenible del territorio de la UE. Comisión Europea.
- EURES (1999), Estudio sobre los obstáculos a la movilidad de los trabajadores transfronterizos en la Euro-región Galicia-Norte de Portugal. Valença, EURES.
- EURES (2003), Censo de traballadores transfronterizos Norte de Portugal-Galicia 2.003. Valença, EURES.
- EURES (2001), Necesidades ocupacionais no espacio transfronterizo Galicia-Norte de Portugal. Valença, EURES.
- EUROCIUDAD VASCA BAYONNE-SSN SEBASTIÁN (2000): El Libro Blanco de la Eurociudad Bayonne-San Sebastián.
- GRANDE ÁREA METROPOLITANA DE PORTO, Retrato del Área Metropolitana de Porto-2003. (<http://www.amp.pt>).
- INSTITUTO DE ESTUDIOS TURÍSTICOS. Entradas de turistas, clasificadas por país de residencia. Series anuales I.E.T. . <http://www.iet.tourspain.es>
- INSTITUTO GALEGO DE ESTADÍSTICAGE, <http://www.ine.eu>.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE PORTUGAL, <http://www.ine.pt>.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, <http://www.ine.es>.

INTRASTAT, <http://www.aeat.es>.

OBSERVATORIO TRANSFRONTERIZO ESPAÑA-PORTUGAL (OTEP). (vários números). <http://www.mfom.es>. <http://www.gep-moptc.pt>

PUERTOS DEL ESTADO. Estadísticas de Tráfico Portuario. <http://www.puertos.es>

RENFE. <http://www.renfe.es>

TRULLÉN, J. Y BOIX, R.(2000), Policentrismo y Redes de ciudades de la Región Metropolitana de Barcelona. Paper. Universitat Autònoma de Barcelona.

VALLS, C. (2005), Desaparición y persistencia de la frontera entre España y Portugal: El caso de trabajadores transfronterizos en la Euroregión Galicia-Norte de Portugal. Mimeo.

WESTLUND, H.(1999), An Interaction-Cost perspective on networks and territory, The Annals of Regional Science, vol. 33, pp. 93-121.